

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

ANA LEOPOLDINA DA SILVA

**GUAJARÁ-MIRIM (ESTADO DE RONDÔNIA - BRASIL) E GUAYARAMERÍN
(DEPARTAMENTO DE BENI – BOLÍVIA): AVALIAÇÃO DOCUMENTAL PARA
VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
TURISMO**

**FOZ DO IGUAÇU – PR
2021**

ANA LEOPOLDINA DA SILVA

**GUAJARÁ-MIRIM (ESTADO DE RONDÔNIA - BRASIL) E GUAYARAMERÍN
(DEPARTAMENTO DE BENI – BOLÍVIA): AVALIAÇÃO DOCUMENTAL PARA
VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
TURISMO**

Dissertação apresentada à UNIOESTE -
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná, para obtenção do título de Mestre
em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto
ao Programa de Pós-Graduação *Strictu
Sensu* em Sociedade, Cultura e
Fronteiras – área de concentração:
Sociedade, Cultura e Fronteiras.
Linha de Pesquisa: Território, História e
Memória.

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira
Cury

FOZ DO IGUAÇU - PR
2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silva, Ana Leopoldina da
Guajará-Mirim (estado de Rondônia ? Brasil) e
Guayaramerín (departamento de Beni ? Bolívia) : avaliação
documental para verificar a possibilidade de
desenvolvimento territorial e turismo / Ana Leopoldina da
Silva; orientador(a), Mauro José Ferreira Cury, 2021.
118 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação,
Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade,
Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Guajará-Mirim (estado de Rondônia ? Brasil). 2.
Guayaramerín (departamento de Beni ? Bolívia). 3.
Desenvolvimento territorial. 4. Turismo. I. Cury, Mauro
José Ferreira. II. Título.

ANA LEOPOLDINA DA SILVA

**GUAJARÁ-MIRIM (ESTADO DE RONDÔNIA - BRASIL) E GUAYARAMERÍN
(DEPARTAMENTO DE BENI – BOLÍVIA): AVALIAÇÃO DOCUMENTAL PARA
VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
TURISMO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em 30 de março de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury (UNIOESTE)
Orientador

Prof. Dr. José Carlos dos Santos (UNIOESTE)
Membro efetivo (da Instituição)

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani (UFMS)
Membro Externo

Prof. Dr. Samuel Klauck (UNIOESTE)
Suplente

Foz do Iguaçu, 30 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

O meu aprendizado na pesquisa científica, como parte da evolução individual e coletiva, resulta nesta dissertação, que foi possibilitada por consciências e Instituições, com as quais manifesto cordial gratidão.

Agradeço aos meus pais, por terem propiciado a minha manifestação física, imprescindível para o percurso que fiz até chegar aqui.

Gratidão!

À minha mamãe, Dalti da Silva, pelas influências diretas e indiretas na minha evolução.

Aos meus irmãos Jacir de Oliveira da Silva, Adir Oliveira da Silva, Juciane Maria da Silva, Andreia Maria da Silva, Betania da Silva, Levi Leonardo Oliveira da Silva, Miguel Oliveira da Silva, Isabel Guilhen e Ester Lúcia da Silva, por contribuírem no meu aprendizado pessoal e ser apoio em determinados momentos desta vida.

Ao meu orientador, Mauro José Ferreira Cury, por me direcionar no percurso desta pesquisa e proporcionar aprendizados.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, em especial ao Dr. Mauro José Ferreira Cury, Dr. Samuel Klauck, Dr. Eric Gustavo Cardin, Dr. Fabio Lopes Alves, Dr^a Eliane Pinto Góes, Dr^a Tamara Cardoso André, Dr^a Andréia Nakamura Bondezan, Dr^a Andressa Fracaro Cavalheiro, Dr^a Viviane Bonfim Fernandes, por possibilitarem a amplificação e o aprofundamento do conhecimento científico por meio das disciplinas: Territórios, territorialidades, poder, fronteiras e redes; Memória, identidade e patrimônio cultural: diálogos e fronteiras; Teoria de fronteiras; Estudo em pesquisa interdisciplinar; Sociedade, cultura e fronteiras: fundamentos e enfoques interdisciplinares; e Inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.

À banca de qualificação, composta pelos professores Dr. José Carlos dos Santos, Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani, e Dr. Samuel Klauck, os quais fizeram importantes apontamentos e contribuíram significativamente com o desenvolvimento deste estudo.

Cordiais agradecimentos aos professores da qualificação por constituírem a banca de defesa.

Ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, por oportunizar a evolução da pesquisa científica e o desenvolvimento humano.

Agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela assistência no meu processo de desenvolvimento acadêmico por meio da bolsa DS – demanda social.

Grata pelas amigadas, no período da pandemia do coronavírus, a Ana Carolina Santiago Gonçalves, a Magda Keli de Souza Alves, e a Orsia Colombe Samantha Bouma por me auxiliarem e contribuírem com a minha caminhada nos momentos de aflição.

Gratidão às companhias evolutivas, aos amparadores e ao cosmos por possibilitarem a minha evolução, a nossa evolução.

SILVA, Ana Leopoldina da. **Guajará – Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia): Avaliação documental para verificar a possibilidade de desenvolvimento territorial e turismo.** 2021. 118 f. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu.

RESUMO

Esta dissertação busca avaliar a possibilidade de desenvolvimento territorial e de turismo em Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia), por meio dos objetivos específicos: conhecer a bibliografia sobre desenvolvimento territorial e turismo, contextualizar a constituição territorial das cidades-gêmeas do século XVII ao XXI, e avaliar documentos orientadores de desenvolvimento territorial e turismo nos municípios no século XXI. Para isso, foram utilizados materiais bibliográficos e documentais como a literatura histórica e eclesiástica, livros de conhecimento científico, relatório governamental do Comitê Morsing, relatórios internacionais da Organização Mundial do Turismo e da União Europeia, documentos orientadores disponíveis em plataformas governamentais como Ministério do Turismo, Secretaria Estadual de Turismo de Rondônia, Prefeitura de Guajará-Mirim, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – Rondônia, Governo Autônomo Municipal de Guayaramerín e do Centro de Documentação e Informação da Bolívia. Tais materiais possibilitaram abordar o desenvolvimento territorial e o turismo, com exemplos teóricos para o embasamento das necessidades de mudanças nas práticas contextuais. Além dessa abordagem, apresentam-se as colonizações portuguesa e espanhola, os povos originários e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré como marco da constituição territorial dos municípios brasileiro e boliviano, territórios correspondentes aos planos e planejamento elencados e avaliados na última parte deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Guajará-Mirim, Guayaramerín, Desenvolvimento territorial, Turismo.

SILVA, Ana Leopoldina da. **Guajará - Mirim (Estado de Rondônia - Brasil) y Guayaramerín (Departamento de Beni - Bolivia): Evaluación documental para verificar la posibilidad de desarrollo territorial y turismo.** 2021. 118 f. Disertación de Maestría en Sociedad, Cultura y Fronteras - Universidad Estadual del Oeste de Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu.

RESUMEN

Esta disertación busca evaluar la posibilidad de desarrollo territorial y turístico en Guajará-Mirim (Estado de Rondônia - Brasil) y Guayaramerín (Departamento de Beni - Bolivia), a través de los objetivos específicos: conocer la bibliografía sobre desarrollo territorial y turismo, contextualizar la constitución de las ciudades gemelas del siglo XVII al siglo XXI, y evaluar documentos rectores para el desarrollo territorial y el turismo en los municipios, en el siglo XXI. Para esto se utilizó material bibliográfico y documental, como literatura histórica y eclesiástica, libros de conocimiento científico, informe gubernamental del Comité Morsing, informes internacionales de la Organización Mundial del Turismo y de la Unión Europea, documentos orientativos disponibles en plataformas gubernamentales como en el Ministerio de Turismo, Secretaría de Turismo del Estado de Rondônia, Prefectura de Guajará-Mirim, Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad, Secretaría de Estado de Planificación, Presupuesto y Gestión - Rondônia, Gobierno Autónomo Municipal de Guayaramerín y Centro de Documentación e Información de Bolivia. Estos materiales permitieron abordar el desarrollo territorial y el turismo, como ejemplos teóricos para apoyar las necesidades de cambios en las prácticas contextuales, además de este enfoque, las colonizaciones portuguesa y española, los pueblos originarios y la construcción del ferrocarril Madeira-Mamoré se presentan como un hito de la constitución territorial de los municipios brasileños y bolivianos, territorios correspondientes a los planos y planificación listados y evaluados en la última parte de este estudio.

PALABRAS-CLAVE: Guajará-Mirim, Guayaramerín, Desarrollo territorial, Turismo.

SILVA, Ana Leopoldina da. **Guajará - Mirim (State of Rondônia - Brazil) and Guayaramerín (Department of Beni - Bolivia): Documentary evaluation to verify the possibility of territorial development and tourism.** 2021. 118 f. Master's Dissertation in Society, Culture and Borders - State University of Western Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

This dissertation evaluated the potential on performing territorial development and tourism in the municipalities of Guajará-Mirim (State of Rondônia - Brazil) and Guayaramerín (Department of Beni - Bolivia), thus, the specific objectives were defined: to screen the bibliography on territorial development and tourism, to contextualize the constitution of twin cities from the 17th to the 21st century, and to evaluate guiding documents for territorial development and tourism in municipalities of the 21st century. For this purpose, bibliographic and documentary materials were used, such as historical and ecclesiastical literature, books of scientific knowledge, government reports from the Morsing Committee, international reports from the World Tourism Organization and the European Union, guiding documents available on government platforms such as the Ministry of Tourism, Rondônia State Secretariat for Tourism, Guajará-Mirim City Hall, Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation, State Secretariat for Planning, Budget and Management - Rondônia, Municipal Autonomous Government of Guayaramerín and the Documentation and Information Center of Bolivia. These data made it possible to approach territorial development and tourism, with theoretical examples to support the needs for changes in contextual practices. In addition, it was reported the Portuguese and Spanish colonizations, native peoples and the construction of the Madeira-Mamoré railway as a landmark of the territorial constitution of the Brazilian and Bolivian municipalities. Both, of these territories correspond to the plans and planning listed and evaluated in the last part of this study.

KEYWORDS: Guajará-Mirim, Guayaramerín, Territorial development, Tourism.

LISTA QUADROS

Quadro 1 – Estudos de Guajará-Mirim e Guayaramerín.....	18
Quadro 2 – Arranjos Produtivos Locais Guajará-Mirim.....	32
Quadro 3 - Documentos orientadores de Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia).....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação dos conceitos associados à governança territorial.....	28
Figura 2 – Sistema de turismo – SISTUR modelo referencial.....	34
Figura 3 – Trecho encachoeirado dos Rios Mamoré e Madeira.....	52
Figura 4 – Saídas da Bolívia para o Oceano Pacífico até 1882.....	57
Figura 5 – Mapa da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, 1877.....	64

LISTA DE SIGLAS

APLs – Arranjos Produtivos Locais

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INE – Instituto Nacional de Estadística

IUOTO – União Internacional de Organizações de Viagens

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações unidas

PDI – Plano Diretor Industrial

PDES - Plano de Desenvolvimento Sustentável

PDIF – Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira

PDSA – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento

PTDI – Plan Territorial de Desarrollo Integral del Municipio de Guayaramerín para Vivir Bien

PEG – Plano Estratégico de Gestão

PEI – Plano Estratégico Institucional del Gobierno Autonomo Municipal de Guayaramerin para Vivir Bien

PER – Plano Estratégico de Rondônia

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia

PLUS – Plan del uso de suelo

PMCGM – Plano Municipal de Cultura de Guajará-Mirim

PMPN – Plano de Manejo do Parque Nacional

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

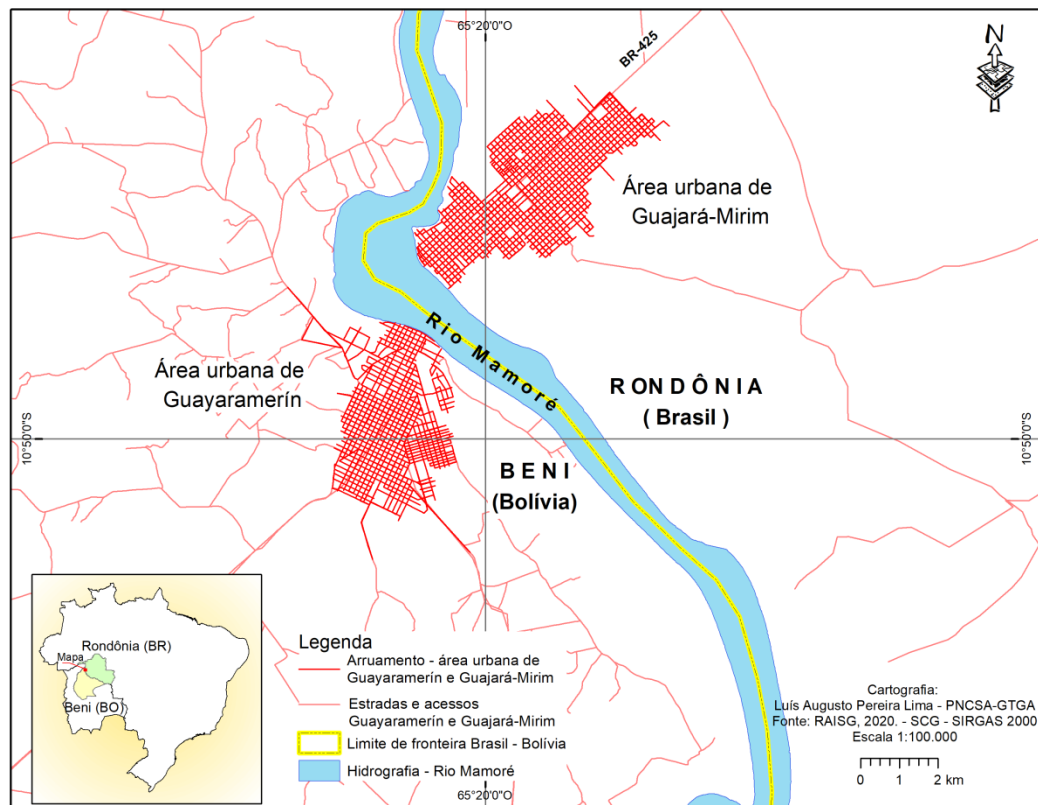
UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PERCURSO METODOLÓGICO.....	16
 CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TURISMO	 21
1.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA	21
1.2 SISTEMA DE TURISMO - SISTUR.....	33
1.3 PLANEJAMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL	40
 CAPÍTULO 2 – A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DE GUAJARÁ-MIRIM (ESTADO DE RONDÔNIA – BRASIL) E GUAYARAMERIN (DEPARTAMENTO DE BENI – BOLÍVIA)	 49
2.1 COLONIZAÇÃO E POVOS ORIGINÁRIOS	49
2.2 A FERROVIA DO MADEIRA-MAMORÉ: DO SÉCULO XIX AO XX	55
2.3 CIDADES-GÊMEAS: DO SÉCULO XX AO XXI	72
 CAPÍTULO 3 – GUAJARÁ-MIRIM (ESTADO DE RONDÔNIA – BRASIL) E GUAYARAMERIN (DEPARTAMENTO DE BENI – BENI): AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	 78
3.1 – DOCUMENTOS ORIENTADORES: PLANOS E PLANEJAMENTO	78
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 107
REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

Os municípios Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia) retratados no mapa, com particularidades, necessidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais que ultrapassam a linha física presente na cartografia, também manifestam a complexidade das relações conflitos e cooperações precedentes à globalização e que perpassam a constituição territorial.



Mapa: Fronteira de Guajará-Mirim (Rondônia-Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni - Bolívia)

Fonte: (LIMA, RAISG, 2020)

Guajará-Mirim, um dos municípios objeto de estudo desta dissertação, teve sua fundação datada em 10 de abril de 1929, com emancipação administrativa em 21 de setembro de 1943. Sua denominação é herança da língua originária tupi-guarani, que, ao ser traduzido para a língua portuguesa, significa cachoeira pequena. Tal cidade é a segunda maior do Estado de Rondônia com 24.855,724 km² de extensão territorial com 93% dessa área em proteção ambiental. Sua população é marcada pela diversidade e misturas de etnias, como descendentes de povos originários Wari', quilombolas e migrantes bolivianos (IBGE, 2010).

A fundação de Guayaramerín, localizado na Província de Vaca Díez, Departamento de Beni, foi em 22 de setembro de 1915. Sua denominação também é originária do dialeto tupi-guarani, com significado similar à tradução da de Guajará-Mirim, significa “cachuela chica”, em espanhol. Sua população é representada pelos povos originários, Quéchua e Aymara, bem como pelos povos de origem espanhola e imigrantes de diferentes regiões do mundo, como o Japão (INE, 2012 PDTI, 2016).

A escolha do tema está relacionada à afinidade com a relevância da biodiversidade, a área em conservação ambiental, as tradições e culturas dos povos originários em Guajará-Mirim e Guayaramerín, consonante espera-se contribuir com a ampliação de conhecimento e reflexões para aqueles que têm interesse na área de desenvolvimento turístico e territorial.

No âmbito acadêmico, a pesquisa justifica-se pela insuficiência de estudos que abordam o turismo relacionado ao objeto de estudo: as cidades-gêmeas Guayaramerín e Guajará-Mirim, bem como pela ausência de estudos sobre desenvolvimento territorial e turístico relacionado a tais municípios, conforme a pesquisa exploratória relatada no percurso metodológico desta dissertação.

A problemática desta pesquisa permeia-se pelas dificuldades do desenvolvimento turístico e territorial em considerar os aspectos ecológico, econômico, social e cultural. Como exemplo de tais adversidades, a realidade apresenta o turismo de massa, resultado da atividade turística que considera a economia sobreposta às demais dimensões (HALL, 2001).

O desenvolvimento turístico que visa ao aspecto econômico, predominado pelo turismo de massa, gera futuros problemas sociais e ambientais. Ao sobrepor a economia às dimensões ecológica, social e cultural, os interesses de atores locais e globais que visam a lucros sobressaem-se, sendo que, para atender a tais interesses, as políticas públicas e projetos que beneficiam o coletivo são inviabilizados e invisibilizados e, como resultado, no local, tem-se a ampliação do espaço urbano sem considerar a diminuição dos recursos naturais, enquanto, na escala global, destaca-se o aquecimento global (HALL, 2001).

Com isso, buscou-se compreender o problema da pesquisa: É possível desenvolver o turismo e o território considerando as inter-relações dos aspectos ecológico, econômico, social e cultural de Guayaramerín e Guajará-Mirim? Pressupõe-se que existe a possibilidade de desenvolvimento turístico e territorial

embasada na interdependência das dimensões se as peculiaridades das cidades-gêmeas forem compreendidas e consideradas nos processos de desenvolvimento.

A partir do problema da possibilidade de desenvolvimento turístico e territorial nas cidades-gêmeas, foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos. Como objetivo geral, este estudo visa avaliar a possibilidade de desenvolvimento turístico e territorial em Guayaramerín (Departamento de Beni-Bolívia) e Guajará-Mirim (Estado de Rondônia-Brasil). Para tanto, o estudo busca atender aos seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer a bibliografia referente ao desenvolvimento territorial e turismo;
- b) Contextualizar a constituição territorial de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia), do século XVII ao XXI;
- c) Avaliar documentos orientadores do desenvolvimento territorial e turismo nas cidades-gêmeas no século XXI (2000-2020).

Para atender a esses objetivos específicos, o estudo estrutura-se em três capítulos, orientados pelo objetivo geral. No primeiro capítulo, apresenta-se o desenvolvimento territorial a partir de seus principais conceitos, território, desenvolvimento, governança, atores, bem como o sistema de turismo – SISTUR e seus subsistemas ecológico, econômico, social, cultural e o planejamento turístico sustentável.

No segundo capítulo, contextualizam-se os territórios das cidades-gêmeas e seus processos de desenvolvimento em diferentes períodos históricos, possibilitando perceber os aspectos ecológico, econômico, social e cultural. Para isso, primeiramente, apresenta-se a constituição territorial de Guajará-Mirim e Guayaramerín à época dos povos originários, da colonização espanhola e portuguesa, por conseguinte, retrata-se a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a qual é considerada marco de ambos os municípios e das relações bilaterais entre Brasil e Bolívia, por fim, recorrendo-se sobre o território das cidades brasileira e boliviana a partir do século XX.

No último capítulo, avaliam-se documentos que contemplam o desenvolvimento territorial ou turístico nas cidades-gêmeas no período de 2000-2020. Para isso, elencam-se planos e planejamento de Guajará-Mirim e Guayaramerín, que são avaliados para identificar a possibilidade do desenvolvimento do território e do turismo.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa científica permite apresentar soluções a problemas por meio de processos racionais e metódicos (GIL, 2007). Para tanto, é imprescindível a organização do percurso metodológico que é definido,

[...] a) como a discussão epistemológica sobre “o caminho do pensamento” que o tema ou objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais [...] (MINAYO, 2007, p.44).

Enquanto criatividade da pesquisadora, o percurso metodológico passou por diferentes adaptações devido às dificuldades encontradas no decorrer da investigação, dentre as quais se destacam a impossibilidade de executar pesquisa de campo em Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni) pelo contexto de pandemia no ano de 2020 e a delimitação da dimensão do objeto de estudo que envolvia o contexto internacional e municípios com a integração regional.

Tais dificuldades proporcionaram adaptações do tema a partir de pesquisa exploratória, a qual possibilitou elencar trabalhos correspondentes à atual temática desta dissertação, para a realização de revisão bibliográfica, para identificar estudos que abordam o desenvolvimento territorial e turístico em Guajará-Mirim e Guayaramerín.

Para identificar tais estudos, inicialmente, pesquisou-se nas seguintes bases de dados eletrônicas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), Portal de Periódicos da Capes (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO), considerando o critério de idioma da publicação, ou seja, estudos publicados na língua portuguesa, espanhola e inglesa. Também foram considerados os seguintes descritores: Guayaramerin-Turismo, Guajará-Mirim-Turismo, Guayaramerin-Tourism, Guajará-Mirim-Tourism. Com tais critérios e descritores, não foram identificados trabalhos nessas bases de dados.

Apesar dessa dificuldade, as buscas pelos estudos foram perseveradas e reiniciadas em outras bases de dados eletrônicas, para suprir a necessidade de conhecer os estudos de desenvolvimento territorial e turístico nas cidades-gêmeas.

Assim, a pesquisa reiniciou-se nas seguintes bases de dados: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (IBEA), Open Edition Journals (OEJ) e Portal de Domínio Público Biblioteca Digital desenvolvida em Software Livre, com o critério de idioma de publicação, sendo considerados estudos (artigos, dissertações e teses) publicados na língua portuguesa, espanhola e inglesa. Os descritores cruzados na busca foram: Guayaramerin-Turismo, Guajará-Mirim-Turismo, Guayaramerin-Tourism, Guajará-Mirim-Tourism. Nessa pesquisa, foram identificados os estudos elencados no quadro 1.

A leitura dos estudos elencados possibilita a identificação dos autores, ano de publicação, objetivo geral, metodologia e a fundamentação teórica.

Como objetivo geral, Oliveira (2009) buscou identificar temas e indicadores para avaliar o turismo sustentável em Guajará-Mirim, Moraes (2011) propôs investigar algumas especificidades de Guayaramerin, Cavalcanti et. al (2014) visaram abordar os limites e possibilidades do turismo para o desenvolvimento local de Guajará-Mirim.

Acerca dos procedimentos metodológicos, Oliveira (2009) realizou pesquisa bibliográfica para abordar temas e indicadores do turismo sustentável e fez pesquisa de campo, com aplicação de questionário com escala aos atores representativos do município de Guajará-Mirim, buscando identificar o quanto eram importantes tais temas e indicadores.

Enquanto metodologia, Moraes (2011) adotou o estudo de campo, o qual resultou em relato de experiência. Cavalcanti et. al (2014), por sua vez, utilizaram o método hipotético-dedutivo de caráter qualitativo e quantitativo, também realizaram pesquisas primárias e secundárias.

Em relação à base teórica, Oliveira (2009) aborda o desenvolvimento sustentável, na perspectiva de que esse termo abarca os aspectos econômicos, sociais e ambientais, os quais podem ser mensurados por indicadores que alertam os atores responsáveis pelas tomadas de decisões para as questões prioritárias. Moraes (2011) delimitou seu estudo à experiência, Cavalcanti et. al (2014), por sua vez, mencionaram que sua fundamentação estava na Teoria de Desenvolvimento Endógeno, mas não a apresentou.

BASE DE DADOS	TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRAS CHAVE	OBJETIVO GERAL
Portal Domínio Público Biblioteca Digital desenvolvida em Software livre	INDICADORES RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)	OLIVEIRA, Oleides Francisca de	2009	Desenvolvimento Sustentável, Indicadores de sustentabilidade, Atividade turística	Identificar temas, indicadores relevantes e informações necessárias para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim (RO).
OEJ – Open Edition Journals	Turismo e Desenvolvimento em Guayaramerín: etnografia de um seminário	MORAES, Renata Albuquerque de	2011	NA	Investigar algumas das singularidades de Guayaramerín.
IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais	PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A POLÍTICA AMBIENTAL EM RONDÔNIA: O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE GUAJARÁ-MIRIM	CAVALCANTI, Fábio Robson Casara BATISTA, Silvana Araújo GÓES, Silvia Bezerra de FLORES, Cíntia Rosina FLORES, Josmar Almeida	2014	Desenvolvimento regional, Política ambiental, Turismo, Guajará-Mirim, Rondônia	Discutir os limites e as possibilidades do turismo como vetor de desenvolvimento local de Guajará-Mirim e de seu entorno, a partir da Teoria do desenvolvimento endógeno.

Quadro 1 – Estudos de Guajará-Mirim e Guayaramerín

Fonte: a autora, 2020.

A partir dessa revisão, identificou-se a similaridade desses trabalhos, visto que os três trazem a questão do desenvolvimento do turismo, Oliveira (2009) enfoca a importância dos indicadores na avaliação do turismo sustentável, Moraes (2011) identifica as dificuldades da comunidade de Guayaramerin para resolver os problemas com propostas de desenvolvimento que a considere, Cavalcanti *et. al* (2014) apresenta, possíveis potencialidades do turismo para o desenvolvimento local.

A partir dessa revisão bibliográfica, reafirma-se a relevância desta dissertação para a academia, apesar da semelhança com o termo ‘desenvolvimento’, os estudos não utilizam o desenvolvimento territorial que considera os aspectos ecológico, econômico, social e cultural, que são relevantes em nossa contemporaneidade, devido aos problemas como aquecimento global, consumismo e ausência de políticas públicas sociais, os quais estão relacionados às dimensões territoriais e às suas inter-relações.

O método de investigação utilizado neste estudo foi a abordagem qualitativa que serve para:

Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estáticos não podem alcançar ou representar em virtude de sua complexidade (RODRIGUES e LIMENA, 2006, p. 60).

Essa escolha está relacionada aos objetivos desta dissertação que envolve a apresentação do marco teórico, a contextualização do objeto de estudo e a análise de documentos a partir da teoria. Para isso, realizou-se a pesquisa documental, para qual “o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007: 70), e a pesquisa bibliográfica que se trata de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2007: 69).

Para atender a problemática da pesquisa, este estudo orienta-se para alcançar os três objetivos específicos desta dissertação, conforme a seguinte estrutura: Capítulo 1 - Desenvolvimento territorial e turismo, Capítulo 2 – A constituição territorial de Guajará-mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni), Capítulo 3 - Guajará-Mirim (Rondônia –

Brasil) e Guayaramerín (Departamento De Beni – Bolívia): Avaliação de documentos.

Para alcançar o objetivo específico do capítulo 1, foram utilizados materiais bibliográficos constituídos por obras impressas e materiais documentais dos bancos de dados da Organização Mundial do Turismo e da União Europeia para apresentar a fundamentação teórica do desenvolvimento territorial, do sistema de turismo – SISTUR e do planejamento turístico sustentável.

No desenvolvimento do capítulo 2, foram empregados materiais bibliográficos impressos como literaturas históricas e eclesiásticas e relatórios de projetos governamentais. No capítulo 3, foram utilizados documentos elencados nas seguintes plataformas: Ministério do Turismo, Secretaria Estadual de Turismo de Rondônia, Prefeitura de Guajará-Mirim, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – Rondônia, Governo Autônomo Municipal de Guayaramerín e Centro de Documentação e Informação da Bolívia.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TURISMO

Neste capítulo, apresentam-se conceitos, termos e reflexões relacionados ao desenvolvimento territorial e ao turismo, base teórica desta dissertação. Inicia-se pelos conceitos profícuos a tal abordagem, isto é, território e desenvolvimento, na singularidade e inter-relacionados.

Segue-se a discussão com o termo governança territorial a partir de diferentes contextos e identificam-se diferentes modalidades de governança territorial, destacando-se a modalidade de Arranjos Produtivos Locais – APLs.

Tal destaque relaciona-se à modalidade presente no objeto de estudo desta dissertação: Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia). Finaliza-se este capítulo com a apresentação do Sistema de Turismo – SISTUR, seu sistema propriamente dito e seus subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, que requer Planejamento Turístico correlacionado às escalas locais, regionais, nacionais e internacionais.

1.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA

O desenvolvimento territorial é uma abordagem geográfica recente (JEAN, 2010), que envolve o espaço geográfico construído historicamente pelas dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas (SAQUET, 2015).

O surgimento dessa perspectiva esteve atrelado ao cenário em que a taxa de desemprego crescia repentinamente e os preços de produção aumentavam, em meados de 1970. Tal abordagem contrapunha-se às percepções de desenvolvimento, nas quais era supervalorizado o crescimento econômico (DALLABRIDA, 2016).

Essa teoria de desenvolvimento originária de pesquisadores italianos admitia a função das dinâmicas espaciais advindas dos distritos industriais, os quais foram “redescobertos na década de 1970 na Terceira Itália¹, e tem origem nos estudos de Alfred Marshall (1890/1919)” (DALLABRIDA, 2016, p.28).

Enquanto proposta, o desenvolvimento territorial surge a partir da compreensão de que o território está além da percepção de espaço, isto é, envolve o meio social e a história, compõe-se dos recursos naturais, formas de produção,

¹ São distritos industriais de pequenas empresas.

consumo, redes e esquemas de organizações responsáveis pela coesão em seu interior (SEPULVEDA, *et al.* 2003).

Enquanto termo, desenvolvimento territorial envolve os conceitos de território e desenvolvimento, os quais precisam ser entendidos individualmente para melhor compreensão do conjunto.

O território pode ser entendido como um conjunto formado pela natureza, sociedade, economia, política, matéria, apropriação, conexões e redes (SAQUET, 2007). Tal compreensão da complexidade do território reafirma-se na seguinte percepção:

[...] o território assume a sua concretude de forma física, política, jurídica, administrativa, econômica e cultural; medido e demarcado por linhas de fronteiras, visíveis na cartografia política dos territórios nacionais. (CURY, 2019, p.25)

O conceito de desenvolvimento envolve as dimensões local, regional, econômica, social, humana e sustentável (DALLABRIDA, 2007). Tal assertiva encontra-se em Saquet (2015), o qual ressalta o desenvolvimento como foco de debates, discussões e diferentes interpretações, encontradas em concepções diversas que remetem ao local, ao espacial, ao territorial, ao ambiental, ao sustentável etc.

Para Pires *et al.* (2011), o desenvolvimento é um processo de construção social, que implica a participação de atores sociais nas estratégias que possibilitem esse processo, com participação da comunidade, promovendo o desenvolvimento sustentável e equitativo, em longo prazo.

No desenvolvimento, os processos precisam ser orientados para a cooperação, produção de alimentos saudáveis, preservação ambiental, valorização do patrimônio imaterial no território (SAQUET, 2015).

A contradição, o conflito e a dialética estão presentes no decorrer do desenvolvimento, seus agentes organizam-se pelas relações e redes internas e externas ao local, com o intuito da autorreprodução dos processos (SAQUET, 2015).

Tais processos englobam o desenvolvimento regional que,

[...] consiste em um processo de mudança estrutural localizado em nível subnacional, visualizando um progresso da própria região, da comunidade e da sociedade que nela vive (PIRES, *et al.*, 2011, p.65).

Além disso, envolve o local, também considera as relações entre atores públicos, privados e civis, os quais proporcionam ações fundamentadas nas

potencialidades locais, conforme as particularidades do contexto, tendo em vista a resolução de questões econômicas, sociais e ambientais (PIRES, *et al.*, 2011).

O desenvolvimento fundamentado no território está relacionado à conscientização recente sobre os recursos endógenos decisivos no desenvolvimento pelo local e para o local (COMUNIDADE EUROPEIA, 2003). Tal observação embasa o desenvolvimento como processo endógeno, que considera a potencialidade do território, a participação da comunidade na liderança do processo, presente nas mudanças que acontecerão no decorrer do desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2007).

O desenvolvimento atrelado ao território abrange o regional e o local, diferenciando-se deles pela amplitude das relações, das dimensões e do seu alcance, visto que, além de considerar os atores internos e as dimensões ambientais, econômicas, políticas e sociais, considera as influências dos atores externos e a sustentabilidade de tais dimensões (COMUNIDADE EUROPEIA 2003, DALLABRIDA 2011, PIRES *et al.* 2011).

Para Jean (2010), os atores e organizações devem promover o desenvolvimento do território para atender as necessidades e interesses próprios, sendo imprescindível a participação do privado, do público e da sociedade civil. Tal compreensão encontra-se na seguinte citação:

O desenvolvimento territorial pressupõe que cada território deva construir, por meio de uma dinâmica interna, seu próprio modelo específico. Pois, um modelo que obteve êxito num determinado território e, num dado momento, pode muito bem fracassar em outro território... Promover com êxito o desenvolvimento territorial pressupõe um processo de aprendizagem social do desenvolvimento [...]. (JEAN, 2010, p. 74-75)

Segundo Cleary (2003). o desenvolvimento com foco no território envolve uma complexa rede de relações e articulações entre as dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais, que orientam o desenvolvimento territorial. Tais relações transcorrem o território e transcendem os demais territórios, bem como para a sociedade, a economia local, regional, nacional e internacional.

A concepção de sistema completo, histórico e dinâmico do desenvolvimento territorial serve como início de esquemas analíticos complexos com variáveis e indicadores, os quais acarretam o desafio em *“controlar la posible proliferación de factores que deben tenerse en cuenta en los análisis, sin que pierdan por ello su orientación holístico-sistémica y dinámico-histórica”* (CLEARY 2003, p. 36).

Boisier (2004) aborda o desenvolvimento territorial como descentralizador do poder. Tal descentralização compreende o papel e as inter-relações dos atores governamentais, civis e do setor privado.

Para Boisier (2004), esse modelo tem sua dinâmica estimulada pelos avanços tecnológicos e científicos que têm contribuído significativamente com as mudanças no modo de produção, influenciando nos serviços fornecidos pelos meios de comunicação e pelos meios de transporte. Tais mudanças contribuem com o surgimento de sistemas com poder descentralizado.

Com o alinhamento de necessidades e interesses de atores e organizações voltados para o território em desenvolvimento, a descentralização de poder pode prevalecer, caracterizando-se, assim, como desenvolvimento endógeno, sem interferências exógenas que possam prejudicar as reais necessidades do território (BOISIER, 2000).

Apesar de ser necessário que não haja interferência de atores externos, com a globalização, é impossível que o desenvolvimento territorial não esteja atrelado às dinâmicas externas e atores externos, conforme a seguinte afirmativa:

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (DALLABRIDA, 2015, p. 325).

Em relação à dinâmica territorial, Dallabrida (2015) observa que esta acontece a partir das ações do processo de desenvolvimento, que são realizadas pelos atores e organizações presentes no território. Tais ações são orientadas pelas necessidades e interesses, que, perante a globalização, podem ser benéficas ou não para o território.

O desenvolvimento do território requer uma gestão que envolva as partes interessadas, suas necessidades e os aspectos sociais, políticos e econômicos, que pressupõem o modelo de governança territorial, o qual surge a partir do conceito singular de governança.

A gênese da ideia de governança, em si, não é identificável. Mas a sua abordagem em diferentes contextos é conhecida a partir de documentos e da literatura. De acordo com Pires *et al.* (2011), sua concepção perpassou diferentes espaços e tempos, isto é, esteve presente em diferentes contextos, dentre os quais

a Inglaterra que já utilizava o termo “*governance*” no século XIV, para referir-se à governança (PIRES *et al.*, 2011).

Nas primeiras décadas do século XX, o termo governança foi retomado, inicialmente, por *Ronald Coase*, seguido por *Oliver Eaton*, com adaptação para a área empresarial. Os estudiosos do corporativismo como *Richard Eeels*, buscaram utilizar a ideia de governança adaptada para um modelo de gestão privado, no qual se identificavam os atores com poder de decisão e as suas inter-relações nas empresas (PIRES *et al.*, 2011).

No cenário internacional, as instituições internacionais retomam a ideia de governança na perspectiva de Estado² e de suas respectivas gestões (PIRES *et al.* 2011). De um modo geral, no âmbito internacional, as definições assemelham-se ao conceito da Organização das Nações Unidas - ONU, no qual se compreende como governança:

[...] a soma das várias maneiras de indivíduos e instituições, público e privado, administrarem seus assuntos comuns. É um processo contínuo por meio do qual conflito ou interesses diversos podem ser acomodados e a ação cooperativa tem lugar [...] No nível global, [...] pode envolver organizações não-governamentais, movimentos de cidadãos, corporações multinacionais e o mercado de capitais global. (ONU, 1995, p. 22-23).

A governança abordada pelas instituições do cenário internacional compreende tais instituições, um conjunto de regras e conhecimentos padronizados que os Estados fundamentam-se com o intuito de desenvolvimento. Tal compreensão implica a gestão de recursos e políticas a partir do Estado e assemelha-se à perspectiva da Comunidade Europeia, apesar de ser outro contexto:

A governança europeia diz respeito aos princípios e aos instrumentos da tomada de decisão no contexto da vasta gama de intervenientes e de instâncias de decisão na Europa — Comunidade Europeia, Estados-Membros, autoridades regionais e locais e entidades privadas. A coexistência e a interação de diversos níveis de governança constitui inequivocamente um desafio sem precedentes (COMUNIDADE EUROPEIA, 2003, p.31).

Além disso, também deve-se considerar as dimensões base da governança, que são: gerenciamento público, cumprimento de obrigações e deveres,

²“Uma 'organização governante' será chamada 'política' na medida em que sua existência e ordem forem continuamente salvaguardadas dentro de uma dada área territorial pela ameaça e aplicação de força física por parte do órgão administrativo. Uma organização política compulsória com operação contínua será chamada de 'estado' na medida em que seu órgão administrativo sustentar satisfatoriamente a alegação do monopólio da legitimidade do uso da força física para proteger sua ordem (WEBER, 1999, p. 54).”

regulamentação e legislação, informação esclarecedora, abordagens integrativas, respeito aos direitos humanos e à solidificação das instituições (PIRES *et al*, 2011).

Em outra perspectiva de governança, importante no cenário internacional e apresentada pela ONU – Organização das Nações Unidas no PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sua compreensão envolve os sistemas e os processos com os quais tem relação, conforme o seguinte entendimento,

Os sistemas e processos de governança inclusiva e responsável são reconhecidos como elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a segurança humana. São necessários instituições e mecanismos inclusivos, eficazes e responsáveis para a solução pacífica de conflitos e a promoção da coesão social, com vistas a construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas. (PNUD, 2019 p 10).

Na contemporaneidade, o termo governança perpassa diferentes cenários como nas instituições internacionais e nacionais, organizações locais, regionais e globais, tanto governamentais como não governamentais, por corporações e por gestões públicas (PIRES *et al*, 2011).

No corporativismo, o conceito de governança considera processos que orientam a administração da corporação, com o intuito de atender aos interesses acionários e compreender a articulação entre atores (acionistas) para melhor alcançar as metas, que são as mais benéficas para os envolvidos, sempre com vistas ao longo prazo (PIRES *et al*, 2011).

Na perspectiva política, o conceito de governança, de modo geral, está atrelado à relação Sociedade-Estado, que pode ser em nível local, rural, urbano, regional, territorial e global, com o intuito de resolver problemas específicos (PIRES *et al*, 2011).

A governança territorial é originária da perspectiva política e considera o território, envolve as inter-relações dos atores sociais para um modelo de gestão, seja ele horizontal ou vertical, bem como normatiza os processos territoriais econômicos, ambientais e sociais (PIRES *et al*, 2011).

De acordo com Pires *et al*. (2011), tal definição de governança atrelada ao território surgiu em 1990 na França,

[...] designando novas formas de ação coletiva em redes de atores de caráter flexível e diversificado, surgidas pela fragmentação do sistema político-administrativo e ineficácia na ação pública estatal, voltada somente à aplicação e produção de normas jurídicas, portanto, sendo um enfraquecimento do poder do Estado nacional em detrimento de outras

instâncias de autoridade estatal, coletividades territoriais e da sociedade civil. (PIRES *et al*, 2011, p. 36).

Com as mudanças nas estruturas governamentais, surgiram as redes que são compostas por atores públicos, privados e civis, com relações interdependentes (PIRES *et al*, 2011). Tal relação interdependente pode ser compreendida como uma dependência hierárquica entre atores/agentes (GILPIN, 2002).

Pires *et al*. (2011) definem governança territorial como “[...] o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia, para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório [...] (PIRES *et al*, 2011, p. 36)”.

Para que tal governança seja possível, os atores políticos, sociais, econômicos (PIRES *et al*, 2011, DALLABRIDA, 2011) e ambientais inter-relacionam-se por meio da regulamentação, considerando o endógeno e as influências exógenas, isto é, os diferentes níveis, local, regional, territorial e global (DALLABRIDA, 2011).

Como se tem visto até agora, a governança territorial está atrelada ao território, podendo envolver diferentes níveis, contextos, dimensões, atores, indiferentemente da qualificação de tal governança.

A qualificação de boa governança, segundo a UNIÃO EUROPEIA (2012), resulta do sucesso das interações e das relações entre as partes de determinado território e entre territórios.

Enquanto termo, Pires *et al*. (2011) explicam que se aplica a diferentes formas de governança, desde que esteja de acordo com os requisitos estipulados por organizações, variando em diferentes contextos. Como exemplo no cenário internacional, a boa governança considera as relações

[...] entre governos e mercados, governos e cidadãos, entre os governos e o setor privado ou voluntário, entre eleitos e funcionários nomeados, entre instituições locais e moradores urbanos e rurais, entre Legislativo e Executivo, entre Estados-nação e instituições (PIRES *et al*., 2011, p. 39).

Para que a tal boa governança seja exercida no processo de desenvolvimento, devem ser consideradas as relações entre o público, o privado e o civil (PIRES *et al*, 2011). Contudo, conforme mencionado anteriormente, as necessidades e os interesses variam conforme o contexto, normalmente sendo

utilizados como base os critérios e modelos do nível mais amplo (global) para o mais restrito (local).

Assim, ressalta-se que os modelos e critérios estabelecidos não correspondem às necessidades específicas dos diferentes contextos, sendo necessária adaptação do global para o local. Tal compreensão encontra-se na seguinte afirmação:

A concepção de governança só pode ser compreendida com razoável eficácia e completude quando se considera os conceitos associados a ela, [...], ou seja, o conjunto teórico- conceitual que expressa às formas de configuração e organização das relações sociais entre um conjunto de atores que definem estratégias políticas que direcionam o desenvolvimento territorial (PIRES *et al.*, 2011, p.40).

Tal governança envolve conceitos, dentre os quais o território, que é construído pelas dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais no espaço-tempo, conforme as concepções apresentadas na abordagem do desenvolvimento territorial e os conceitos expressos na figura 1.

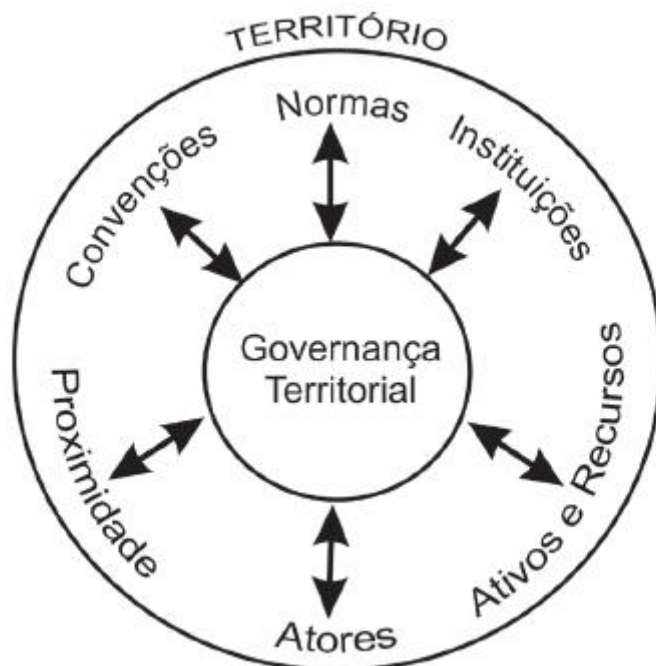


Figura 1 - Representação dos conceitos associados à Governança Territorial

Fonte: Pires, *et al.* (2011, p. 41)

O conceito de proximidade orienta a coesão das relações entre os atores da governança territorial, dividindo-se em três diferentes definições que podem coexistir:

[...] a proximidade geográfica, que considera a distância espacial entre empresas e suas localizações; a proximidade organizada, que trata da proximidade entre atores que pertencem ao mesmo espaço de relações (firma, rede, sistema) e que se entrelaçam por interações de diferentes naturezas (representações, convenções); e a proximidade institucional, que corresponde à intersecção entre os dois outros tipos de proximidade e corresponde a um tipo de coordenação entre atores que extrapola a simples lógica dos preços, envolvendo relações de confiança, cooperação, interação tecnológica e ancoragem territorial (PIRES *et al.*, 2011, p. 42).

Os atores que se inter-relacionam por meio das proximidades mencionadas, atuam singularmente e coletivamente. As regulamentações e parâmetros são estabelecidos por meio do coletivo, determinando a direção da governança territorial. Contudo, tais atores não possuem o mesmo peso na influência durante as decisões (PIRES *et al.*, 2011), devido às relações interdependentes que se assemelham à dependência hierarquizada (GILPIN, 2002).

Tais atores diversificam-se conforme o contexto e, de modo geral, fazem parte de três esferas: pública, privada e civil (BOISIER 2004, DALLABRIDA 2011, PIRES *et al.*, 2011). A esfera pública é representada pelo Estado, suas instituições e organizações. A esfera privada é composta por atores que constituem empresas, cooperativas, associações, instituições, organizações sem fins lucrativos, igrejas, institutos de pesquisa e sindicatos. Já a sociedade civil é composta pelos atores que não se encaixam nas demais esferas (PIRES *et al.*, 2011).

Contudo, as normas que orientam a organização dos atores na individualidade e no coletivo são construídas por meio das instituições, as quais são: “[...] codificação de um conjunto de relações sociais fundamentais que tem por objetivo realizar a passagem entre coações econômicas associadas à viabilidade de um regime de acumulação e estratégias dos grupos sociais” (BENKO, 1996, p.37). Essas relações, que são interdependentes hierárquicas, definem o poder nas instituições e, automaticamente, estabelecem as normas e parâmetros para os processos de desenvolvimento territorial.

Tais normas e critérios pré-estabelecidos referem-se a interesses e necessidades coletivas conforme as particularidades do contexto. Essas normas são legais, formais (coletivas) e informais (experiência dos atores), coordenando as ações do coletivo fundamentadas em valores comuns (PIRES *et al.*, 2011).

A institucionalização das normas padronizadas acontece por meio de convenções, que são constituídas por relações de cooperação. As convenções

orientam os sistemas produtivos pelas regras formais econômicas e pela interdependência não econômica entre atores (PIRES *et al.*, 2011).

Além desses conceitos atrelados à governança, conforme a figura 1, tem-se os recurso e ativos que também são específicos conforme o contexto, isto é, espaço-tempo. Os recursos são as riquezas inexploradas do território, que podem ser transformadas e comercializadas, ou não, como exemplo: os recursos naturais que estão na área de proteção ambiental, sendo proibido explorá-los. Os ativos são aqueles que já contribuem com o resultado do território, como as matérias-primas exploradas, equipamentos utilizados e a mão de obra local (BENKO, 1996). Os recursos e ativos

[...] definem a diferenciação de um contexto territorial na concorrência com outros lugares através dos serviços e fornecedores especializados, da mão-de-obra qualificada e, sobretudo, das estruturas organizacionais e institucionais locais (PIRES *et al.*, 2011, p.50)

Tais estruturas das relações na governança territorial são dotadas de singularidades e complexidades que podem ser harmônicas, desarmônicas e combinadas (STORPER & HARRISON, 1994, PIRES *et al.*, 2011).

Na estrutura de governança harmônica, não existe hierarquia e todos os atores cooperam entre si. Na estrutura desarmônica, existe uma hierarquia com um agente dominante que influencia sistematicamente os demais agentes. Na última forma das relações, existe uma combinação entre agentes que mantêm as relações integradas de modo que todos influenciam as decisões, mesmo que não seja na mesma proporção (STORPER & HARRISON, 1994, PIRES *et al.*, 2011).

As estruturas podem envolver os atores públicos, privados e civis na governança do território, que pode ser realizada a partir do bloco-sócio-territorial, termo compreendido como:

Conjunto de atores localizados histórica e territorialmente que, pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território, por meio de processos de concertação público-privada que contemplem o caráter democrático-participativo (DALLABRIDA, 2007, p. 47).

O referido termo assemelha-se à compreensão de convenções apresentada anteriormente. Ambos possibilitam a reflexão de que o conjunto de representantes do território define as ações do desenvolvimento, isto é, as dinâmicas territoriais que são estabelecidas pela concertação público-privado que normalmente institui-se como Assembleia.

De acordo com Dallabrida (2007), para a superação dos desafios do território, é relevante que a construção de decisões seja realizada por meio da concertação-social, organizadas pelas redes de poder sócio-territorial. A concertação, neste sentido, pode ser compreendida como:

Processo em que representantes das diferentes redes de poder sócio-territorial através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação assumem a prática de gestão territorial de forma descentralizada (DALLABRIDA, 2007, p.48).

A concertação social por meio da descentralização de poder manifesta-se na horizontalidade com participações ativas, com cooperação e confiança entre setores e atores, fortalecendo a governança territorial (DALLABRIDA, 2007), que é constituída por diferentes modalidades.

As modalidades de governança territorial geram atividades diversas que movimentam associações, empresas e prefeituras, refletindo nas políticas, no desenvolvimento ambiental, econômico e social, bem como na sustentabilidade das dimensões a serem desenvolvidas (PIRES *et al.*, 2011). As modalidades presentes no Brasil são:

[...] os Arranjos Produtivos Locais – APLs, Câmaras Regionais, Câmara Setoriais, Circuitos Setoriais Intermunicipais, Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, Consórcios Municipais, Comitês de Bacia, dentre outras (PIRES *et al.*, 2011, p. 83-84).

Dentre elas, se abordarão os Arranjos Produtivos Locais – APLs, que são compreendidos como “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes.” (CASSIOLATO & LASTRES, 2003, p.8).³

Devido ao seu potencial econômico, os APLs atraem o interesse de pesquisadores e de governos (PIRES *et al.*, 2011). Essa modalidade possibilita o desenvolvimento a partir de micro e pequenas empresas, as quais se beneficiam pela proximidade geográfica,

[...] que permite obter ganhos de escala crescentes em termos de externalidades acessíveis a custos baixos em *linkages* com fornecedores,

³ Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p.8)

firmas subcontratantes, entidades públicas e privadas de apoio, e da proximidade organizacional, construída em torno de estruturas comuns de aprendizagem e conhecimentos associadas a determinadas instituições, organizações e convenções que permitem reforçar as especificidades culturais e cognitivas locais voltadas a ações de cooperação, inovação e regulação (PIRES *et al.*, 2011, p.95)

A possibilidade acontece a partir de instituições, dentre as quais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE, que atuam conforme as singularidades dos APLs (PIRES *et al.*, 2011). No município de Guajará-Mirim, existem três experiências dessa modalidade com particularidades, sendo que o primeiro Arranjo Produtivo Local contempla a biodiversidade, o segundo é específico do meio rural e o terceiro envolve mais atores e dimensões, conforme o quadro 2.

APLs	Abrangência	Apoiadores	Oportunidades e desafios
Sociobiodiversidade	Vale do Guaporé, Mamoré e Baixo Madeira	Banco da Amazônia com ICMBio, ATER's	Potencializar e difundir a produção dentro das reservas, estimulando a comercialização de seus produtos. Formalizar as comunidades das reservas e integrá-los às políticas, inclusive de crédito, viabilizando renda para os povos tradicionais.
Avicultura	Mesorregiões de Porto Velho, Candeias do Jamari e Guajará-Mirim	Estado de Rondônia.	APL em consolidação; existência de assistência técnica; mercado em expansão; bom nível de organização dos produtores. Buscar eficiência na infraestrutura da cadeia para fins de logística; Identificar os produtores financiados para produção de ovos ou abate; Estímulo ao crédito.
Turismo, Comércio e Serviços	Mesorregiões de Ouro Preto do Oeste; Vale do Guaporé; BR 429; Guajará-Mirim e Porto Velho.	Estado, Banco da Amazonia e Conselho de Turismo	Mercado com grande potencial; Turismo ecológico e de negócios. Organização (governança) – elaboração dos Planos Municipais do Turismo para estabelecimento de políticas e agendas estaduais anuais; Estabelecer diretrizes envolvendo todas as entidades para fortalecer a cadeia; Qualificação do setor turístico

			(bares, restaurantes, taxista e hotéis). Mapeamento dos atrativos de cada município.
--	--	--	---

Quadro 2: Arranjos Produtivos Locais Guajará-Mirim

Fonte: PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2016 (2015).

Dentre os exemplos apresentados no quadro 2, destaca-se o APL Turismo, Comércio e Serviços, no qual a interdependência e as inter-relações podem proporcionar integrações entre diferentes escalas, desde local até o internacional, por meio das relações em construção com o Conselho Municipal de Turismo de Guayaramerín, que possibilita discussões acerca da integração entre as cidades-gêmeas por meio do turismo e do seu planejamento. Contudo, para melhor compreensão da importância do APL, apresenta-se, em seguida, o sistema do turismo, sua estrutura e suas inter-relações.

1.2 SISTEMA DE TURISMO – SISTUR

A compreensão do Sistema de Turismo (SISTUR) explicitamente implica os conceitos: sistema e turismo. Segundo Beni (2000), o sistema constitui-se por partes que se inter-relacionam para alcançar um objetivo em comum, tais partes são orientadas por valores, princípios e parâmetros organizados com o intuito de esclarecer ou gerir o funcionamento do conjunto.

Esse sistema precisa ter os elementos que o compõem, as relações entre tais elementos, os atributos que os qualificam na singularidade e na totalidade com o intuito de caracterizá-los, a *input* que constitui o todo a partir das alimentações recebidas, a *output* que resulta das diferentes alimentações saídas, originando o produto final, o *feedback* para manter a harmonia do conjunto, o meio ambiente que é composto pelos objetos que influenciam as ações do sistema em sua totalidade apesar de não fazer parte dele e o modelo que representa o sistema a ser utilizado para análise ou projeto, promovendo a exemplificação do estudo (Beni, 2000).

Em relação ao turismo, a definição utilizada neste estudo envolve necessidades e interesses contemporâneos, contemplando a perspectiva econômica⁴, a técnica⁵ e a holística, (Beni, 2000), bem como as dimensões

⁴ Na abordagem econômica, “[...] o turismo é visto como uma indústria que pode ser usada como ferramenta pelos governos para atingir determinadas metas de reestruturação e crescimento

ecológica, social e cultural, visando ao desenvolvimento harmônico do turismo, isto é, sustentável.

Lew e Hall (1998) definem o turismo sustentável como uma prática de desenvolvimento, na qual a governança orienta-se harmonicamente entre as dimensões ambiental, econômica e social, com os impactos da atividade turística precedendo tais dimensões, visando atender as necessidades específicas de cada contexto, que pode ser influenciado pela economia global, apesar de prevalecerem os interesses endógenos do destino turístico.

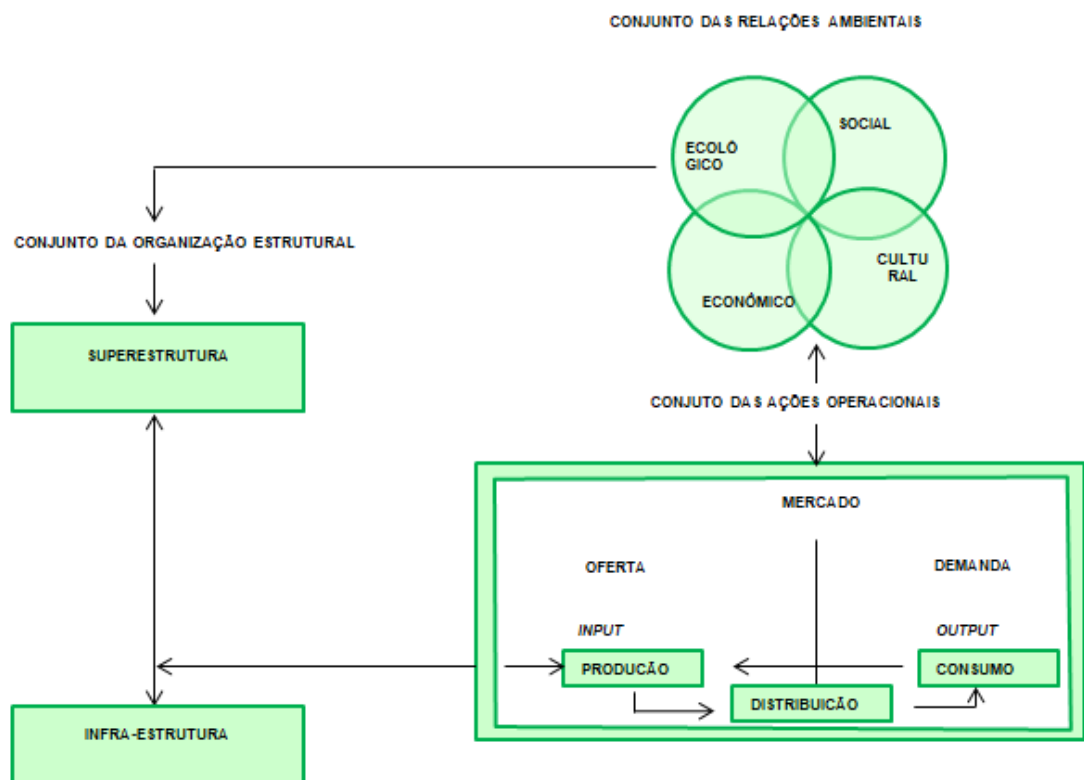


Figura 2 - Sistema de turismo (SISTUR) - modelo referencial

Fonte: (BENI, 2000, p. 48)

O Conjunto das Relações Ambientais do Sistema Turístico – SISTUR é composto pelos subsistemas ecológico, social, econômico e cultural. Esses subsistemas atuam inter-relacionados, são interdependentes e não são auto-

econômicos, geração de empregos e de desenvolvimento regional por meio da provisão de incentivos financeiros, pesquisa, marketing e auxílio na divulgação” (HALL, 2001, p.47).

⁵Nessa perspectiva, o turismo é compreendido como “o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (OMT – Organização Mundial do Turismo).

suficientes, impossibilitando que existam isoladamente. As inter-relações manifestam-se dialeticamente de forma contínua, orientadas pelo conflito e pela cooperação (BENI, 2000).

Teoricamente, os subsistemas exercem uma interdependência harmônica orientada pela perspectiva de um desenvolvimento turístico em longo prazo, contudo, na prática, a relação de interdependência ocorre hierarquicamente. Em curto prazo, o interesse econômico sobrepõe-se ao subsistema ecológico, mesmo dependendo deste para sua sustentabilidade (BENI, 2000).

O desenvolvimento do turismo no sistema capitalista tem como intuito atender as necessidades criadas pelo mundo globalizado, como a fuga das grandes cidades urbanizadas e de seu caos visual, sonoro e ambiental, buscando refúgio em lugares ecológicos. Em paralelo a essa necessidade e para atendê-la, realizam-se investimentos que visam ao retorno em curto e em médio prazo (BENI, 2000).

As referidas necessidades ecológicas alinham-se com interesses econômicos sobrepondo-se aos demais, atrelados à perspectiva humana de manipular o espaço natural irracionalmente. A capacidade de transformar o espaço faz parte do homem, contudo, esse processo de mudança tem sido feito sem análise e racionalidade (BENI, 2000), sem considerar um planejamento sustentável que é vislumbrado como prisma contemporâneo, resultado da evolução científica.

A transformação do espaço sem planejamento sustentável para o SISTUR acarreta a deterioração do subsistema ecológico e automaticamente influencia os sistemas econômico, social e cultural. Quando o planejamento não é realizado, as diversas ações turísticas tendem a ser deteriorativas e insustentáveis em médio e longo prazo.

No SISTUR, o subsistema ecológico “tem como principal elemento a contemplação e o contato com a natureza. (BENI, 2000, p. 55)”. Em tal subsistema, considera-se

[...] espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e consequências do turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora e fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um desses fatores (BENI, 2000, p. 55).

No processo de planejamento turístico, o subsistema ecológico envolve o espaço a ser planejado e a conservação ambiental que é composta pelas diferentes Unidades de Conservação da Natureza, como as do objeto de estudo desta dissertação: 83% do território de Guajará-Mirim é área de conservação ambiental

constituída por reservas como as Terras Pacaás Novas. Guayaramerín, por sua vez, não possui reservas ambientais, apesar de contar com uma diversidade de recursos naturais (PDTI, 2016).

[...] representativa de ecosistemas y biogeográfica única para el país con especies biológicas que permiten la conservación de la amazonia en conjunto con las áreas aledañas con el Estado de Brasil. Tiene tres grandes ríos de caudal único en el país que son los ríos Beni, Mamoré y el Yata, que le dan un gran valor para la biodiversidad (PDTI, 2016, p.16).

Além desses fatores, o planejamento envolve os atores públicos, privados e civis (setor público, setor privado, turistas e comunidade local), que podem influenciar na deterioração do subsistema ecológico no SISTUR. Como exemplo de tal influência, Beni (2000) cita os hotéis que não fazem o descarte correto de lixo e esgoto, os estabelecimentos que ocultam a paisagem natural, a poluição visual causada pelo excesso de marketing, a realização de planejamento que não considera as particularidades ecológicas do destino turístico.

Diante desses reveses gerados ao subsistema ecológico, origina-se a necessidade de planejar a sustentabilidade dos recursos naturais do destino turístico, isto é, utilizar tais recursos de maneira harmônica para promover a sustentabilidade dos demais subsistemas em médio e longo prazo.

A conservação de tais recursos requer colocar em prática os princípios ecológicos: Estratégia (planejar os recursos), Preservação (recursos em extinção: fauna e flora), Restauração (reflorestamento e regeneração do solo e da água), Maximização (utilizar os recursos sem desperdício), Reutilização (reaproveitar os recursos sempre que possível), Substituição (trocar recursos), Uso integral (uso múltiplo de um recurso, exemplo: Itaipu Binacional gera energia, cria programa de piscicultura e promove o turismo) (BENI, 2000).

Além desses princípios, no planejamento relacionado ao subsistema ecológico, devem ser consideradas as seguintes medidas: Educação ambiental, Capacitação profissional, Estudo de impacto ambiental, Capacidade de carga, Plano de manejo e Controle ambiental (BENI, 2000).

Já o subsistema econômico do SISTUR fundamenta-se na ciência econômica, a qual abarca as leis que orientam os sistemas de produção como o capitalista e o socialista. Contudo, vale ressaltar que a abordagem desse subsistema no modelo de Beni (2000) está orientada pelo capitalismo, bem como o objeto de estudo desta

pesquisa: Guajará-Mirim (Rondonia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolivia).

Numa determinada organização em que predomina o subsistema econômico, consideram-se os atores, as relações e os resultados, isto é, os bens materiais. Os atores organizam-se socialmente e agem de modo integrado, pela interdependência de produtos e serviços. Tal organização interage com diferentes escalas, do local ao global (BENI, 2000).

No turismo, o subsistema econômico abrange diversos serviços que são disponibilizados aos visitantes dos destinos turísticos motivados por lazer, saúde, negócios e outros. Em estudos, destacam-se as possibilidades da utilização de recursos em destinos turísticos, rendimento resultado da atividade, bem como a ampliação e a diminuição dos fluxos internacionais e nacionais. Enquanto atividade econômica, o turismo sujeita-se às leis econômicas que regem os demais setores e influencia-as, assim como a economia local, regional e territorial, e o subsistema social. Essa compreensão está subentendida na seguinte observação:

O turismo provoca o desenvolvimento Intersectorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e Planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada (BENI, 2000, p. 65).

Além disso, o turismo contribui com o setor público por meio de impostos diretos e indiretos, assim como com a estimulação ao setor privado com investimentos e incentivos ao empreendedorismo. Como resultado, o subsistema proporciona a renda turística que é composta pelas rendas das atividades turísticas (meios de hospedagens, equipamentos turísticos etc.), do ramo produtivo que proporcionam serviços indiretos ao turismo (banco, comércio, transporte etc.), da indústria (construção, comunicação etc.), bem como pelos salários e lucros (BENI, 2000).

Assim como o ecológico, o econômico possui inter-relação com os demais subsistemas, dentre os quais se destaca o social, devido à relevância dos interesses e necessidades dos consumidores de turismo. Tais necessidades manifestam-se por meio da oferta e da demanda e nem sempre resultam em satisfação, devido à relação desarmônica entre subsistemas.

O subsistema social caracteriza-se pela dialética das propagações do marketing via canais de comunicação, concomitante à busca incessante pelas inovações, isto é, se, por um lado, criam-se novas necessidades, por outro, existe uma pré-disposição para criá-las. Essas necessidades surgem disparadamente no mundo globalizado e contemporâneo, possibilitando o fenômeno sociológico do turismo por meio da mobilidade.

A mobilidade envolve o social e o geográfico, pode gerar exaustão física e estresse quando atreladas às imposições do meio social, como o trabalho, as migrações e os deslocamentos aos grandes centros urbanos (BENI, 2000).

A mobilidade do turismo surge pela necessidade de fuga das obrigações sociais (trabalho, estudo etc.) alinhada com os disparos de comunicação, com o declínio ecológico, a dificuldade de transmissão e recepção de mensagens nas relações cotidianas, aliada à dispersão em meio ao caos das grandes cidades, bem como às inseguranças ocasionadas pelas crises econômicas que desencadeiam as sociais (BENI, 2000).

A mobilidade turística tende a causar o efeito oposto das outras mobilidades, pois possibilita que algo seja usufruído com base nas motivações, seja a necessidade de lazer, saúde ou reencontro familiar. Tais motivos resultam em “uma experiência consciente ou um estado inconsciente que serve para criar o comportamento geral e a atuação social do indivíduo (BENI, 2000, p.78)”. Além disso, promovem a qualificação da mobilidade humana e dos serviços ofertados (BENI, 2000).

O subsistema cultural abrange as transformações do espaço natural geradas pelas ações humanas, as quais podem ser físicas ou mentais, isto é, práticas ou intelectuais. As mudanças resultam nos recursos turísticos constituídos por crenças e valores de um determinado local, região ou território. Essas particularidades culturais são modificadas no decorrer do tempo, porém, permanecem ligadas às características ecológicas, artísticas, religiosas e arqueológicas (BENI, 2000).

O turismo cultural proporciona a experiência de conhecimentos tradicionais como crenças e valores entre visitantes e anfitriões, os quais podem carregar consigo os saberes adquiridos. Um tipo de vivência assim é possibilitada pela preservação cultural, diferindo da cultura massificada, que é disparada nos meios de comunicações. As preservações culturais são realizadas pelo conjunto de atores públicos, privados e civis, de modo que os primeiros atores são responsáveis pela

regulamentação, os segundos são responsáveis pelo estímulo com investimentos e os últimos, pela manifestação cultural em si (BENI, 2000).

Como exemplo dessas manifestações culturais preservadas no recorte territorial que é objeto de estudo desta dissertação, tem-se a diversidade dos povos originários de Guajará-Mirim e Guayaramerin, que é manifestada nos registros históricos disponíveis nos acervos das cidades, também pelas exposições artísticas expostas em museu local. Os bens culturais em questão contribuem com a resistência e com a propagação da identidade cultural dessas cidades.

Conforme se observa na figura 2, o Conjunto da Organização Estrutural compreende dois subsistemas: superestrutura e infraestrutura. O primeiro subsistema envolve a sua organização, a qual compreende o setor público e o setor privado, políticas e planejamento (BENI, 2000).

Enquanto governança, apresentam-se os modelos centralizados com estrutura administrativa hierárquica e própria do Estado, e descentralizados, compostos por atores públicos, privados e civis (BENI, 2000).

No modelo descentralizado, o Estado é responsável por formular as políticas, que devem ser realizadas em conjunto para atender os interesses dos atores com base nas necessidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais (BENI, 2000).

Assim como a organização estrutural descentralizada, o planejamento do turismo visa compreender a harmonia entre atores e necessidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais. Tal harmonia com gestão compartilhada é estratégica para resultados mais qualitativos em longo prazo (BENI, 2000).

O subsistema de infraestrutura divide-se em geral, a qual compreende os serviços públicos básicos como telecomunicações, transportes, saneamento etc., e específica, que envolve os investimentos e atividade econômica (BENI, 2000).

Toda a infraestrutura turística direta e indireta é considerada no diagnóstico do ordenamento territorial, bem como a estipulação de custos e benefícios, retorno, investimentos e realizações de obras turísticas. Concomitante, o SISTUR proporciona a análise do mercado, o qual se constitui da inter-relação de oferta e demanda de bens e serviço e a distribuição⁶ deles (BENI, 2000).

⁶ São as medidas adotadas para que o serviço chegue ao consumidor do turismo. A distribuição pode ser direta pelas empresas que vendem o serviço turístico, indiretas quando elas optam por terceirizar o serviço por meio de operadoras e agências (BENI, 2000).

Tais estudos contribuem com o reconhecimento do mercado real e potencial a partir da demanda e da oferta. A demanda representa a quantificação de bens e serviços turísticos que são almejados e estão de acordo com o poder aquisitivo dos consumidores de turismo para um determinado tempo e um determinado preço. Já a oferta consiste na quantidade de bens e serviços disponibilizados pelo mercado do destino turístico com certo preço em dado tempo (BENI, 2000).

A demanda turística envolve o consumo⁷, e caracteriza-se pelos fatores de ordem socioeconômica (população, estrutura, urbanização, demanda mundial de turismo, demanda nacional, tempo de ócio, renda, educação), psicológica (motivações, interesses, necessidades), particulares do destino turístico (natureza, conservação, informação, clima, ordenamento do território e infraestrutura) e os que integram os países emissores com os receptores (BENI, 2000).

A oferta turística está atrelada à produção⁸ e configura-se em original composta por recursos que são utilizados como matéria-prima, as quais resultam nas particularidades do destino turístico, isto é, vulcões, cavernas, neve, cordilheiras, florestas e cultura; e agregada que se constitui no serviço de transporte e demais equipamentos do turismo como meios de hospedagem e agências (BENI, 2000).

Toda a estrutura e as inter-relações do SISTUR abordadas aqui requerem processos de planejamentos que considerem o contexto para o qual será elaborado, executado e avaliado. Assim, no próximo subtítulo, apresentam-se conceitos e definições que constituem o planejamento turístico com ênfase ao modelo sustentável, o mais apropriado à realidade do objeto de estudo desta dissertação.

1.3 PLANEJAMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

O turismo perpassa pelo cenário internacional por meio de turistas, divisas e serviços de turismo por cruzeiros, caracterizando-se como fenômeno social e

⁷ Compreende o comportamento do consumidor do turismo, o processo de sua decisão de escolha que envolve motivação material e imaterial e as influências de marketing.

⁸ Envolve o que, como e para quem produzir. O primeiro questionamento considera recursos do destino turístico versus as necessidades dos potenciais consumidores. O como produzir considera pouco recurso e baixo custo, o que resulta na eficiência de produção. E para quem produzir refere-se ao público em potencial tanto em bens como em serviços.

atividade econômica global. As características em questão pressupõem parâmetros internacionais para o desenvolvimento turístico em diferentes locais do mundo, sendo indispensável considerar as particularidades do local a ser desenvolvido.

Porém, para que esses parâmetros do turismo sejam utilizados como base em certa localidade, é necessário que os acordos internacionais sejam internalizados por meio da legislação nacional. Essa relação do cenário internacional com o contexto de cada país presente nos acordos está atrelada aos aumentos significativos de ações políticas supranacionais, inicialmente, marcadas pelos interesses do mercado global seguidos de interesses locais.

Alguns países possuem uma inter-relação de planejamento do turismo internacional-nacional mais alinhado do que outros, a exemplo disso tem-se o turismo da União Europeia que é desenvolvido com políticas e planejamento integrados, singulares e sustentáveis (HALL, 2001).

A inter-relação entre cenário internacional e contextos nacionais influencia significativamente no fenômeno social e atividade turística, a resultar em cooperações e resoluções de conflitos diferenciando-se dos seguintes conflitos,

Os números, e a um grau menor, a natureza, dos fluxos turísticos podem ser abrangentemente influenciados por imposições e controles administrativos e burocráticos. Isso pode se aplicar a áreas como a regulamentação de vistos, controles cambiais e proibições quanto à movimentação e atividades dos turistas. Em outras palavras, as limitações podem ser impostas antes, durante e depois do ponto de entrada do visitante (HALL, 1991, p. 53).

Além do alinhamento da União Europeia com os Estados que a compõem, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização Mundial do Turismo (OMT) também influenciam e orientam políticas e planejamentos em contextos nacionais.

A OEA possui a Unidade Intersectorial de Turismo que atua de modo similar a OMT desde a sua criação em junho de 1996, devido à influência da ascendência do turismo e para atender as necessidades do grupo da OEA interessados no turismo. Dentre as principais funções dessa Unidade, estão: apoiar o desenvolvimento turístico sustentável, formular e analisar tecnicamente projetos e incentivar inter-relação de cooperação público-privada (HALL, 2001).

A OMT tem significativa influência no desenvolvimento turístico em contextos locais, regionais e territoriais no cenário nacional de países parte da Organização. Assim como na função política, por meio do planejamento sustentável, promove o

turismo em países como o Uzbequistão, com “plano de ação para o desenvolvimento de turismo sustentável”, em 1997 (HALL, 2001).

Além dessas influências internacionais no desenvolvimento do turismo por meio do planejamento, destaca-se a sua ausência em determinados contextos, a realidade de cidades que cresceram urbanamente sem planejamento correto, que considera suas particularidades, também relevantes no desenvolvimento local, regional e territorial.

Objeto de estudo desta dissertação, Guajará-Mirim (Rondônia - Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) são cidades com pouca urbanização, constituídas pela prosperidade de recursos naturais, dentre os quais estão os recursos turísticos, motivo pelo qual necessitam de planejamento sustentável, elaborado e executado com a cooperação público-privado-civil.

No turismo, seja em nível local, regional, territorial ou global, o governo tem como função contribuir com a formulação e reformulação da estrutura turística por meio das políticas e do planejamento público, os quais visam desenvolver em escala, sua infraestrutura, seus recursos, seu meio e sua divulgação (HALL, 1992, HALL, 2001).

De acordo com a União Internacional de Organizações de Viagens – IUOTO (1974), o Estado atua no turismo a partir da coordenação, do planejamento, da legislação e regulamentação, com empreendimentos e incentivos. Além desses papéis, Hall (1992) aponta a importância da ação do governo com o turismo social no desenvolvimento local, regional e territorial.

O governo por meio da coordenação delimita e estipula recursos (HALL, 2001) para os diferentes arranjos institucionais (Ministério do Turismo, Ministério da Agricultura, Ministério de Relações Exteriores e outros), bem como para o financiamento privado. Ao coordenar, o Estado formula e reformula estratégias específicas para a atividade turística, trabalhando em cooperação com atores privados e civis.

A partir do planejamento público, identificam-se as necessidades de desenvolvimento e capital disponível para investimento, mas elaborar ou executar essas estratégias não implica o alcance de resultados almejados (HALL, 2001) pelos atores do SISTUR.

Resultados que interessam aos atores públicos, privados e civis, requer planejamento sustentável, o qual tem origem no termo desenvolvimento sustentável

que significa cumprir com as necessidades contemporâneas sem corromper as necessidades futuras (WCDE, 1987).

No entanto, para que a sustentabilidade seja colocada em prática, o relatório de Brundtland indica os seguintes princípios: considerar a totalidade a ser planejada e, a partir disso, formular estratégias; preservar os procedimentos ecológicos necessários; conservar os bens da humanidade: cultura, tradições etc. e a biodiversidade; visar ao desenvolvimento em longo prazo com equidade; alcançar oportunidades de forma harmônica entre as nações (WCDE, 1987).

Tais princípios acerca do desenvolvimento sustentável alinham-se às recomendações de Ekins (1980), que considera os recursos naturais e os danos causados a eles, como: prevenir o desequilíbrio ambiental e climático global; preservar espécies em extinção, proteger a biodiversidade e as particularidades ecológicas em diferentes contextos; orientar-se por parâmetros sustentáveis acerca de recursos renováveis; utilizar com máximo proveito e, se possível, reutilizar recursos não-renováveis; controlar as emissões de CO_2 na biosfera; evitar ações humanas que causem mais danos do que benefícios, como exemplo a usina nuclear.

Essas condições imprescindíveis para a sustentabilidade englobam os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, reafirmando a interdependência observada por Beni (2000) no SISTUR. Assim, o sistema de turismo composto por subsistemas que se inter-relacionam necessita de um desenvolvimento que considere as partes e suas relações, orientando-se pelo planejamento sustentável.

O planejamento sustentável visa garantir o desenvolvimento contínuo e harmônico dos subsistemas ecológico, econômico, social e cultural. Para isso, é necessário elaborar e executar as políticas públicas e decisões interdependentes dos atores públicos, privados e civis, características que o distingue, de um plano futuro, o qual se estabelece na seguinte ordem planejamento-decisão-ação.

As políticas a serem elaboradas e executadas pelo planejamento sustentável são criadas pelos atores mencionados anteriormente, contudo, são orientadas por valores organizados pelo Estado (HALL, 2001). Para melhor compreender como essas políticas são formuladas, necessita-se entender o termo política pública em si, que está atrelado às ações e inações do governo (DYE, 1992), ressalta-se que, além disso, as políticas necessitam ser ratificadas pelo setor público (HALL, 1992).

Tal entendimento de política pública encontra-se na área do turismo e compreende como escolhas do Estado sobre o que deve ser feito ou não para atender as necessidades do setor, alinhando-se a ação de planejamento (HALL, 1992), que, para Murphy, (1985) visa à prevenção, à regulamentação, às transformações do sistema e a um desenvolvimento organizado para gerar benefícios econômicos, sociais, ecológicos e [culturais].

Em relação ao papel de legislação e regulamentação, o governo atua de modo direto ou indireto ao turismo. Nessa área, encontram-se as emissões de vistos e passaportes, as leis ambientais, as regulamentações trabalhistas e outras atuações governamentais que estão inter-relacionadas a áreas indiretas ao turismo, como as políticas ambientais e políticas educacionais (HALL, 2001). As ações de regulamentações exercem influência sobre o desenvolvimento do turismo (HALL, 1992).

No que se refere às regulamentações, solicita-se ao Estado a sua ampliação em relação à conservação ambiental (BRAMWELL e LANE, 1993) e a justiça social contrapondo-se à discussão sobre as desregulamentações para ampliar possibilidades ao setor privado (HALL, 1992) que predominavam antes da década de 90, no subsistema ecológico (HALL, 2001).

Empreendimentos do governo resultam da desvalorização de capital, que transforma os custos privados em custos públicos. Como exemplo disso, o Estado da Índia deu origem a empresas do setor turístico com o intuito de estimular investimentos e automaticamente o desenvolvimento do setor (HALL, 2001). O Estado também executa medidas para incentivar o desenvolvimento do turismo similar na atuação de empreender.

O estímulo pelo governo acontece com o incentivo a empréstimos para os atores privados com vista às potencialidades locais, através de financiamentos de pesquisas que propiciem benefícios ao coletivo privado, à comunidade local e até mesmo ao próprio Estado, bem como o incentivo da divulgação do destino turístico com o intuito de aumentar a demanda turística e divulgar que o local está aberto a investimentos de capital externo (HALL, 2001).

Além dessas ações, o Estado tem como responsabilidade o turismo social, o qual pode ser compreendido pelas relações e fenômenos que procedem do visitante que constitui a classe economicamente desprivilegiada (MURPHY, 1985). Essa classe é composta pelos sujeitos que vivem à margem da sociedade, isto é, os

desempregados, estudantes e trabalhadores de baixa renda, aposentados e deficientes (HALL, 2001).

Apesar da abordagem do planejamento possibilitar a compreensão de sua importância e da interdependência entre atores públicos, privados e civis, ainda se faz necessário aprofundar o quesito sustentabilidade.

Para que tal planejamento sustentável seja possível, é necessário que os princípios da sustentabilidade estejam presentes na sua elaboração e execução (HALL, 2001). Para tanto, existem cinco principais formas para colocá-lo em prática: Sistema de controle cooperativo e integrado, desenvolvimento de mecanismos de coordenação do setor, aumento da consciência do consumidor, aumento da consciência do produtor e o planejamento turístico estratégico para substituir abordagens convencionais.

O primeiro mecanismo envolve a cooperação e a integração do sistema de turismo, distinguindo-se dos demais planejamentos públicos, nos quais as demais partes e os demais atores dão pareceres somente no final da elaboração do planejamento, de modo que tal modelo contrapõe-se à democracia valorizada no modelo sustentável, em que as inter-relações e as cooperações são qualificadas por meio da ponderação de interesses e necessidades das partes envolvidas, para a decisão coletiva e comum acerca das metas do planejamento.

O segundo mecanismo refere-se à coordenação do setor do turismo, que, em alguns contextos, esteve ligada à governança pública, sendo algo contemporâneo. Os interesses e as discussões coletivas sobre o desenvolvimento sustentável e os seus benefícios comuns são orientados pela legislação direta e indireta da atividade turística. As diretrizes são pertinentes na coordenação do setor quando estão de acordo com a realidade do destino turístico e os interesses e necessidades que precisam ser atendidas.

O mecanismo de conscientização do consumidor de turismo acontece por meio da evidenciação das atividades turísticas sustentáveis das não sustentáveis, a partir de incentivos e divulgação dos empreendimentos que executam ações sustentáveis. Concomitante ao esclarecimento de tais ações, pode-se promover a conscientização dos visitantes através do estabelecimento de limites a ações não-sustentáveis, por meio da legislação municipal para determinar multa a turistas que causem prejuízos no destino.

Tal mecanismo visa elaborar códigos de conduta para os visitantes com o intuito de minimizar as influências antagônicas à sustentabilidade do destino turístico (HALL, 2001). Os códigos orientam os turistas para atentar em não modificar a flora e a fauna, respeitar os valores sustentáveis relacionados às áreas turísticas naturais, respeitar as particularidades culturais, não produzir lixo que causem danos ambientais ou estéticos, promover a autoconscientização sobre a conservação da natureza no decorrer da experiência no destino turístico, fortalecer a conservação dos recursos naturais na sua visita e utilizar serviços de empresas sustentáveis ao invés das que põem em perigo a biota local (HALL, 1992).

Assim como na conscientização do consumidor do turismo, o produtor conscientiza-se pelos códigos de conduta e pela prática da conservação ambiental. Além desses métodos, é imprescindível a regulamentação e a legislação para o planejamento sustentável que considera o subsistema ecológico, de modo que os resultados obtidos sejam satisfatórios no desenvolvimento do destino turístico (HALL, 2001).

Assim como os demais mecanismos, o planejamento turístico estratégico visa atender aos princípios da sustentabilidade atrelados às decisões tomadas no decorrer da elaboração e da execução. De acordo com Ekins (1980), as decisões do planejamento sustentável para o destino turístico, enquanto estratégias são possibilitadas pela comunidade anfitriã. Tal facilitamento acontece pelo fato de que qualquer estratégia deve considerar a totalidade do contexto, sem poder ignorar a comunidade.

Assim como a elaboração do planejamento estratégico, sua execução deve ser contínua (Ekins, 1980), mas se ressalta que, conforme o contexto passa por transformações, as estratégias precisam ser revistas e, se necessário, reformuladas, visto que são formas de alcançar os interesses e metas almejados.

No planejamento e no desenvolvimento do turismo sustentável, a estratégia é criada pela governança, que é composta pelos atores públicos, privados e civis do destino turístico, com gestão voltada para eles, de modo que possam garantir a conservação dos recursos naturais do destino turístico, ampliar as possibilidades de resultados econômicos, sociais e ecológicos para as partes envolvidas (HALL, 2001).

Assim, compreende-se que o turismo sustentável pode funcionar, na prática, por meio de: gestão dos recursos naturais e dos impactos do turismo sobre eles, que

devem sobrepor-se aos interesses do mercado, apesar de, muitas vezes, o setor privado insistir no caminho oposto; por considerar a escala (local, regional, territorial e global) e o contexto (espaço-tempo), sua totalidade e suas particularidades; por utilizar parâmetros de turismo sustentável baseado nas reinvenções da economia global e adaptado conforme o contexto; bem como pela resiliência e comprometimento em longo prazo para o desenvolvimento do turismo sustentável (HALL, 2001).

Conforme se tem abordado, a estratégia envolve o planejamento e a gestão de modo único e contínuo, orientando-se pelos seguintes questionamentos: onde estamos? (diagnóstico); para onde almejamos ir (planejamento); como fazemos para chegar ao que almejamos? (ações). Desse modo, compreende-se que a estratégia não está somente presente no planejamento, mas precede e sucede seu processo, constituindo um plano estratégico (HALL, 2001).

Em relação à fase que sucede o processo estratégico, é imprescindível que seja mensurado se os resultados almejados estão sendo alcançados ou não. Para tanto, são realizadas avaliações da execução do planejamento sustentável a fim de identificar se o setor público, o privado e a comunidade local estão atendendo aos seus interesses e necessidades, bem como para que o planejamento seja reformulado conforme os ajustes forem necessários (HALL, 2001).

Na avaliação, devem-se considerar os seguintes princípios: a técnica a ser utilizada para avaliar os resultados das ações determinadas após a identificação do que será avaliado; avaliar somente aspectos fundamentais que fornecerão informações relevantes; os atores públicos, privados e civis devem compreender e estarem de acordo com os princípios base da avaliação; o programa de avaliação deve ser apresentado às partes interessadas, de forma que possam discutir sobre as necessidades e aptidões (HALL, 2001).

Além disso, a avaliação tem o intuito de identificar responsabilidades, adequação e eficácia das atividades elaboradas e executadas; analisar o impacto das políticas e das metas relacionadas aos atores públicos, privados e civis; verificar, com criticidade, o contexto e as estratégias adotadas e as possíveis mudanças necessárias; influenciar na compreensão da proposta política e de sua execução; bem como revisar o que já foi implementado e promover a qualificação das estratégias. (HALL, 2001).

Para atender aos objetivos mencionados, devem-se considerar os indicadores de turismo sustentável, os quais disponibilizam informações aos gestores e planejadores em diferentes escalas e contextos (HALL, 2001). Dentre a diversidade de indicadores a serem considerados, a OMT (1993) cita os seguintes: indicadores de aviso, que promovem a sensibilidade nos atores responsáveis pelas decisões acerca das potencialidades relacionadas aos interesses e necessidades, facilitando a prevenção de reveses no destino turístico; indicadores de estresse, que mensuram os elementos chave sem inquietações e propensões que necessitam ser levadas em conta em qualquer solução de gestão, como a alteração de satisfação dos turistas ou das expectativas dos anfitriões; indicadores do estado dos recursos naturais e de seu uso, que envolvem as alterações no uso, mensuração da biota, da poluição local; indicadores de impactos, comumente atrelados às mensurações acerca das influências físicas, sociais e econômica, que visam averiguar as relações de causa e efeito ligados às decisões e execuções, como a mudança nas ações do turismo devido aos níveis intoleráveis de poluição fomentada pelo grande número de visitantes, mais conhecido como turismo de massa; indicadores das ações da gestão, que estudam se está dando certo e se os interesses e necessidades coletivos são atendidos; indicadores da gestão de impacto, os quais avaliam a eficácias das decisões e mensuração, como as degradações atreladas aos turistas que usufruem as atividades turísticas em áreas de recursos naturais, como reservas indígenas, reservas ambientais e parques.

Esses indicadores são imprescindíveis para alcançar objetivos, mas precisam ser característicos da realidade em planejamento, podendo estar alinhados às orientações internacionais, como as da OMT (1993). Para que os indicadores sejam definidos com vistas à realidade de um determinado território, é necessário conhecer e compreender suas peculiaridades e o seu processo de formação, no caso desta dissertação, a constituição singular de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia) contextualizada no capítulo 2.

CAPÍTULO 2 – A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DE GUAJARÁ-MIRIM (ESTADO DE RONDÔNIA – BRASIL) E GUAYARAMERIN (DEPARTAMENTO DE BENI – BOLÍVIA)

Neste capítulo, será apresentada a constituição territorial de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia-Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) com a seguinte estrutura: Povos Originários e Colonização Espanhola e Portuguesa, o processo de construção da ferrovia do Madeira-Mamoré e as cidades-gêmeas a partir do século XX. Inicialmente, será retratado o contexto da colonização com base nos povos originários, como os Pacaás Novos do lado brasileiro e os Aymara e Quéchua do lado boliviano, com ênfase nas particularidades do contexto e no processo civilizatório imposto pelos colonizadores, por meio das missões jesuítas, de expedições e das explorações.

Em continuidade, será apresentado o processo de construção da ferrovia Madeira-Mamoré atrelado aos interesses políticos e econômicos, assim como as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia, além dos indícios de integração regional nesse contexto. No decorrer da constituição territorial dos municípios, as integrações naturais foram limitadas e conectadas pelas fronteiras físicas e cartográficas, contribuindo com a construção e a desconstrução do território.

2.1 COLONIZAÇÃO E POVOS ORIGINÁRIOS

A constituição do território de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) já se iniciava muito antes de suas denominações, quando ainda espaço natural, o qual, em parte desconstruído de sua natureza e urbanizado pelo trabalho humano, compõe os municípios. Essa compreensão reafirma-se em Santos (2005) sobre considerar o espaço (que já existia antes mesmo do território), deixando de lado a visão dualista:

Aceitar a formação Econômica e Social sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou (SANTOS, 2005, p.22).

As colonizações portuguesa e espanhola no contexto de Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) tiveram início com as missões jesuíticas, com imposições religiosas e até mesmo explorações

(VIVEIROS DE CASTRO & CUNHA, 1993, HUGO, 1996). Tais manifestações contra os povos originários estão atreladas à perspectiva de que os indígenas eram homens pré-históricos da América, que deveriam ser orientados e organizados pelos homens que se diziam civilizados, os colonizadores (DIAS, 1923):

[...] catequese dos jesuítas amorteceu o choque inevitável entre o invasor e o habitante das florestas. Mas principalmente se deve atribuir o sucesso da empresa colonizadora à experiência que do trato e governo de povos bárbaros e estranhos possuíam já os portugueses. Os espanhóis, antes de comparecerem na América, quase não tinham saído do âmbito das suas fronteiras, pois apenas no arquipélago das Canárias haviam ensaiado um povoamento. Portugal, pelo contrário, comparecia no Brasil com prática colonial secular, dispondo de homens capazes de governar e administrar os domínios ultramarinos (DIAS, 1923, p. XXV).

Essas observações acerca do início do processo de colonização portuguesa reafirmam-se em Viveiros de Castro & Cunha (1993), os quais relatam que os *Wari*⁹ foram integrados ao modo de viver do colonizador por meio das missões jesuíticas que modificaram as tradições e crenças desse povo para o cristianismo, dentre as quais, conforme Vilaça (2017): a percepção do tempo em espiral e a compreensão da existência da vida além da morte, que era sustentada com a saída do *jam* (corpo duplo) do corpo físico durante o repouso noturno.

Assim como na colonização portuguesa, o processo de colonização espanhola teve seu início facilitado pela catequização dos povos Aymaras e Quéchuas, contudo, a dominação do território boliviano envolveu menos conflito físico¹⁰ e aconteceu de forma indireta¹¹ e até mesmo com cooperação, isso se deve

⁹ Os Pacaás Novos também são conhecidos como Wari, compostos por 25 subgrupos: Oro Mon, Oro Waram Xijein, Oro Não, Oro Waran, Canoé, Oro Eo, Oro At, Oro Jowin, Parintintin, Jaboti, Aruak, Oro Win, Makurap, Wajuru, Xavante, Surui, Cao Oro Waje, Cabixi, Oro Eo Waui Wau, Aricapu, Massaca, Cajubim, Tupari, Gavião e Mutum; as etnias Jabuti e Makurap (FUNAI, 2019).

De acordo com Vilaça (2017) Wari é uma autodenominação dos povos Pakaa Nova, que gostam de ser chamados assim. Para a autora, o termo Wari vai além da autodenominação, significando “nós” e diferencia os seres humanos dos não humanos.

¹⁰ De acordo com Souza (2019), o modo de resolver os conflitos dos conquistadores espanhóis e conquistadores portugueses é diferente, pois: “Os portugueses, mais do que os espanhóis souberam manipular o cristianismo como uma ideologia do mercantilismo, estreitando o corredor de observação dos relatores, eliminando sempre os pruridos iluministas que tentassem se infiltrar na visão da terra conquistada. O conquistador espanhol, fazendo constantes apelos à ideia de serviço (de Deus e ao rei) ampliou consideravelmente seu significado” (SOUZA, 2019, p. 109)

¹¹ Deixando as terras em mãos dos camponeses índios, os espanhóis tentavam dar continuidade às formas de domínio inca baseadas no governo indireto. Os *ayllus* foram mantidos, e a nobreza local – os *kurakas*, ou *caciques*, como os espanhóis às vezes os chamavam – foi confirmada em seus direitos. Em troca, os bens e serviços que anteriormente eram devidos ao governo inca passaram para as mãos dos espanhóis. As comunidades foram divididas em distritos, e esses, por sua vez, em

ao modo como os colonizadores espanhóis enxergavam os povos, como organizados e civilizados, porque tinham tecnologias, técnicas de trabalho, divisões de terras e relações de cooperação e integração entre ambos os povos (KLEIN 1991, VACA, 2008).

Apesar da data de colonização portuguesa e espanhola não ter como afirmar de forma absoluta sobre o conhecimento do território de Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia), os relatos históricos e a literatura eclesiástica apontam que os primeiros contatos com os povos originários já aconteciam no século XVII, ocorrendo com os povos Guaranis pelos jesuítas (HUGO, 1996) e, posteriormente, no século XVIII com os povos Aymara, Quéchua (VACA, 2008) e Wari (VILAÇA, 2017). Ressalta-se que, apesar de ser o mesmo espaço, as denominações e as administrações, enquanto municípios, ainda não existiam.

Os relatos históricos acerca dos Guaranis em Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) indicam a existências de tais povos precedentes ao século XVIII, a partir do qual já não são avistados no local. A ausência dos Guaranis é relatada como resultado de dois eventos: as explorações realizadas pelas colonizações portuguesa e espanhola e a fuga da região influenciada pelo domínio do território (Viveiros de Castro & Cunha 1993, HUGO, 1996).

Na perspectiva da colonização portuguesa apresentada nos relatos históricos, indicam-se as dificuldades encontradas nas navegações dos rios da região de Guajará-Mirim, como o Madeira, maior afluente da direita do rio Amazonas de sua foz até a cachoeira de Santo Antônio com mais de 1.000 quilômetros em águas tranquilas e mudanças na navegação a partir do início dos encachoeiramentos que vão até o município, totalizando 400 quilômetros do trecho encachoeirado, o qual pode ser visto na figura 3.

encomiendas ou concessões. Aquele que recebia a concessão, o assim chamado *encomendero*, era autorizado a recolher impostos sobre o trabalho. Em contrapartida, era obrigado a pagar pela instrução religiosa e também a aculturar os índios em moldes espanhóis (KLEIN, 1991, p.31).

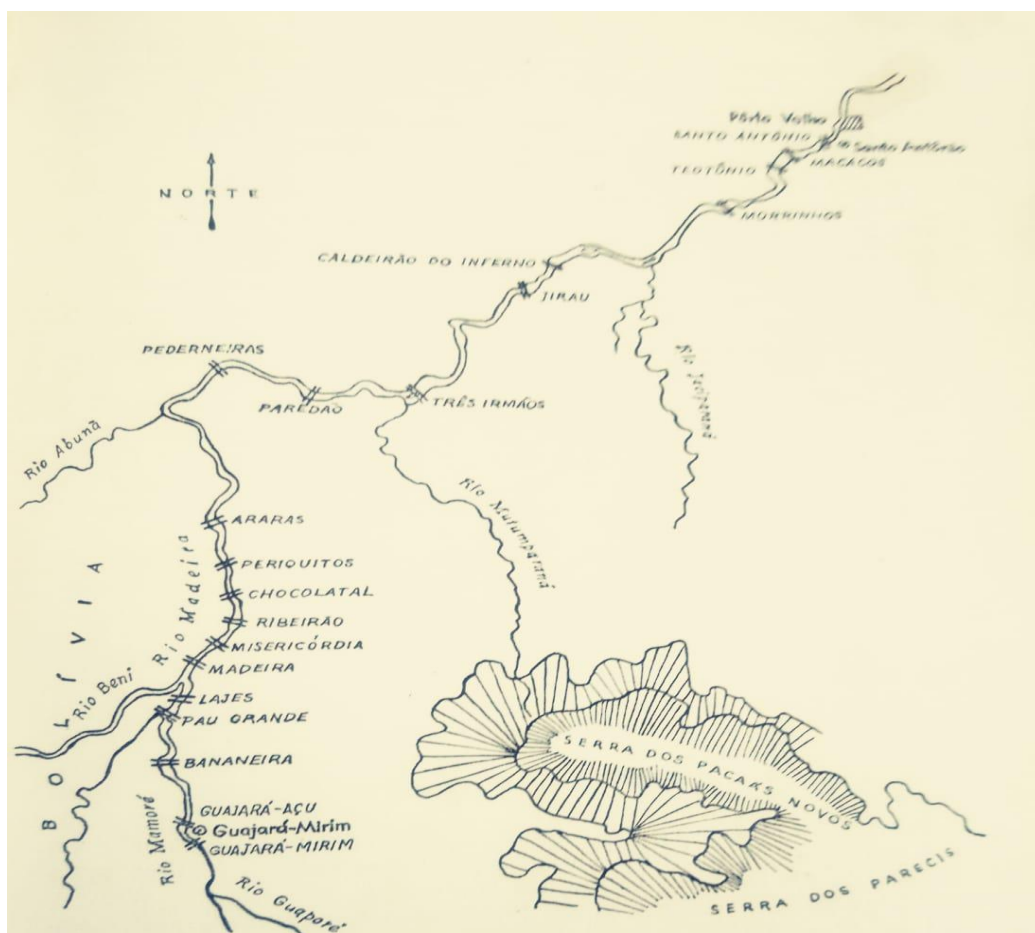


Figura 3: Trecho encachoeirado dos Rios Mamoré e Madeira

Fonte: (FERREIRA, 1959, p.23)

Em 1647, Antônio Raposo Tavares saiu de São Paulo em direção ao Oeste para cumprir uma missão oficial da coroa portuguesa com o intuito de explorar e aumentar o domínio sobre o território da América, realizando, ademais, seus interesses particulares. A bandeira era dividida em uma tropa chefiada pelo próprio Tavares, com aproximadamente 120 portugueses, e outra chefiada por Antônio Pereira Azevedo, com cerca de 80 portugueses e índios catequisados (FERREIRA, 1959).

De acordo com Ferreira (1959), os primeiros colonizadores portugueses a explorarem as cachoeiras do Rio Mamoré ao Rio Madeira (dentre as quais a cachoeira de Guajará-Mirim) foram os que faziam parte da bandeira de Antônio Raposo Tavares, sendo que, apenas dezenove anos depois, os jesuítas estabeleceram-se na região.

Em 1722, a expedição de Francisco de Melo Palhêta percorreu o mesmo caminho que a bandeira de Tavares, diferenciando-se pelos registros das

dificuldades encontradas no trecho encachoeirado do rio Madeira até o Mamoré durante 45 dias (FERREIRA, 1959).

No final da década de 40, outra expedição chefiada por Luiz Fagundes Machado partiu de Belém do Pará e percorreu a região que abarca Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) com o intuito de chegar a Mato Grosso. Nos relatos da viagem, os trechos encachoeirados são evidenciados com empolgação da formação das cachoeiras (FERREIRA, 1959).

Anos depois, em 1781, uma nova expedição foi realizada do rio Madeira em direção ao Mato Grosso sobre o comando de Francisco José de Lacerda e Almeida, com a denominação de Comissão Demarcadora dos Limites da América Portuguesa. No decorrer dessa exploração, foram relatados, no registro de viagem, além das dificuldades na travessia das cachoeiras, observações de astronomia com o intuito de identificar as coordenadas, fazendo com que o grupo parasse mais vezes para atender a essa necessidade da demarcação (LACERDA & ALMEIDA, 1944).

Devido às necessidades do trabalho da Comissão Demarcadora dos Limites da América Portuguesa, a expedição demorou bem mais que as anteriores, totalizando 73 dias pelo trecho encachoeirado e resultando em 30 doentes pela insalubridade e a ausência de mantimentos (LACERDA & ALMEIDA, 1944).

Em 1788, Alexandre Rodrigues Ferreira deu início a uma nova expedição que percorreu os trechos encachoeirados, tendo como trajeto passar pela Vila Barcelos, no Rio Negro, à Vila Bela, capital de Mato Grosso, com o propósito de realizar pesquisas nos rios Madeira e Guaporé. Dessa vez, o preparo do grupo era melhor devido ao conhecimento das expedições anteriores e as orientações concedidas pelo Governador da Capitania do Rio Negro João Pereira Caldas¹² (FERREIRA, 1959).

No decorrer da viagem, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira realizou longas paradas às margens dos rios para fazer a pesquisa da região, além disso, sofreu com a correnteza no trecho encachoeirado que desencadeou a deserção de

¹² Carta do Governador da Capitania de Rio Negro ao Alexandre Rodrigues Ferreira: “Mas se, como quase sempre se costuma experimentar, tanto que às ditas Cachoeiras se chega, principiar a adoecer a Gente, a desertarem, e a morrerem índios remeiros, expondo-se assim a Expedição encalhar, e a padecer consequentemente algum mais funesto desastre: Nesses termos, deverá vmcê quanto antes abreviar a viagem, e a chegada ao Forte do Príncipe da Beira; porque refazendo-se ali de novos remeiros, e de mais frescos mantimentos, lhe será fácil voltar ao distrito das cachoeiras, e ultimar nele com maior sossego, e proveito, quanto sua Majestade quer que no mesmo distrito se indague....” (FERREIRA, 1959, p.54).

povos originários que o auxiliavam, dificultando ainda mais a expedição, mas, com ajuda recebida de Mato Grosso, conseguiram chegar até a sua capital Vila Bela no dia 3 de outubro de 1789, totalizando aproximadamente um ano e dois meses de viagem (FERREIRA, 1959).

Já no final do século XVIII, devido às dificuldades do trecho encachoeirado do rio Madeira ao Mamoré, elaborou-se um plano de navegação entre o Pará e Mato Grosso para atender aos interesses econômicos de ambos, a pedido da Rainha D. Maria I. O projeto definia uma ligação entre os dois estados, por meio da navegação, facilitando o transporte de mercadorias pelos comerciantes (FERREIRA, 1959).

Elaborado pelo governador do Pará, Dr. Francisco de Sousa Coutinho, o plano de navegação consistia em estabelecer três trechos de navegação de Belém do Pará até a cachoeira de Santo Antônio, da qual seguiria para a última cachoeira, de onde seria feito outro transporte até Vila Bela, a Capital de Mato Grosso. O transporte seria realizado pela gestão do governo, com mão-de-obra e navegações para que as mercadorias pudessem chegar ao destino, sem que os comerciantes tivessem que sair do seu local de moradia (FERREIRA, 1959).

Apesar do plano de navegação não ter sido executado em sua totalidade, em parte foi realizado com a instalação de postos de soldados que ajudavam os comerciantes no transporte por terra, auxiliando-os com alimentos e remédios, protegendo-os dos ataques e saques dos povos originários. O suporte estava disponível nas partes encachoeiradas, que eram mais dificultosas para realizar o transporte, e era organizado pelo governo português devido aos seus interesses econômicos na América Portuguesa (FERREIRA, 1959).

No início do século XVIII, os interesses portugueses ainda eram desenvolver o interior do Brasil de forma contínua. Nas últimas décadas do século, para ampliar o desenvolvimento, a Princesa Leopoldina trouxe ao país cientistas austríacos para contribuir com os estudos que já eram realizados pelos pesquisadores portugueses. Durante uma das viagens realizadas aos trechos encachoeirados, os cientistas visitantes foram executados (FERREIRA, 1959).

Apesar das dificuldades do encachoeiramento do rio Madeira e do rio Mamoré, o serviço de transporte com altos tributos da coroa portuguesa durou cerca um século, durante o qual muitos adoeceram, sofreram saques e até mesmo perderam suas vidas (FERREIRA, 1959).

No início do século XIX, após a Independência do Brasil e da Bolívia¹³, a busca pelo desenvolvimento e garantia de domínio do território permanecera, mas com outras condições políticas e novas oportunidades de transporte, como as máquinas a vapor (FERREIRA, 1959), que ocasionaram novos acontecimentos, os quais serão abordados no subtítulo A ferrovia do Madeira-Mamoré: do século XIX ao XX.

2.2 A FERROVIA DO MADEIRA-MAMORÉ: DO SÉCULO XIX AO XX

A contemporaneidade do território de Guajará Mirim (Estado de Rondonia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) resulta do conjunto de funções sociais, ambientais, culturais, econômicas, que permeiam o processo da constituição territorial. Assim, nesta parte da dissertação, serão abordados alguns eventos que influenciariam o processo de povoamento da fronteira marcado pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, acontecimento importante para a criação dos municípios.

Os espaços são urbanizados com o decorrer do tempo por meio dos colonizadores e imigrantes. Concomitante a esse processo, estão as singularidades como: identidades, culturas, línguas, tradições e memórias que sustentam o coletivo, que predomina nas relações de poder, relações sociais, relações de trabalho, sistema político, sistema econômico; bem como estão na arquitetura da urbanização, em sua infraestrutura, em sua logística etc. Essas particularidades contribuem com a construção e a desconstrução do território, trazem as suas complexidades na desconstituição do meio natural e na constituição do meio artificial.

A constituição histórica e territorial das cidades-gêmeas Guajará-Mirim e Guayaramerin está atrelada ao social, com o enfoque geográfico e suas dimensões. Mesmo com esse enfoque, observa-se a complexidade nos aspectos econômicos, sociais e ambientais presentes na formação do território e a impossibilidade de isolar uma das partes devido às inter-relações, conforme a seguinte citação:

¹³ Antes da independência da Bolívia, o país era parte do território de Charcas ou Alto Peru, na América Espanhola (ARGUEDAS, 1922). Depois das guerras, a Bolívia tornou-se um país independente no ano de 1825, perdendo as saídas pelo mar, ficando somente com a alternativa do deserto do Atacama, as demais ficaram na parte do território peruano (ARGUEDAS, 1922).

Se a geografia deseja interpretar o espaço humana como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não a sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 2005, p. 22)

O processo de construção do território tem relação com o sobressair de um aspecto sobre o outro, conforme o tempo, mas nenhum dos aspectos atua de maneira isolada como se observa na formação do território das cidades-gêmeas com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M.).

Contudo, faz-se necessário retomar a constituição do território a partir do XIX com a Independência do Brasil em 1822 e da Bolívia em 1825¹⁴, que a diferenciar-se do país brasileiro herdou mais dificuldades econômicas devido à situação da definição dos seus limites. Com a separação do país boliviano de Charcas¹⁵, as saídas para o Oceano Pacífico, de fácil acesso, ficaram do lado peruano, fazendo com que a Bolívia tivesse somente o caminho pelo deserto do Atacama (ARGUEDAS, 1922).

Apesar das dificuldades dos limites territoriais herdados com a independência da Bolívia, em 1829, o governo boliviano construiu alternativas de saída para o mar, por meio de suas relações com o Peru, o que possibilitou o caminho do interior pelo lago Titicaca, com parada na margem em Puno, no território peruano, até chegar aos portos de Arica ou Molendo, e um segundo trajeto, o mais difícil, com saída pelo deserto do Atacama (ARGUEDAS, 1922).

O acesso da Bolívia ao mar por meio dos dois caminhos representados na figura 4 durou até o final do século XIX. As saídas consistiam em estradas pelas quais as mulas transportavam as mercadorias, apesar dos obstáculos do trajeto para o carregamento de produtos pesados, possibilitavam as importações e exportações realizadas pela Bolívia com a Europa e os Estados Unidos (ARGUEDAS, 1922).

Devido às dificuldades enfrentadas pela Bolívia com o seu comércio exterior, em meados do século XIX, surgiu a ideia de percorrer do altiplano até a planície oriental para navegar pelos rios afluentes do Amazonas e sair no Atlântico. Compreendendo ser a melhor opção, o engenheiro José Augustin Palacios

¹⁴ Antes da Independência, o território pré-colombiano contava com uma faixa litorânea deserta finalizando nas faldas da Cordilheira dos Andes (ARGUEDAS, 1922).

¹⁵ Alto Peru.

apresentou um relatório defendendo que o comércio exterior com a Europa e os Estados Unidos transcorresse pelo território brasileiro (ARGUEDAS, 1922).

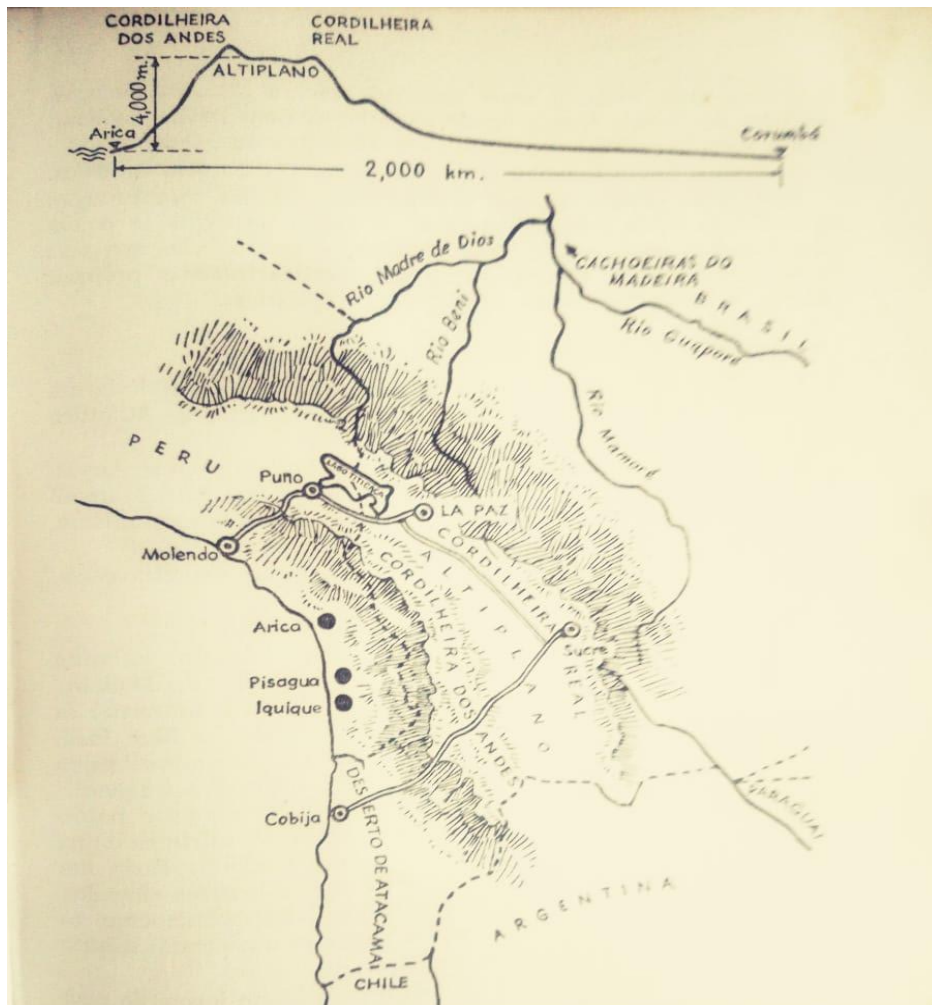


Figura 4: Saídas da Bolívia para o Oceano Pacífico até 1882.
Fonte: (FERREIRA, 1959, p.69)

Na sua defesa, indicou que as dificuldades dos encachoeiramentos poderiam ser contornadas com o revezamento de transporte por estradas em algumas partes, também enfatizou que os custos seriam menores comparados aos gastos para chegarem até os portos Cobija e Molenda (ARGUEDAS, 1922).

Em 1861, após o general boliviano Quentin Quevedo percorrer os trechos encachoeirados que complicavam navegações, surgiu a ideia de construir uma ferrovia que ligasse o entorno do Madeira e do Mamoré. Logo no mesmo ano, João da Silva Coutinho, engenheiro brasileiro, havia sido designado pelo Brasil para realizar estudos sobre viabilidade de possíveis colonizações na região e sobre as navegações (FERREIRA, 1959).

A partir de sua pesquisa, João da Silva Coutinho também propôs a construção de uma ferrovia na superfície equidistante ao rio, pois considerava que contribuía com a travessia que era prejudicada pelos obstáculos impostos pela natureza, as cachoeiras que atrapalhavam as navegações (FERREIRA, 1959).

A decisão sobre a ferrovia foi tomada em conjunto pelo Brasil e pela Bolívia. O lado brasileiro tinha interesse pela construção da estrada de ferro, porque, naquele momento, tinha dificuldades de se comunicar com o Mato Grosso e o país estava em guerra com o Paraguai, enquanto, para o lado boliviano, a necessidade era uma alternativa de escoamento de mercadorias com menos dificuldades e custos (FERREIRA, 1959).

Com o acordo, em 1867, criou-se o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, o qual dispunha sobre as relações Brasil e Bolívia, mais especificamente, estipulava a livre circulação entre os países sem necessidade de cobrar impostos, apenas deveriam seguir os regulamentos de segurança e fiscalização que eram estabelecidos pelo governo do território de destino (KELLER & KELLER, 1969).

Outro ponto importante estipulado no Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação era a concessão do Brasil à Bolívia para o uso de estradas que poderiam vir a ser abertas, entre as cachoeiras Guajará-Mirim no Mamoré e Santo Antonio no Madeira, já indicando o possível local da construção da ferrovia (KELLER & KELLER, 1969).

Seis anos após a ideia da ferrovia, o Ministro da Agricultura do Brasil designou José e Francisco Keller para realizarem estudos sobre a viabilidade da construção da estrada de ferro ao lado das cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré. Naquele mesmo ano de 1867, do lado brasileiro, já havia aproximadamente 700 quilômetros de estradas utilizadas por locomotivas a vapor, que foram construídas com a ajuda dos engenheiros alemães Keller (KELLER & KELLER, 1969).

Aproximadamente sete meses após a assinatura do tratado de amizade, com o intuito de aprimorar os estudos da ferrovia, os irmãos Kellers fizeram contato com o Vice-cônsul da Bolívia, Inácio Araus, que residia próximo ao rio Madeira, e fornecia mantimentos, estadias, ajuda com mão-de-obra indígena e de trabalhadores brancos. Apesar de toda ajuda local, os engenheiros tiveram inúmeras dificuldades como perda de vidas de membros do grupo, doenças, mantimento insuficiente (KELLER & KELLER, 1969).

Devido às dificuldades da época para percorrer a margem dos rios Mamoré e Madeira, assim como o trajeto de ida, o retorno havia sido por meio de navegação, com duração de quatro meses e três dias (KELLER & KELLER, 1969).

Com o término da expedição, os engenheiros Keller apresentaram o relatório ao governo com possibilidades de construir planos inclinados para facilitar a navegação, abrir um canal com saída para a direita dos trechos encachoeirados e,, por último construir uma estrada de ferro entre Santo Antônio e Guajará-Mirim (KELLER & KELLER, 1969).

No mesmo ano que os irmãos Keller realizaram os estudos dos rios Madeira ao Mamoré (KELLER & KELLER, 1969), o governo boliviano enviou o general Quentin Quevedo ao México, com o intuito de entrar em contato com o governo dos Estados Unidos, o que possibilitado pelo presidente mexicano Juarez ao entregar uma carta a George Earl Church com o projeto para desenvolver um meio de transporte do Madeira ao Mamoré (FERREIRA, 1959).

O coronel Church interessou-se no projeto da região amazônica e deslocou-se para a Bolívia no ano de 1868, conseguindo a concessão para realizar uma expedição do rio Mamoré ao Madeira, dando origem a *National Bolivian Navigation Company*. Após realizar a exploração, o coronel Church dirigiu-se a Europa com o objetivo de captar investimentos, mas, sem sucesso, retornou ao país boliviano (FERREIRA, 1959).

Ao chegar à Bolívia, o coronel Church informou que, para conseguir investimentos na Inglaterra, seria necessária a garantia do país, o qual estava de acordo. Em 1869, o contrato realizado, inicialmente, com o coronel Church foi modificado para que pudesse ser construída uma ferrovia, em paralelo realizou-se um empréstimo 2.000.000 libras, com autorização do governo boliviano (FERREIRA, 1959).

Para que tal obra pudesse ser colocada em prática, o coronel Church ainda precisava consultar o governo brasileiro, assim o coronel veio ao Brasil e conseguiu autorização por meio do decreto de 20 de abril de 1870, mas com ressalva de que a companhia tinha que ser reformulada e passar a chamar-se *Madeira and Mamoré Railway*. Dentre os estabelecidos estão: o prazo da concessão com durabilidade de 50 anos, a construção da ferrovia limitada da cachoeira de Santo Antônio a Guajará-Mirim, o início da obra não poderia exceder dois anos e deveria ser concluída em sete anos (FERREIRA, 1959).

Em 1871, mais uma vez, o coronel Church foi a Inglaterra solicitar empréstimos para a construção da ferrovia, conseguindo com condições impostas pelos banqueiros *Erlanger & Co*: a empreiteira *Public Works Construction Company* tinha que ser responsável pela obra e o país boliviano deveria garantir o financiamento (FERREIRA, 1959).

Novamente, o coronel Church retornou à Bolívia para solicitar autorização de empréstimo, mas, dessa vez, acompanhado pelos engenheiros da empreiteira *Public Works Construction Company* para realizar o estudo de viabilidade da construção de uma ferrovia. Com a mudança na presidência do país boliviano, o coronel informou a proposta e as alterações que precisavam ser feitas no contrato (FERREIRA, 1959).

Ao conseguir a autorização do presidente da Bolívia para prosseguir com o empréstimo e com a obra, o coronel seguiu com os engenheiros para o Rio Mamoré em direção ao Madeira para que os estudos de viabilidade pudessem ser iniciados. No decorrer da pesquisa, os empregados da empreiteira buscaram identificar as dificuldades e os custos da construção de uma estrada de ferro, que foram repassados a seus superiores na Inglaterra (FERREIRA, 1959).

O relatório do estudo apresentado à empreiteira e ao banco indicavam poucas dificuldades na construção e um orçamento razoável de 700.000 libras para a construção da ferrovia, o que possibilitou o fechamento de contrato e o início das obras em 1872 (FERREIRA, 1959).

A construção da ferrovia começou com a chegada de engenheiros no local onde está a primeira cachoeira do Madeira, em Santo Antônio. Em meados de 1872, com a expedição da construção, os materiais que seriam utilizados na obra da estrada haviam chegado e foram deixados à margem do rio para facilitar o seu uso (FERREIRA, 1959).

Com o início da obra, o governo enviou uma comissão composta pelo engenheiro Antônio Álvares dos Santos Souza, por um condutor, um agrimensor e um médico, com o intuito de observar o local. No decorrer da construção, a *Public Works* encontrou grandes dificuldades como: insalubridade, escassez de mão-de-obra, doenças, ausência do meio urbanizado com fácil acesso a comidas e medicamentos. Tais problemas geraram prejuízos à empreiteira, fazendo com que os serviços não dessem resultados (FERREIRA, 1959).

Em 1873, após dez meses de obra, a empreiteira *Public Works* decidiu sair do local já que não conseguia manter-se em meio às dificuldades. Os trabalhadores da

construção que eram de origem europeia optaram, em sua maioria, em permanecer na região da Amazônia ou em outras regiões do Brasil (FERREIRA, 1959), contribuindo com a constituição das territorialidades brasileiras¹⁶.

Devido ao não cumprimento do contrato de construção da ferrovia, a empreiteira não pode receber o capital acordado, acabando em ação judicial e prejuízos aos trabalhadores que ainda não haviam recebido. Apesar dos resultados insatisfatórios, o coronel Church começou a buscar novamente uma empresa construtora, que aceitasse realizar os trabalhos sem obter qualquer ganho antecipadamente, pensando que, se tal busca se concretizasse, poderia demonstrar confiança para os investimentos e para o tribunal inglês contra a *Public Works* (FERREIRA, 1959).

Em 1873, o coronel Church conseguiu assinar contrato no dia 17 de setembro com a empresa estadunidense *Dorsay e Caldwell*. A empreiteira assumiu a responsabilidade de realizar quinze quilômetros da estrada de ferro sem receber qualquer quantia de capital, mas usaria os materiais abandonados pela *Public Works* no trecho de Santo Antônio na floresta amazônica (FERREIRA, 1959).

Alguns dias após a comitiva de *Dorsay e Caldwell* chegar a Santo Antônio, um dos participantes faleceu, fazendo com que a empresa se retirasse e retornasse aos Estados Unidos. Com a segunda desistência da obra, o governo boliviano entrou com ação no tribunal londrino para garantir o capital congelado no banco da Inglaterra, aumentando as partes envolvidas na questão judicial (FERREIRA, 1959).

¹⁶ As imigrações gregas na região da atual Guajará-Mirim eram formadas principalmente por gregos que vieram para a Amazônia com o intuito de participar de atividades no comércio durante a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - E.F.M.M. Esses imigrantes participaram do processo de formação e fundação do município, apesar do desafio da diversidade linguística e cultural, do isolamento e das dificuldades de comunicação.

Conforme o Comando Militar da Amazônia, a cidade de Guajará-Mirim foi constituída pela diversidade de imigrantes, [...] imigrantes oriundos de várias partes do mundo, como indianos, chineses, gregos, granadianos, barbadianos, cubanos, espanhóis, norte-americanos, libaneses, portugueses e alemães que vinham para participar da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, ou atraídos pela oportunidade de produzirem borracha que seria escoada pela Ferrovia. Essa leva de imigrantes proporcionou uma grande miscigenação que deu origem à formação de várias famílias guajaramirenses. (CMDO FRON-RQ6° BIS)

Guayaramerín também foi formado por múltiplas territorialidades com imigrantes “*provenientes de los pueblos de Moxos, Joaquiniano, Baure, Itonama, Movima, Aymaras, Quechuas, Tacana, Cavineños, y otros pueblos de las diferente geografía del país.*” Além desses, o município teve imigrantes japoneses, espanhóis e até mesmo brasileiros que contribuíram na constituição do mesmo (*Plan de Desarrollo Municipal de Guayaramerin, 2006-2010, p.7*).

Para promover a construção da estrada de ferro, o governo brasileiro resolveu ajudar o coronel Church e garantir mais 400.000 libras caso ele ganhasse a ação judicial do capital congelado no tribunal da Inglaterra, do contrário, seria aplicado 7% de juros ao ano, além do capital suplementar. Porém, a proposta não foi aceita pelo senado brasileiro, pois a maioria dos senadores acreditava que seria desperdício e afronta ao governo boliviano (FERREIRA, 1959).

Devido às dificuldades que surgiam, o coronel Church decidiu fazer um acordo judicial com a *Public Works*, a qual recebeu 45.000 libras e, após o coronel contratar uma nova empreiteira, também receberia capital referente aos custos dos prejuízos que tiveram no decorrer da construção (FERREIRA, 1959).

A saída da empreiteira *Public Works* da ação judicial acarretou a sentença provisória em prol do coronel Church dada pelo juiz do tribunal da Inglaterra, possibilitando que o capital até então congelado no Banco de Londres fosse utilizado conforme o desenvolvimento da obra da ferrovia (FERREIRA, 1959).

Com a decisão provisória do tribunal da Inglaterra, o coronel Church buscou retomar a construção da estrada de ferro, contratando a empreiteira *Reed Bros & Co* em 1875. A construtora de Londres aceitou realizar a obra da ferrovia apesar de não conhecer a região, após perceber que se tratava de um lugar distante, adiou o início da ida ao Brasil, reivindicando direitos que não estavam nas cláusulas do contrato, o qual foi cancelado em 1877 (FERREIRA, 1959).

As dificuldades na construção da ferrovia apresentadas sugerem a hipótese de que as contratações de empresas e mão-de-obra estrangeira não contribuíram com o desenvolvimento da obra, porque os estrangeiros não conheciam, ou sabiam pouco acerca das particularidades e complexidades do trecho encachoeirado do rio Madeira ao Mamoré.

Depois do cancelamento do contrato com a *Reed Bros & Co*, o coronel Church decidiu parar com as atividades na Inglaterra e transferiu sua ação judicial para seu país. Ao chegar aos Estados Unidos, o coronel começou sua busca por empreiteiras que tinham interesse em construir a estrada de ferro, logo encontrando a empresa *Philadelphia and Reading Coal and Iron Co.* que se disponibilizou a fornecer materiais e equipamentos durante a obra, independentemente de qual fosse a empresa contratada para a construção (FERREIRA, 1959).

Em uma de suas buscas por empreiteiras, o coronel Church contatou a renomada¹⁷ *P. & T. Collins* da Filadélfia nos Estados Unidos e apresentou seu projeto, conforme pode ser visto na figura 5. Logo, fechou contrato em 25 de junho de 1877 com as seguintes disposições: deveriam ser construídos 320 quilômetros de ferrovia percorrendo as margens das cachoeiras de Santo Antônio a Guajará-Mirim, o capital de sua construção seria de 1.200.000 libras (FERREIRA, 1959), sendo o dobro do contrato com a empreiteira *Public Works* da Inglaterra em 1872.

Após a assinatura do contrato entre o Coronel Church e *P. & T. Collins*, o governo brasileiro decidiu investir 400.000 libras com garantia dos 7% de juros por meio da aprovação da proposta que havia tramitado no senado em 1873, no dia 24 de novembro de 1877. Com o capital suplementar, o coronel tinha aproximadamente a quantidade necessária para suprir o montante estipulado para o desenvolvimento da obra (FERREIRA, 1959).

Nas cláusulas do contrato de construção da ferrovia, estava disposto que a *P. & T. Collins* receberia o pagamento da *Madeira – Mamoré Railway Co.* conforme a obra fosse realizada, a empresa deveria depositar o capital de 200.000 dólares como garantia de que o serviço seria feito, também tinha que pagar o equivalente a 45.000 libras para cumprir o acordo judicial do coronel Church com a *Public Works* (FERREIRA, 1959).

Como parte do acordo, a *P. & T. Collins* assinou contrato com a *Philadelphia and Reading Coal and Iron Company* para ser a responsável pelo material usado na construção, a qual deveria iniciar até o dia 25 de fevereiro de 1878 com o prazo de três anos para a sua finalização. (FERREIRA, 1959).

Em janeiro de 1878, a construtora *P. & T. Collins* saía dos Estados Unidos com materiais, técnicos, operários e capital estadunidense para construir uma ferrovia no Brasil, sendo a primeira vez que acontecia o fornecimento de serviço completo pelos EUA, o que gerou destaque em nível nacional e motivo de orgulho aos americanos (FERREIRA, 1959).

¹⁷ Tal conceituação deve-se às grandes construções realizadas nos Estados Unidos.



Figura 5 - Mapa da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, 1877.

Fonte: George Earl Church, disponível em: “The route to Bolivia via the river Amazon: a report to the governments of Bolivia and Brazil”.

Em março do mesmo ano, a expedição havia chegado a Santo Antônio e encontrou dificuldades como doenças, contas pendentes da empresa *P. & T. Collins*, insalubridade, escassez de suprimentos, alimentos e medicamentos, fazendo com que começasse a debater sobre a possível saída do local. No final do mês, o senhor Thomas Collins chegou com mantimentos animando os membros da expedição, os quais decidiram ficar e começaram obras de moradias e comércios como farmácia, mercearia e padaria. Mesmo com tal animação, as dificuldades locais não puderam ser inibidas, homens morriam nas navegações pelas cachoeiras, por doenças e pela insalubridade (FERREIRA, 1959).

Devido às dificuldades, os trabalhadores manifestaram insatisfação com os salários e alegavam que não era suficiente para trabalhar no local, do qual alguns homens retiraram-se e partiram em direção a Manaus. As pessoas que ficaram na construção da ferrovia até o final de maio passaram por febres e disenterias fazendo com que a empreiteira construída em Santo Antônio ficasse cheia de doentes (FERREIRA, 1959).

Com tantos problemas, o prejuízo da empreiteira *P. & T. Collins* aumentava com o fato de que o coronel Church não conseguia utilizar o dinheiro liberado anteriormente, pois a ação judicial provisória não valia mais. Sem dinheiro, com doenças e falta de mantimentos, no mês de julho, foram inaugurados três quilômetros da estrada de ferro com uma locomotiva pequena, a qual descarrilou numa curva fazendo com que a máquina permanecesse estacionada até que os demais trechos da ferrovia ficassem prontos (FERREIRA, 1959).

Em julho de 1878, o coronel Church enviou uma carta ao engenheiro Nichols¹⁸ da empresa *Madeira – Mamoré Railway Co.* comunicando que não tinha como remunerar o serviço realizado pela *P. & T. Collins*, e, ainda que tal remuneração acontecesse, os gastos da empreiteira não seriam reparados, pois eram superiores ao capital projetado (FERREIRA, 1959).

A referida informação contribuiu com os bloqueios de empréstimos realizados nos Estados Unidos pela *P. & T. Collins*, que alarmou os trabalhadores que já estavam com receio do local pelas doenças, pela escassez de mantimentos, pela insalubridade e salários atrasados. Com o vencimento do contrato de trabalho no mês de agosto, alguns homens decidiram sair do local, os que ficaram fizeram-no porque deviam à empreiteira ou porque não tinham condições de retornar ao seu país (FERREIRA, 1959).

No final de 1878, o engenheiro Collins resolveu captar brasileiros para suprir o abandono dos americanos no trabalho, com isso, conseguiu aproximadamente 500 homens do Ceará. Em janeiro de 1879, a obra já contava com poucos trabalhadores, muitos já haviam falecido e os que restavam estavam doentes e sentindo os problemas da escassez de mantimentos e da insalubridade local (FERREIRA, 1959).

A redução dos trabalhadores na construção estagnou-a, o que chamou a atenção dos povos originários da região que começaram a realizar ataques com o

¹⁸ Examinava os trabalhos da empreiteira *P. & T. Collins*.

possível interesse de que os homens brancos abandonassem o local. Em agosto de 1879, após um ano e seis meses em Santo Antônio, todos os estadunidenses foram orientados a saírem rumo a sua pátria (FERREIRA, 1959).

Devido ao insucesso da empreiteira *P. & T. Collins*, o coronel Church desistiu da construção da ferrovia depois de aproximadamente 10 anos de insistência, logo, o governo brasileiro tornou nula a concessão designada ao coronel. Como resultado das tentativas, em Santo Antônio, ficava uma vila construída, materiais abandonados e aqueles que ali jaziam (FERREIRA, 1959).

Durante o ano de 1879, a Bolívia não havia dado atenção necessária à construção da ferrovia porque estava em guerra com o Chile e, como o resultado foi favorável ao país chileno, em 1882, o país boliviano perdeu sua faixa costeira, isto é, a sua única saída para o Oceano Pacífico (FERREIRA, 1959).

O resultado afirmou mais a ideia boliviana sobre realizar suas importações e exportações com trajeto via Amazonas, perspectiva que já era sustentada na razão de que o Brasil facilitava o comércio e a livre circulação da Bolívia em território brasileiro (FERREIRA, 1959).

Após algumas reuniões, o Brasil e a Bolívia assinaram, em 15 de maio de 1882, um tratado que dispunha sobre a realização da estrada de ferro e sobre as navegações em rios de ambos os países. Dentre as especificações dispostas, constava que o país brasileiro dava ao país boliviano o direito de uso de ferrovias que possivelmente seriam construídas à margem das cachoeiras que vão de Guajará-Mirim até a Santo Antônio, rota que seria realizada livre de impostos e os contratadores do serviço ferroviário apenas estariam sujeitos às tarifas (FERREIRA, 1959).

Pelo tratado, o Brasil ainda deveria providenciar estudos já realizados nos rios Madeira e Mamoré, efetuar mais estudos de viabilidade da construção de uma ferrovia a partir dos equívocos anteriores com uma nova expedição. Em contrapartida, os custos para construir a estrada de ferro seriam pagos pela Bolívia (FERREIRA, 1959).

No final de 1882, teve início a organização de uma comitiva para que fossem elaborados estudos sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Tal comitê era composto por engenheiros, secretário, auxiliares, desenhista, médico e

farmacêutico, os quais eram orientados pelo engenheiro sueco Carlos Alberto Morsing¹⁹ (MORSING, 1884).

Como objetivo, a comissão deveria estudar e identificar as possibilidades de se construir a estrada de ferro às margens dos rios Madeira e Mamoré, entre as cachoeiras de Santo Antônio e de Guajará-Mirim, sendo que, como resultado, teriam que elaborar o relatório e o projeto a ser executado (MORSING, 1884).

Em março de 1883, a comissão Morsing chegou à margem da cachoeira Santo Antônio, onde encontrou uma vila constituída por sete casas e fez um balanço de materiais e equipamentos abandonados pela empreiteira *P. & T. Collins*. Durante a mensuração, identificou-se uma locomotiva, trilhos Vignoles, correame, carros de mão, barras de ferro, parafusos, rodas, carvão, aço, zinco, tornos, madeiras, marretas e bigornas que poderiam ser utilizados e, adentrando a floresta, havia instrumentos de trabalho inutilizáveis (MORSING, 1884).

Após 20 dias de estudos, a comissão Morsing contava com 22 membros doentes, o que dificultou o desenrolar da pesquisa. Já totalizando 35 dias, o comitê recebia ajuda do governo brasileiro por meio de 28 empregados e 30 soldados que foram enviados a Santo Antônio para garantir que o trabalho fosse cumprido (MORSING, 1884).

Em maio, após 58 dias de estudos Carlos Alberto Morsing adoeceu e decidiu retornar ao Rio de Janeiro junto com outros membros da comissão que também estavam doentes. O engenheiro Morsing tinha como intuito informar ao governo brasileiro que as condições do local de trabalho não eram favoráveis pelas insalubridades, doenças, escassez de mantimentos e perigos desconhecidos na floresta amazônica e para que o projeto fosse concluído seriam necessários mais recursos (MORSING, 1884).

Mesmo com a ausência do Carlos Alberto Morsing, no dia 19 de agosto de 1883, o encarregado provisório Júlio Pinkas orientou que todos os membros da comissão deveriam partir da vila de Santo Antônio com destino a Manaus já que ninguém tinha condições físicas e psicológicas para dar continuidade aos estudos da estrada de ferro. Em Manaus, a comissão encontrou-se com o engenheiro chefe que

¹⁹ Carlos Alberto Morsing nasceu na Suécia, mas possuía naturalidade brasileira. Realizou seus estudos de engenharia nos Estados Unidos, precedente ao convite do governo brasileiro para a realização dos estudos, residia na Província de Pernambuco (MORSING, 1884).

retornava do Rio de Janeiro com engenheiros, farmacêutico e recursos (MORSING, 1884).

Com base nos estudos anteriores e nas plantas da *Public Works* e no trabalho realizado antes de adoecer, Carlos Alberto Morsing decidiu estabelecer-se em Manaus para elaborar o projeto da execução da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (MORSING, 1884).

Para que o projeto pudesse ser finalizado, Carlos Alberto Morsing enviou dois grupos de engenheiros para diferentes trechos do encachoeiramento. A equipe que foi designada para trabalhar em Santo Antônio era composta por 34 pessoas e permaneceram 35 dias no local, sendo que, como resultado, identificaram que seria necessário começar a construção da estrada de ferro 7 km antes do local, em direção a Ponto Velho. A segunda comitiva responsável pelo estudo da margem da cachoeira Caldeirão do Inferno ficou aproximadamente três meses no local e conseguiu confirmar a veracidade da planta da empreiteira *Public Works* (MORSING, 1884).

Depois da finalização do trabalho de campo, Morsing dissertou sobre os resultados alcançados destacando a extensão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que passava a ser de Ponto Velho a Guajará Mirim, com a extensão de aproximadamente 362 km, na qual seria gasto quarenta e sete contos de réis por quilômetro (MORSING, 1884).

Após receber o relatório do engenheiro chefe da comissão, o governo brasileiro decidiu escutar uma seguinte posição sobre a construção da ferrovia. O convidado a opinar foi Júlio Pinkas, o engenheiro chefe provisório do comitê, que se posicionou contra o projeto de Morsing, alegando que era uma adaptação das plantas antigas da *Public Work* e da *Collins*, e que não haviam realizado estudos suficientes para que tal trabalho fosse colocado em prática (NOGUEIRA, 1913).

Ao receber uma segunda manifestação, o governo brasileiro decidiu formar outra comissão que seria chefiada por Júlio Pinkas. A expedição foi constituída por 105 pessoas, dentre as quais estavam médicos, farmacêuticos, engenheiros e trabalhadores que seguiram ao destino de Santo Antônio para realizar um novo estudo (NOGUEIRA, 1913).

Para facilitar o estudo, Júlio Pinkas formou subgrupos e designou que trabalhassem em diferentes pontos do trecho encachoeirado. A primeira equipe ficou na cachoeira de Jirau, a segunda em Três Irmãos e a terceira em Ribeirão. Os

trabalhos dos grupos duraram 77 dias e eles percorreram 200 quilômetros, mas o projeto da ferrovia ainda não estava pronto, sendo apresentado pelo engenheiro chefe somente em setembro de 1985, um ano após o retorno da comissão (NOGUEIRA, 1913).

Como resultado dessa expedição, o projeto definia que a estrada de ferro deveria ter início em Santo Antônio e término em Guajará-Mirim, ao invés do estipulado no plano do engenheiro Morsing, com origem em Ponto Velho; também deveriam ter pontos de parada em Caldeirão do Inferno, Jirau e Foz do Beni; a construção custaria aproximadamente vinte e sete contos de réis por quilômetro, com a extensão cerca de 330 km (NOGUEIRA, 1913). Em 1889, chegava ao fim o governo imperial e a construção da ferrovia não havia se concretizado.

Em novo regime de governo brasileiro, os interesses na construção da Estrada de Ferro Madeira – Mamoré começaram a surgir, sendo designada a primeira concessão em maio de 1891, a qual estipulava que os responsáveis deveriam começar a obra antes de dois anos, senão o direito seria anulado automaticamente, conforme aconteceu (NOGUEIRA, 1913).

Do lado boliviano, no ano de 1900, foi criada a quarta província do Departamento de Beni, denominada Antonio Vaca Diez, formando, assim, a Província de Vaca Diez. Em agosto do mesmo ano, criou-se um posto aduaneiro e uma casa de correios para suprir a necessidade de povoar a região.

Em 1909, a família Suarez continha cerca de 6.4 milhões de hectares entre o Departamento de Pando e a atual região de Vaca Diez (que abarca Guayaramerin), também continha portos, embarcações, imóveis, escolas, igrejas, escritórios, entre outros. Devido à dominação da casa Suarez como resultado da colonização espanhola, a cultura, as tradições, os costumes sobrepuseram-se aos povos originários, fazendo com que eles abandonassem a região para a nova população. Apesar da predominância da colonização, a criação do município de Guayaramerín ainda nem havia sido idealizada.

Já no século XIX, no ano de 1903, foi promulgado o Tratado entre o Brasil e a Bolívia, em Petrópolis, no qual estava disposto sobre a região fronteira, destacando-se uma de suas cláusulas que dispunha como obrigação do governo brasileiro a construção da ferrovia, com prazo estipulado.

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo

Antônio, no rio Madeira até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Villa-Murtinho ou outro ponto próximo (Estado de Mato Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito as mesmas franquezas e tarifas (TRATADO ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA, 1903).

Devido as suas obrigações, o governo brasileiro lançou edital para que as empresas pudessem concorrer para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A empreiteira ganhadora era do engenheiro Joaquim Catrambey, apesar de ganhar a licitação, o engenheiro optou em terceirizar a construção da ferrovia para uma companhia estadunidense, cujo nome era *May, Jekyll e Randolph*, mesmo com essa terceirização, o ganhador continuou sendo o responsável pela construção e tinha que responder ao governo brasileiro, logo desistindo da obra (FERREIRA, 1959).

Ao desistir da obra, a empresa vencedora vendeu a concessão para a empresa dos Estados Unidos: *May, Jekyll & Randolph*, que havia terceirizado anteriormente, dando início à obra com o desembarque em Santo Antônio em 1907 (FERREIRA, 1959).

Em 1908, a empreiteira *May, Jekyll & Randolph* havia chamado mais trabalhadores estrangeiros para a construção da ferrovia. As particularidades do local faziam com que o trabalho fosse difícil e necessitasse de mais mão-de-obra do que a empresa projetara inicialmente (FERREIRA, 1959).

No decorrer de 1909, a obra foi acelerada com a contratação de mais de 4000 homens que eram de diferentes nações: Espanha, Portugal, Estados Unidos, Itália, China, Alemanha, Colômbia, Áustria, França, Inglaterra, Peru, Bélgica, Irlanda, Brasil e Bolívia. Com o aumento de pessoas, a vila foi ampliada e, apesar das dificuldades locais, os trabalhadores sentiam-se mais animados para realizar a obra. Tais investimentos fizeram com que, no findar de 1910, fosse inaugurada uma parte da estrada de ferro com o total de 62 quilômetros (FERREIRA, 1959).

Em 1911, novamente chegaram à obra mais 5000 trabalhadores estrangeiros, possibilitando que outra parte da estrada de ferro fosse inaugurada ainda em setembro daquele ano, totalizando 220 quilômetros de construção (FERREIRA, 1959).

No período, Santo Antonio já havia deixado de ser apenas um ponto de desbravadores para ser um povoado em construção. Logo, a companhia estabelecia a construção da ferrovia, definindo em conjunto ao governo brasileiro o ponto inicial

de sua construção, Ponto Velho. Assim, iniciaram-se os desmatamentos, as obras das instalações da companhia e de seus empregados, e, assim, o levantamento de uma cidade, por meio de construção de casas, estações e comércio (FERREIRA, 1959)

Com a ampliação global das possibilidades de industrialização de produtos à base de látex, sua necessidade também se ampliava, induzindo a produção em grande escala e, automaticamente, as exportações cresciam. A construção da ferrovia também era importante para o desenvolvimento do ciclo da borracha, contribuindo para que a região fronteiriça atraísse imigrantes que buscavam trabalhos nos seringais e melhores condições de vida que o local de origem (FERREIRA, 1959)

No ano seguinte, em 1912, foi realizada a última parte da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, totalizando 364 quilômetros, sendo um pouco mais do que havia sido projetado pelo engenheiro Morsing em 1883 (FERREIRA, 1959).

Após o término da ferrovia, muitos trabalhadores contratados decidiram permanecer no local e trabalhar nos seringais. E ainda no ano de 1912, o número de produtores da borracha aumentava na região, atraindo mais pessoas de outras regiões do Brasil (FERREIRA, 1959).

Em 26 de junho do mesmo ano, o local onde estava a cachoeira de Guajará-Mirim havia sido criado e formalizado enquanto povoado conhecido como Distrito de Espiridião Marques²⁰, pela resolução 869 (CHAMMA, 2012). Do lado boliviano, o senhor Manuel Jesús Añez Parede cedeu uma parte de suas terras para a urbanização iniciada pelo senhor Rodolfo Arauz, Delegado nacional.

O povoamento desenvolvia-se e fixava na região os contemporâneos municípios de Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia) a partir de imigrantes atraídos no decorrer do processo de construção da ferrovia e do trabalho em seringais.

Apesar da ferrovia e do látex atraírem trabalhadores pela ideia de oportunidade de mão-de-obra, no ano de 1913, os comerciantes e produtores, que também compartilhavam e sustentavam a ideia promissora, identificaram a

²⁰ Atual município de Guajará-Mirim.

inviabilidade de promover trabalhos no local, porque a taxa de transporte ferroviário custava boa parte do lucro que obtinham.

Como manifestação dessa insatisfação, no final do mesmo ano, os empreendedores da região passaram a não usar o serviço da locomotiva, até o preço ser alterado pela empresa responsável em administrar a ferrovia, acarretando a evasão de muitos imigrantes que foram atraídos para a região pelas oportunidades de trabalho (FERREIRA 1959).

2.3 CIDADES-GÊMEAS: SÉCULO XX AO XXI

Em 1915, o município de Guayaramerin foi criado por meio da lei de 22 de setembro, a qual, em artigo único, dispõe o seguinte,

El puerto menor creado por Decreto Supremo de 17 de noviembre de 1905, sobre la margen occidental de río Mamoré con el nombre de "Puerto Sucre", se denominará en lo sucesivo "Guayaramerín" (CONGRESO NACIONAL DE BOLÍVIA, 1915).

O município localiza-se ao Norte da Bolívia, sobre a Amazônia boliviana, área correspondente ao território entre o Rio Yata e a margem esquerda do Mamoré. Sua extensão territorial tem uma superfície estimada de 6.493 km², sendo constituídos por quatro distritos urbanos, três distritos rurais que contam com 39 comunidades e de recente criação dos povos indígenas.

De acordo com o *Plan de territorial de desarrollo integral* (2016), 8,3% da população pertencem ao povo indígena Quechua, 16,9% são do povo Aymara, 0,9% são do povo Chiquitano, 0,7% do povo guarani, 10,9% são do povo Afrobolíviano, 10,9% são camponeses e 58,9% não pertencem aos povos indígenas e não têm origem camponesa, são descendentes dos colonizadores. A diversidade de povos, de acordo com o INE (2012), totaliza 41.814 habitantes.

Devido à diversidade da população, utiliza-se mais de um idioma: castelhano, aymara, quechua, movima, chacobo, português e inglês. Com isso, a maioria da população tem, como língua materna, o castelhano e a minoria, o chacobo.

Ressalta-se que, antes de ser criado, o município de Guayaramerin na região fronteiriça, o território já era marcado pelos imigrantes e pelos povos originários. Nas primeiras décadas do século XX, o período do *"auge de la goma"*, na Bolívia, fazia com que as populações dos demais municípios do Departamento de Beni fossem

importantes pelas condições comerciais de exportação da borracha para a Europa e os EUA.

A ferrovia Madeira-Mamoré, apresentada no subtítulo anterior, também ficou conhecida como “Ferrovia do Diabo”, por causa dos transtornos vividos durante o processo de sua construção. De acordo com Ferreira (1959), a estrada de ferro teve sua obra planejada, primeiramente, pelos interesses econômicos, pois se necessitava que a ferrovia servisse de saída da exportação boliviana ao Oceano Atlântico. Tal lógica de lucro com o escoamento de mercadorias pode ser compreendida na exposição de Santos:

Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso da tecnologia do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro dos interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, ampliando e mudando. (SANTOS, 2008, p.18)

Com essa compreensão, na época da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, identifica-se que as relações econômicas predominavam no espaço geográfico, caracterizando o local como ponto de encontro de interesses de poder pelo território e econômico pela necessidade. Destaca-se, desse modo, a constituição do território, até então, espaços geográficos, baseado no aspecto econômico.

Em alguns momentos da construção da ferrovia, o extrativismo da “goma” também atraía trabalhadores de diferentes regiões do país e do exterior para atender a elevação da demanda do látex²¹ no mundo, que fazia o preço aumentar com frequência e, automaticamente, a produção crescia, contribuindo com a exportação de 42 mil toneladas de borracha, entre a primeira e a segunda década do século (SOUZA, 2019). Ressalta-se que, assim como Guayaramerín, Guajará-Mirim tinha, como principais compradores da borracha, a Europa e os EUA.

Muitos brasileiros de outras regiões do país buscavam oportunidades advindas do ciclo da borracha, o que fez com que chegassem ao local e se estabelecessem na região rondoniense. Dentre os principais imigrantes brasileiros que contribuíram com a formação territorial de Guajará-Mirim estão os nordestinos,

²¹ “Na década de 1820, o químico inglês, Joseph Prestley, descobriu a utilização da borracha para apagar inscrições a lápis, em 1839 o americano Charles Goodyear e o inglês Thomas Hancock descobriram, simultaneamente, o processo de vulcanização da borracha, ao adicionarem enxofre no produto, tornando-o resistente ao calor e ao frio. Na sequência, o escocês John Dunlop empregou a borracha vulcanizada na invenção de pneus para bicicletas.” (MATIAS, 1977, p.115)

que faziam parte dos primeiros trabalhadores conhecidos como seringueiros e soldados da borracha.

Até as primeiras décadas do século XX, a região em conjunto com o estado do Amazonas produzia a melhor borracha do mundo, mantendo seringueiros de diferentes nacionalidades. Com o início da produção de látex na Ásia, os valores do produto brasileiro começaram a despencar, o que causou o barateamento dos preços das exportações (SOUZA, 2019).

Os imigrantes levaram suas tradições, crenças, lendas, gastronomia e demais saberes que foram adaptados ao local. Parte do processo de urbanização de Guajará-Mirim e Guayaramerín esteve marcado pelos conflitos entre povos originários e brancos, ambos sofreram com problemas, uns com armamentos e outros com epidemias (SILVA, 2011).

De acordo com Silva (2011), a diversidade de povos originários, que, no local foram explorados, e algumas etnias extintas conforme a seguinte observação:

[...] sobre a sistemática disseminação de doenças entre suas tribos, sobre ações orquestradas como meio de apropriação de suas terras e das riquezas nelas contidas, tudo, em nome de uma integração dos índios aos costumes ditos civilizados que respeitam suas tradições, suas crenças, seus costumes e suas dignidades. (SILVA, 2011, p.140).

Ainda sem a denominação contemporânea de Guajará-Mirim, no ano 1926, o então povoado conhecido como Espiridião Marques passou a ser vila pela lei nº 962 de 12 de julho. Após cinco anos como vilarejo, a companhia que construiu a estrada de ferro foi ao governo brasileiro pedir ajuda, relatando as dificuldades que teve durante a construção, com a crise do ciclo da borracha e de 1929, no mesmo ano em que se fundou o município de Guajará-Mirim (CHAMMA, 2012). Contudo, o governo brasileiro não demonstrou interesse em ajudar a companhia, fazendo com que ela encerrasse a administração da ferrovia (FERREIRA, 1959).

Após oito dias com o tráfego da ferrovia parado, o governo brasileiro assumiu o controle sob a direção do tenente Aluizio Ferreira, então se abriu espaço para uma ocupação na fronteira por meio da criação de contingentes de militares, com colônias consideradas estratégicas na região. Inicialmente, eram distribuídos insumos de animais e sementes para a agropecuária nas colônias, com o intuito de promover a povoação da região fronteira como forma de defesa do território (CHAMMA, 2012).

Apesar de Guajará-Mirim ter sido criado em 10 de abril de 1929, sua emancipação somente ocorreu no dia 21 de setembro de 1943, sendo que, na contemporaneidade, é o segundo maior município do estado de Rondônia em extensão territorial com 93% de território em proteção ambiental. Com 41.656 pessoas, está na oitava posição populacional, a qual é representada pela diversidade étnica como os povos originários, quilombolas e migrantes brasileiros, boliviano e de outras regiões do mundo. (IBGE, 2010).

A contemporaneidade resulta da constituição territorial de Guajará-Mirim a partir das múltiplas territorialidades de imigrantes que foram ao município, buscando oportunidades de possíveis proventos oferecidos pelo local em um determinado tempo. Ressalta-se ainda que, antes mesmo dos imigrantes, conforme se viu no início desse capítulo, a região já tinha a contribuição dos povos originários como a tribo denominada Pacaás Novos, que são formados por 25 etnias e distribuídos em 32 aldeias.

Atualmente, eles habitam todo território fronteiriço, suas aldeias são em número de trinta e duas, estão classificadas de acordo com as vias de acesso e, para exemplo, cita-se aqui apenas as mais populosas com suas respectivas distâncias até Guajará-Mirim.

Conforme mencionado anteriormente, no decorrer da constituição territorial de Guajará-Mirim, houve conflitos entre povos originários e seringueiros até as últimas décadas do século XX, quando se iniciaram processos de pacificação orientados pelos “[...] missionários protestantes da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) e funcionários do órgão governamental denominado Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que vinham tentando, há décadas, pacificar esses conhecidos guerreiros” (VILAÇA, 2006, p.29).

Ainda no século XX, durante a direção do tenente Aluízio Ferreira na ferrovia, foram realizados diversos estudos de viabilidade de povoamento na região fronteiriça, por meio de aprofundamento do potencial mineral e agropecuário, também se buscou proximidade com os povos indígenas e conhecimento sobre a flora e a fauna (CHAMMA, 2012).

Além dos estudos para povoamento, as correspondências trocadas entre o tenente Aluízio Ferreira e o general Rondon indicaram duas preocupações, os povos indígenas e garantir a defesa das fronteiras (devido às dificuldades da crise). O militar aponta duas soluções, a de criar centros de atrações indígenas e a de

transformar os índios em guardas fronteiriços (Souza, 2003). Após os contingentes²² estabelecidos na fronteira, o tenente Ferreira²³ concebeu colônias agrícolas para conter os êxodos, essas colônias foram formadas por soldados, índios locais e imigrantes.

Para o povoamento da região fronteira foram criadas colônias no limiar da ferrovia, bem como três contingentes de fronteira, e colônias agrícolas em partes tidas como estratégicas. Com isso, o tenente buscava conter a saída dos moradores da região. Paralelamente a esses acontecimentos, em 21 de setembro de 1943, por meio do decreto-lei n.º 5.839, foram criados os territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá e Iguassu.

De acordo com Souza (2003), a criação desses territórios deu-se com base em duas premissas, a crise econômica e a necessidade de união ideológica do governo Vargas sobre a Marcha para o Oeste. O Território Federal do Guaporé era composto por municípios desmembrados do Estado do Amazonas e do Mato Grosso. O município de Guajará-Mirim compunha o Território Federal do Guaporé juntamente com Porto Velho (capital), Lábrea e Santo Antônio, que, posteriormente, passou a ser denominado Território Federal de Rondônia, com a Lei Federal n.º 2.731, de 17 de fevereiro de 1956.

Nas décadas seguintes, a ferrovia permaneceu com a administração do Governo Federal até o dia 10 de julho de 1972, data em que ela foi desativada terminante, devido às quedas de rendimentos, más administrações e crises, as quais contribuíram para que ela se tornasse deficitária (FERREIRA, 1959).

A construção, a utilização e o fechamento da ferrovia Madeira-Mamoré, assim como os demais acontecimentos nas cidades-gêmeas, influenciaram no resultado contemporâneo de ambos os municípios. Tal compreensão contribui com o conhecimento do objeto de estudo desta dissertação, Guajará-Mirim (Estado de

²² Os três contingentes foram criados por meio do Ministério de Guerra. Um ficava em Guajará-Mirim nas margens do Mamoré (Ponto final da ferrovia), outro no Forte Príncipe da Beira no Rio Guaporé e o terceiro em Porto Velho (Ponto inicial da ferrovia). (Souza, 2003)

²³ De acordo com PINTO (1993), em virtude do movimento tenentista em 1924, o então coronel Aluizio Pinheiro Ferreira, ao fugir da prisão internou-se no Vale do Guaporé, primeiramente, no seringal Rubber State, gerenciado pelo Coronel Paulo Saldanha e, em 1926, trabalhou no seringal Laranjeira, do Italiano Américo Casara. Nos seringais, o tenente Ferreira fizera contatos com os povos originários Makurap e Tupari. Antes mesmo de se tornar diretor da ferrovia, o tenente elaborava relatórios sobre os povos, o solo, a flora e a fauna, e sobre a dificuldade do povoamento da região fronteira e enviava ao general Rondon.

Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Brasil) para a avaliação de documentos apresentada no capítulo 3.

CAPÍTULO 3 – GUAJARÁ-MIRIM (RONDÔNIA – BRASIL) E GUAYARAMERIN (DEPARTAMENTO DE BENI – BENI): AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Neste capítulo, serão avaliados documentos orientadores do objeto de estudo desta dissertação, Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia). Para tanto, foram elencados planos e planejamento do século XXI de fontes governamentais como: Ministério do Turismo, Secretaria Estadual de Turismo de Rondônia, Prefeitura de Guajará-Mirim, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – Rondônia, Governo Autônomo Municipal de Guayaramerín e do Centro de Documentação e Informação da Bolívia.

A avaliação dos planos e planejamento de Guajará-Mirim e Guayaramerín correlaciona-se ao marco teórico explicitado no capítulo 1 e as diretrizes internacionais relacionadas ao desenvolvimento territorial e/ou ao turismo.

Os documentos orientadores elencados são: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Estadual Rio Pacaás Novos, Plano de Manejo do Parque Nacional Pacaás Novos, Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira, Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia, Plano Municipal de Cultura, Plano Diretor Industrial, Plano Estadual de Recurso Hídricos do Estado de Rondônia, Plano Plurianual, Planejamento Estratégico de Gestão, Plano Estratégico de Rondônia e Plano Nacional de turismo, *Plan Estratégico de Desarrollo Turístico*, *Plan Nacional de Turismo – PLANTUR*, *Plan Estratégico Institucional del Gobierno Autônomo Municipal de Guayaramerin para Vivir Bien – PEI*, *Plan Territorial de Desarrollo Integral del Municipio de Guayaramerin para Vivir Bien – PDTI*, e *Plan de Uso de Suelos*.

3.1 – DOCUMENTOS ORIENTADORES: PLANOS E PLANEJAMENTO

No desenvolvimento territorial e do turismo sustentável, os documentos são orientadores da prática e, conforme se abordou no capítulo 1, devem ser elaborados estrategicamente com o propósito de identificar, com clareza, como está a atual situação, isto é, elaborar o diagnóstico para determinar o que precisa ser desenvolvido e de qual modo os atores envolvidos devem atuar em prol do que se planeja.

O planejamento fornece diretrizes²⁴ em escala internacional, nacional, regional e local (HALL, 2001), sendo que, de acordo com Beni (2000), na área do turismo, precisa envolver a educação, a capacitação profissional, estudos de viabilidade para sua execução, diagnóstico, plano e controle, se o documento for orientado para o desenvolvimento sustentável, devem-se considerar os subsistemas ecológico, econômico, cultural e social.

Hall (2001) ressalta a importância de os documentos serem alinhados entre escalas, isto é, o local deve considerar as diretrizes da região, do país e do cenário internacional, adaptadas para as suas particularidades.

As diretrizes de desenvolvimento territorial no cenário global, formuladas pela Organização das Nações Unidas – ONU buscam orientar as escalas nacional, regional, local, supranacional e transfronteiriça²⁵.

Conforme o documento Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial (ONU – Habitat, 2015), os planejamentos e planos devem contar com normas claras e que possam ser cumpridas, com arquitetura urbana adaptável e orçamento que contemple gastos versus qualidade nos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais.

Assim, avaliam-se os documentos orientadores de Guajará-Mirim (Rondônia – Brasil) e Guayaramerin (Departamento de Beni – Bolívia) do século XXI, elencados no quadro 3, para tal, considera-se a diferenciação de Hall (2001) entre planejamento e plano apresentada no capítulo 1. O primeiro caracteriza-se pelo ato de planejar onde se quer chegar, o plano é mais amplo e contempla o próprio planejamento e o *feedback* pós execução.

²⁴ As Diretrizes promovem princípios e recomendações fundamentais para o planejamento urbano e territorial que auxiliam todos os países e cidades a conduzirem, com eficácia, as mudanças demográficas urbanas e a melhorarem a qualidade de vida em assentamentos urbanos existentes. [...] as Diretrizes devem ser usadas considerando a continuidade entre as diversas escalas do planejamento [...] (ONU – Habitat, 2015, p.8)

²⁵ Promover Estratégias regionais multinacionais [que] pode ajudar a direcionar investimentos para lidar com problemas globais como mudanças climáticas e a eficiência energética, permitir a expansão integrada de áreas urbanas em regiões transfronteiriças, mitigar riscos naturais e melhorar o gerenciamento sustentável de recursos naturais compartilhados. (ONU – Habitat, 2015, p.8)

DOCUMENTO	PERÍODO	ÁREA DE LOCALIZAÇÃO
PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA ESTADUAL RIO PACAÁS NOVOS	2004	Guajará-Mirim
PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE PACAÁS NOVOS	2009	Guajará Mirim, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Alvorada d'Oeste e São Miguel do Guaporé.
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE FRONTEIRA	2012	Rondônia
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO	2013	Guajará – Mirim
PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	2014	Madeira – Mamoré
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RONDÔNIA	2015 – 2030	Rondônia
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA	2016	Guajará – Mirim
PLANO DIRETOR INDUSTRIAL	2017 – 2025	SUFRMA
Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia	2018	Rondônia
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO	2018 – 2021	Guajará-Mirim
PLANO ESTRATÉGICO DE RONDÔNIA	2019 – 2023	Guajará-Mirim
PLAN ESTRATEGICO INSTITUCIONAL DEL GOBIERNO AUTONOMO MUNICIPAL DE GUAYARAMERIN PARA VIVIR BIEN – PEI	2016 – 2020	Guayaramerin
PLAN TERRITORIAL DE DESARROLLO INTEGRAL DEL MUNICIPIO DE GUAYARAMERIN PARA VIVIR BIEN – PDTI	2016 – 2020	Guayaramerin
PLAN DE USO DE SUELOS	2019	Departamento del Beni

Quadro 3: Documentos orientadores Guajará-Mirim (Estado de Rondônia – Brasil) e Guayaramerín (Departamento de Beni – Bolívia)

Fonte: A autora, 2020.

O primeiro documento orientador elencado no quadro 3 trata-se de um Plano de Manejo, que, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tem como intuito fazer com que a Unidade de Conservação em questão realize os objetivos estipulados em sua progênie, direcionados à gestão. A elaboração de tal plano requer interdisciplinaridade relacionada às singularidades de cada contexto, constituindo-se de diagnóstico e ação.

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista Estadual Rio Pacaàs Novos²⁶, com vistas à Exploração de Uso Múltiplo (2004) compõe-se de quatro partes. Na primeira parte, consta o diagnóstico da Resex²⁷, o qual está fundamentado nos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais utilizados para mensurar e qualificar a realidade, aproximando-se da percepção de Cleary (2003) de que os indicadores dos subsistemas dão origem a uma pré-análise para o desenvolvimento territorial independentemente do contexto delimitado.

Nos indicadores sociais e culturais do Plano de Manejo da Resex Rio Pacaàs Novos (2004), foi realizada a mensuração de dados acerca da população, educação, moradia, serviços básicos (água, esgoto e energia), saúde, transporte, comunicação, cultura e sítios arqueológicos. Com tal levantamento, destaca-se, nas considerações, ausência de estudos arqueológicos relevantes na pré-história de Guajará-Mirim, os demais sub-indicadores denotaram precariedade em 87% das habitações, sem acesso a saneamento e energia.

O indicador econômico, por sua vez, expressou as atividades econômicas da Resex como o extrativismo do látex e da castanha-do-pará, pesca, plantio de mandioca, milho, feijão e arroz. Tais produtos são utilizados para consumo próprio da população²⁸ que reside na reserva extrativista e na comercialização como forma de obtenção de renda (PLANO DE MANEJO, 2004).

No indicador ambiental, foram levantadas as seguintes informações: a Resex possui clima tropical chuvoso, com chuvas escassas de maio a setembro e abundantes de outubro a abril, sua bacia hidrográfica é o rio Pacaàs Novos, sem trechos encachoeirados e pouco íngreme, e a área plana é formada de sedimentos e

²⁶ Conforme apresentado, na tabela, a Reserva Extrativista Rio Pacaàs Novos na sua totalidade de 351.813,93 ha está localizada no Município de Guajará-mirim, mas sua administração pertence ao Estado de Rondônia.

²⁷ Reserva Extrativista

²⁸ De acordo com o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Estadual Rio Pacaàs Novos, com vistas à exploração de uso múltiplo, a Resex contava com o total de 140 pessoas em 2004.

solo Latossolo Amarelo, já a fauna abrange uma grande quantidade de mamíferos, avifauna, ictiofauna e herpetofauna (PLANO DE MANEJO, 2004).

A gestão da Resex é composta pela Associação de Seringueiros, que é responsável por preservar o sustento dos residentes e garantir que os recursos naturais sejam utilizados de modo consciente e sustentável. A gestão comunitária recebe apoio de Rondônia por meio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e de outras Associações do Estado (PLANO DE MANEJO, 2004).

No diagnóstico do Plano de Manejo da Resex (2004), também foram levantados dados para o inventário florestal com o intuito de quantificar e qualificar a medicina, a madeira, os alimentos e suas potencialidades.

Para fazer o diagnóstico foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental, de campo com tiragem de amostras do solo e de sedimentos e entrevistas com residentes da Reserva Extrativista rio Pacaás Novos (PLANO DE MANEJO, 2004).

Apesar do Plano de Manejo Extrativista Estadual Rio Pacaás Novos (2004) ser composto por diagnóstico e planejamento (ação), conforme informação que consta no próprio documento, a última parte não estava disponível para acesso, o que impossibilitou conhecer a totalidade do documento.

O diagnóstico quantificou e qualificou dados dos aspectos ecológicos (fauna e floresta), econômicos (extrativismo, cultivo e comércio) e sociais (moradia, saneamento, energia) considerando a singularidades da Resex por meio da participação de residentes (PLANO DE MANEJO, 2004).

Apesar de o Plano de Manejo não contemplar a totalidade do território de Guajará-Mirim, sua aplicabilidade e o seu conhecimento podem contribuir no processo de elaboração de um futuro plano territorial alinhado com documentos orientadores.

Já a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Pacaás Novos²⁹ deu-se com base no Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional Reserva Biológica, Estação Ecológica, do Instituto brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA (PNPN, 2009), o qual trata de diretrizes nacionais que servem como orientação para o desenvolvimento de documentos relacionados ao Meio Ambiente.

²⁹ Plano de manejo para Parques Nacionais Brasileiros está disposto no Decreto nº84.018 de 1979.

Tal documento orientador do Parque Nacional Pacaás Novos - PNPN foi desenvolvido por servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, do IBAMA, em conjunto com atores públicos dos municípios de Guajará-Mirim, Mirante da Serra, Alvorada do Oeste e Campo Novo de Rondônia (PNPN, 2009).

No decorrer de sua elaboração, os profissionais responsáveis realizaram pesquisas de campo e bibliográfica. A investigação de campo consistiu-se em visitas à região do PNPN e suas proximidades, contribuindo com o desenvolvimento de um banco de dados com georreferências. A pesquisa em bibliografia, por sua vez, contribuiu com revisões ao Plano de Manejo anterior e a outros documentos orientadores do entorno do parque (PNPN, 2009).

Como resultado das investigações, o Plano de Manejo consistiu-se em contextualização, análises e planejamento estratégico. A primeira parte destaca a relevância do PNPN na conservação dos ecossistemas, seus recursos hídricos, sua participação no conjunto de unidades de conservação da região³⁰, bem como a atuação cooperativa nas relações bilaterais Brasil-Bolívia baseada na agenda 21 (PNPN, 2009).

Por conseguinte, o Plano de Manejo apresenta a análise da região da Unidade de Conservação e da UC em si. Para tanto, foram analisadas informações levantadas entre as décadas de 1990 e 2000, em documentos e demais bibliografias relacionadas ao Parque e ao seu entorno (PNPN, 2009).

As análises consistem em Diagnóstico Étnoambiental Participativo da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, revisões de literatura e de pesquisas na internet (PNPN, 2009). A partir deles, o relatório identifica as formações geológicas de granitóides e de metavulcano-sedimentar; solos como Argissolos, Cambissolos Eutróficos e Distróficos, Gleissolos, Latossolos, Neossolos Flúvico, Neossolos Regolíticos, Neossolos Litólicos, Planossolos Distróficos e Pintossolos; bem como a vegetação composta por floresta Ombrófila Aberta e formações de várzeas e igapós (PNPN, 2009).

³⁰ Lei 9.985 de 18 de julho de 2000: Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Devido às dificuldades de autorizações para que pesquisadores adentrassem em determinadas áreas, as análises foram realizadas completamente com base em informações secundárias, o que resultou num diagnóstico incompleto, sem inventário de fauna e flora, a prejudicar a proteção de espécies raras como as plantas da família *Podocarpaceae* escassa na Amazônia (PNPN, 2009).

Por fim, o Plano de Manejo apresenta o planejamento estratégico com objetivos específicos a partir das dificuldades, potencialidades, oportunidades e premissas. Dentre as dificuldades, destacam-se o conflito entre gestões das UC como ICMBio e FUNAI, poucos recursos destinados à fiscalização e à pesquisa, caça e pesca ilegal, garimpo, extração ilegal de madeira, ausência de regulamentação fundiária ao redor do Parque, comércio de carne silvestre pelos povos originários e queimadas (PNPN, 2009).

As potencialidades identificadas foram: pesquisa, preservação, natureza cênica, nascentes de rios que constituem as bacias hidrográficas de Rondônia, riqueza de flora e fauna apesar de não ter sido realizado inventário. Enquanto como oportunidades, destaca-se a atuação da comunidade em ações de precaução a incêndios, a proteção conjunta da área indígena e do Parque, promoção de conscientização ambiental à população do entorno (PNPN, 2009).

A partir das dificuldades, potencialidades e oportunidades, o Plano de Manejo apresenta premissas como: incentivar colaborações entre órgãos e institutos, promover projetos de desenvolvimento sustentável, melhorar as inter-relações com os líderes dos povos originários e potencializar recursos (PNPN, 2009).

Conforme mencionado anteriormente, o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Pacaás Novos consistiu-se em diagnóstico e ações fundamentadas em documentos e literaturas das décadas de 1990 e 2000, o que dificultou a elaboração de um documento mais assertivo. A problemática da ausência de conhecimento da UC devido às limitações de pesquisas (PNPN, 2009) indica que as operações podem ser inassertivas.

Vale observar que a compreensão acerca do tipo de documento converge com a abordagem teórica do capítulo 1, por ser um plano constituído por diagnóstico (análises) e planejamento estratégico, isto é, onde se almeja chegar com o plano de manejo do PNPN.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira – PDIF³¹ (2012), sua elaboração ocorreu com a participação de atores públicos, civis e privados orientados pelo Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – NEIFRO, o qual direcionou o resultado do documento com base nas diretrizes nacionais, estaduais e municipais (PDIF – 2012).

No decorrer do estudo coordenado pelo NEIFRO, foram identificados projetos e programas de diferentes escalas, mas relacionados à faixa de fronteira do Estado de Rondônia que perpassa Guajará-Mirim, bem como foram levantadas propostas de ações qualificadas por profissionais do núcleo (PDIF, 2012).

Como resultado de estudo, o relatório do PDIF (2012) estruturou-se em: Fundamentação – metodologia, conceitos, constituição histórica do território, legislação e diagnóstico da área fronteira correspondente ao Estado de Rondônia; Política Fronteira Regional – âmbito em que o plano aplica-se e ações em faixa de fronteira; Estratégia – Esquema de desenvolvimento, política, ordenação e administração de programas e projetos e *feedback* (PDIF, 2012).

Para alcançar a proposta do estudo, o percurso metodológico do PDIF envolveu a articulação entre organizações e instituições públicas, civis e privadas, como o trabalho do NEIFRO com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR e secretarias relacionadas à faixa de fronteira, com reuniões e eventos que resultaram na ordenação e qualificação de pareceres (PDIF, 2012).

No diagnóstico, foram levantadas e estudadas ações que já eram praticadas na área de fronteira correspondente ao estado de Rondônia, bem como programas e projetos de escala nacional, estadual e municipal, que são correlacionados a tais ações.

Os documentos orientadores levantados pelo NEIFRO foram suborganizados pelos temas da educação, segurança, saúde, infraestrutura, economia, meio ambiente e integração. Em tais eixos, abordaram-se informações de modo qualitativo, com destaque para o APL turismo de Guajará-Mirim relacionado à observação de que falta apoio governamental em seu desenvolvimento (PDIF, 2012).

Acerca do turismo, o plano indica as potencialidades do patrimônio histórico, com o tombamento da Estrada de Ferro Madeira Mamoré pelo Instituto de

³¹ O PDIF (2012) aponta como marco legal o surgimento do NEIFRO com o Decreto nº 16.612 de 29 de março de 2012.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e de ecoturismo, apesar da ausência de infraestrutura turística (PDIF, 2012).

Na parte referente ao planejamento, o NEIFRO propôs ações nas áreas da educação, saúde, infraestrutura, segurança, desenvolvimento econômico: agricultura, turismo, indústria, serviços e comércio, além do desenvolvimento ambiental: assistência social, trabalho, cultura e meio ambiente. Como esquema de desenvolvimento, enfatizou-se a integração de ações nacionais, estaduais e municipais, relacionadas às políticas e com a participação de atores estatais, privados e civis (PDFI, 2012).

Assim como os demais planos apresentados até agora, o PDIF (2012) contribui com propostas de ações específicas ao território de Guajará-Mirim, mas não contempla todas as necessidades, como as do assentamento local que são particularmente consideradas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA (2013).

O PDSA (2013) propõe ações que contemplam o assentamento de Guajará-Mirim, para assegurar a sustentabilidade almejada nos aspectos ecológicos, econômicos, sociais e culturais, em curto, em médio e em longo prazo, de acordo com os Projetos de Assentamentos – PA e Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis – PDS, os quais foram possibilitados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pela Entidade Autárquica Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER RO, bem como pelos atores estatais (técnicos) e pelos agricultores e suas famílias (atores privados e civis).

O PDSA embasou-se na Intervenção Participativa dos Atores – INPA, a qual tem, como princípios, sensibilização, mobilização e participação, a investigação e a edificação de saberes, intrinsecamente atrelada ao lugar de fala dos assentados, na individualidade e na coletividade. O diagnóstico apresentado no plano divide-se na parte que exerce interferência no Projeto do Assentamento e no PA em si, que está relacionado ao município de Guajará-Mirim nos aspectos econômicos e sociais, e atrelado ao a Costa Marques no eixo ecológico (PDSA, 2013).

Para a elaboração do diagnóstico dessas partes, foram levantadas condições físicas e climáticas, dentre as quais se destacam a indicação de local de maior altitude Serra dos Pacaás Novos, as características de planícies inundáveis e conjunto de morros e colinas, bem como a organização espacial, os aspectos

econômico, social e cultural, envolvendo a infraestrutura, os sistemas produtivos, os apoios à produção, os serviços básicos, e, por fim, a análise que envolveu limitações e potencialidades dentre as quais as cheias dos rios no período de outubro a março que impossibilitam determinados cultivos, diminuindo a agricultura, bem como saberes tradicionais, meio ambiente preservado e ecoturismo (PDSA, 2013).

Enquanto estratégia, o plano apresentou ações para o desenvolvimento sustentável, com destaque para o transporte escolar fluvial, a oferta de programas Pró-Jovem e Mais Educação, garantia de assistência à agricultura no assentamento, implementação de educação ambiental e de coleta seletiva, e a criação de uma associação dos habitantes do assentamento (PDSA, 2013). Apesar de contemplar a questão da agricultura, o PDSA (2013) não compreende todos os interesses rurais de Guajará-Mirim, que estão identificados no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2014).

O PTDRS apresenta a constituição histórica do rio Madeira e Mamoré; o desenvolvimento territorial; o diagnóstico de aspectos ecológicos, econômicos, culturais e sociais; ações para alcançar os interesses territoriais; princípios, propostas e administração do documento (PTDRS, 2014).

A elaboração do PTDRS (2014) resultou de dados levantados e analisados no decorrer de dois meses, além de pesquisa de campo e de pesquisa em materiais documentais, com o intuito de identificar as dinâmicas econômicas, e as redes de auxílio aos moradores de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste.

No desenvolvimento territorial, o PDTRS (2014) aborda o Território Rural Madeira-Mamoré, o qual foi incluso no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, em 2003. Tal programa possibilita a participação de atores sociais na governança de seus territórios.

O diagnóstico do PTDRS (2014) abrange todos os municípios correspondentes ao Território Rural Madeira-Mamoré e foi elaborado com dados quantitativos e qualitativos, com características de inventário na área da educação, mas com informações superficiais acerca da fauna e da flora. Em suma, a mensuração e análise de dados do TRMM envolveram a demografia, a educação, a saúde, a cultura, o esporte, o lazer, a segurança, a administração e a governança territorial, as características geoambientais, a infraestrutura, a economia e a regularização fundiária.

Dentre tais informações, destaca-se a gestão territorial, que, conforme a análise apresentada no plano, necessita que o cooperativismo entre povos originários e moradores locais seja fortalecido e que os polos agroindustriais sejam ampliados e as linhas de créditos correspondam às necessidades rurais (PTDRS, 2014).

As ações indicadas para alcançar tais interesses do TRMM são: promover feiras culturais, divulgar a cultura regional, incentivar as tradições locais por meio de um fundo cultural municipal, construir quadras, parques e campos para atender ao lazer público, incentivar esportes ecológicos, exportar produtos regionais, fomentar tecnologias para a agricultura, apoiar o cooperativismo, viabilizar o escoamento de produção extrativista e de povos originários (PDTRS, 2014).

Apesar do PDTRS (2014) propor ações de desenvolvimento sustentável para atender interesses de Guajará-Mirim, as propostas limitam-se às necessidades de atores do setor rural, abstendo-se do que os demais atores municipais necessitam, conforme o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (2015) contempla.

O PDES fundamenta-se na política de desenvolvimento regional alinhando-se à escala nacional, pelo diagnóstico e pelas ações a serem executadas com intuito de alcançar o objetivo da sustentabilidade (PDES, 2015).

Para alcançar o objetivo de sustentabilidade, os profissionais técnicos que elaboraram o plano fizeram investigações secundárias e pesquisas com atores civis, privados e públicos, levantaram informações que foram triadas e ordenadas conforme o diagnóstico técnico e participativo (PDES, 2015).

O diagnóstico técnico participativo abrange a constituição histórica de Rondônia, a fauna, a flora, a demografia, a economia, a infraestrutura, o social e o institucional. Além disso, identifica as seguintes potencialidades: agricultura familiar, aquicultura, lavouras de soja, de café e de cacau, indústria madeireira, desenvolvimento de produtos da biodiversidade, extrativismo mineral e turismo (PDES, 2015).

As estratégias estipuladas no plano são orientadas pelas diretrizes com base nos programas e projetos analisados, estipulado o prazo de 15 anos para a execução de tais ações. A diretriz I dispõe sobre a administração ecológica e do território por meio da adesão ao zoneamento econômico, social e ecológico em planejamento (PDES, 2015).

A diretriz II envolve o aspecto social e seus programas como o combate à pobreza, para o qual estão propostas as seguintes ações: fortalecer a assistência social, consolidar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, promover a educação profissional técnica em áreas de interesses locais como o turismo e o meio ambiente (PDES, 2015).

A diretriz III contempla programas ordenados para a sustentabilidade, dentre os quais o Programa Estratégico de Desenvolvimento de APL que requer ações como: criar políticas, plano, observatório e núcleo gestor de APL (PDES, 2015).

A quarta diretriz abrange programas de gestão pública como o Apoio à Modernização da Gestão Pública, que requer ações como a desburocratização, gestão estratégica e governança. Para que tais ações sejam executadas e as normas sejam cumpridas, determinou-se o prazo de execução de curto e longo prazo, especificados em cinco, 10 e 15 anos (PDES, 2015).

O PDES (2015) contempla os aspectos ecológicos, econômicos, social e cultural com ações a serem aplicadas em todo o estado de Rondônia, como em Guajará-Mirim. Para atender aos interesses municipais e atingir o objetivo de sustentabilidade proposto pelo PDES (2015), o município elaborou o Plano Municipal de Cultura de Guajará-Mirim com aplicabilidade para o período de 2015 a 2025 e que foi validado pela lei de nº 1.187, de 11 de maio de 2016, com diagnóstico de políticas culturais e levantamento de eventos do município que envolve a região (PMCGM, 2015).

A lei municipal que institui o PMCGM dispõe sobre a política cultural de Guajará-Mirim, dentre os quais se destacam os seguintes aspectos: garantir métodos de promoção cultural enquanto direito ao consumo e manifestação; colaborar com a edificação da cidadania cultura; admitir, amparar, enaltecer e possibilitar as multiplicidades culturais do município; inadmitir preconceitos; fomentar a equidade territorial (ecológica econômica e social); assegurar e qualificar a administração cultural; organizar a cultura vinculada ao aspecto econômico para o desenvolvimento sustentável (PMCGM, 2015).

Tais políticas sustentam a cultura como um aspecto estratégico para o desenvolvimento sustentável de Guajará-Mirim, uma vez que contribuem com a sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural por meio de eventos municipais, dentre os quais se sobressaem o Trekking de aventura na Serra dos Parecis, os Jogos tradicionais dos povos Indígenas, a Corrida da Serra, Trekking

com pernoite na Resex do Rio Ouro Preto, Festival Folclórico de Guajará-Mirim, Festa de Nossa Senhora do Seringueiro, Festival de Música Amazônica – FEMUSA e a Festa do Divino Espírito Santo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018).

Dentre outras providências, a Lei Municipal de Cultura estipula uma administração cultural participativa formada por atores públicos, privados e civis desde a elaboração do planejamento até a sua execução, orientados pelas diretrizes do Plano Municipal de Cultura (PMCGM, 2015).

O documento orientador da cultura de Guajará-Mirim segue as seguintes diretrizes: assegurar a cultura institucional, fomentar e aumentar equipamentos culturais, garantir investimento público, oportunizar as ações culturais com a participação de atores civis, privados e públicos, reconhecer e viabilizar a diversidade cultural, dignificar e proteger a cultura material e imaterial e garantir redes de manifestações culturais (PMCGM, 2015).

O PMCGM contempla os aspectos ecológico, econômico, social inter-relacionais ao aspecto cultural específico, sem envolver outros setores como o da indústria municipal, com interesses compreendidos no Plano Diretor Industrial – PDI (2017), elaborado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, a qual é responsável pela administração de seis Áreas de Livre Comércio – ALC: Macapá – Santana (Amapá), Tabatinga (Amazonas), Boa Vista e Bonfim (Roraima), Brasília Etitaciolândia (Acre), Cruzeiro do Sul (Acre) e Guajará-Mirim (Rondônia).

O PDI é composto pelo diagnóstico da área de ação da SUFRAMA; da política; do planejamento organizacional: objetivos, iniciativas, aportes de atores públicos, privados e civis; as dificuldades; da Zona Franca Verde e ALC industrial; da infraestrutura: rota de saída de produtos, a imprescindibilidade de investimentos em transportes, o deslocamento de carga e o gasto com logísticas, bem como pelas diretrizes (PDI, 2017).

No diagnóstico, destaca-se a Zona Franca Verde parte de Guajará-Mirim ALC com isenção de IPI para a industrialização desde que a matéria-prima usada seja da região. Tal regulamentação causa afeição em investidores, promove o uso de recursos regionais e a venda do produto em escala local, regional e nacional (PDI, 2017).

O planejamento estratégico possui objetivos orientados por diretrizes determinadas pela SUFRAMA com base nos pareceres de atores civis, privados e públicos. As normas definidas envolveram as seguintes áreas de

desenvolvimento produtivo: logística, constituição organizacional, adesão ao cenário internacional, investimentos, incentivos fiscais, ciência e tecnologia e recursos humanos (PDI, 2017).

Dentre tais áreas destaca-se a inserção internacional pelas diretrizes pertinentes a Guajará-Mirim e Guayaramerin: incentivo à integração de empresas da ALC com países limítrofes e aporte institucional para aumentar a produção de bens e a oferta de serviços turísticos, conforme as potencialidades do local, para atender ao objetivo de estimular a ampliação da exportação de produtos e importação de turistas de acordo com o crescimento de produtos e serviços (PDI, 2017).

O PDI (2017), assim como os demais planos, contempla interesses e ações de uma área e setor específico de Guajará-Mirim, com importantes informações para a elaboração de documentos mais amplos que compreendam a totalidade do município.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia - PERH/RO (2018) foi elaborado pela empresa RHA – Engenharia e Consultoria Recursos Hídricos e Ambientais, com o governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente. O documento compôs-se de diagnóstico, prognóstico e diretrizes, mas somente estavam disponíveis as duas primeiras partes (PERH/RO, 2018).

O diagnóstico e o prognóstico do PERH/RO foram realizados a partir do levantamento de informações com questionários online aplicados ao poder público, à sociedade civil e aos usuários de recursos hídricos, assim como um último referente a eventos específicos de problemas designados aos três grupos, bem como com base em sugestões e dados recebidos em reuniões que realizaram nos municípios correspondentes (PERH/RO, 2018).

O questionário destinado ao poder público foi respondido somente pelos municípios de Ariquemes, Campo Novo de Rondônia, Porto Velho e Primavera de Rondônia. Dentre as informações levantadas, ressalta-se a necessidade de água para desenvolver atividades de pesca, geração de energia, pecuária, mineração, agricultura, navegação e estaleiros (PERH/RO, 2018).

O questionário direcionado à sociedade civil foi respondido nos municípios de Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena. As informações levantadas possibilitaram identificar que 75% dos participantes já tiveram ou têm problemas sociais e ambientais com origem do alagamento do rio Madeira (PERH/RO, 2018).

O questionário destinado aos entrevistados que usam recursos hídricos considerou pessoa jurídica, isto é, empresas privadas e cooperativas que responderam nos municípios de Alta Floresta d'Oeste e Porto Velho. As questões tinham como intuito identificar as necessidades e uso da água e, como resultado, salienta-se a utilização de fonte particular com mais de 60% das respostas (PERH/RO, 2018).

O último questionário foi respondido por nove instituições, as quais mencionaram os problemas de drenagem urbana, administração de barragens, planejamento e erosões (PERH/RO, 2018). Por fim, relacionado ao desenvolvimento territorial e do turismo em município de Guajará-Mirim, destaca-se a observação do PERH/RO sobre a precariedade do saneamento básico, mais especificamente de esgoto, que, futuramente, pode gerar altos custos aos cofres públicos por danos ambientais que causa ao solo e aos lençóis freáticos.

Além da ênfase a alguns pontos do PERH/RO (2018), ressalta-se sua relevância para o desenvolvimento de infraestrutura básica em Guajará-Mirim por meio do alinhamento entre gestão estadual e municipal, a qual, por sua vez, pode elaborar um plano ou planejamento específico do município, que contemple as reais necessidades e interesses dos atores públicos, privados e civis, em todas as áreas e setores, fazendo-o nos aspectos ecológico, econômico, social e cultural.

Enquanto documento orientador municipal, avalia-se o Planejamento Estratégico de Gestão – PEG (2018), que foi elaborado pela administração municipal de Guajará-Mirim, com o intuito de alcançar o desenvolvimento econômico e social de modo sustentável. Para tanto, o documento analisa programas e projetos em andamento nas áreas que correspondem administrativamente à cidade, como saúde, meio ambiente, educação, assistência social e turismo, e propôs ações a serem colocadas em prática no período de 2018 a 2021.

Observa-se que, por se tratar de planejamento, o foco do relatório está nas ações que precisam ser realizadas para alcançar o almejado no referido plano (HALL, 2001). Tais objetivos aspirados pelo município de Guajará-mirim são: fortalecer a cultura, o esporte e o turismo atrelados ao aspecto econômico e ser exemplo no estado de Rondônia (PEG, 2018).

Para alcançar tais objetivos, a gestão de Guajará-mirim propõe-se atuar articuladamente com as esferas estadual e federal por meio dos seguintes programas: criar um Plano Municipal de Saneamento, regulamentar terras emitindo

título de posse, georreferenciar a área urbana, fazer projetos de infraestrutura e equipamentos públicos para o desenvolvimento do território, dentre as quais estão: reformar o hospital regional, escolas e unidades básicas de saúde, realizar inovações no complexo esportivo, recuperar estradas, construir ginásios de atividades esportivas (PEG, 2018).

Essas ações são orientadas pelo desenvolvimento econômico e social a partir de recursos naturais presentes em território municipal, que são administrados em esfera estadual e federal (PEG, 2018). Tal interdependência de gestão acarreta a elaboração e execução de ações por meio de inter-relações (HALL, 2001) entre atores endógenos e exógenos, com maior influência dos principais agentes, conforme estrutura hierárquica (BOISIER, 2000).

O PEG (2018) precede a elaboração do Plano Estratégico de Rondônia – PER (2019), por isso não é alinhado com o documento da escala estadual, o qual tem, como diretriz, a sustentabilidade que orienta o alcance de seu principal objetivo, que é ser exemplo de desenvolvimento. Para tanto, o relatório apresenta a base de sua elaboração, as ações que devem ser realizadas e as metas a serem cumpridas. O estudo do plano foi efetivado por meio de pesquisa e análise de documentos em andamento e planejamentos executados, o que resultou em ações ajustadas ao Plano Plurianual – PPA (2020 – 2023) e ao PDES (PER, 2019).

Os objetivos do PER (2019) estão organizados nas seguintes temáticas: gestão, saúde, segurança, educação, cidadania, desenvolvimento econômico, meio ambiente e desenvolvimento territorial. A primeira temática sobrepõe-se às demais quanto a seu papel como responsável em administrar o território estadual, o que implica a inter-relação com as outras temáticas.

A inter-relação entre os eixos está implícita nos objetivos da gestão, que são orientar e executar estratégias com eficiência, assegurar a harmonia das contas públicas, ampliar a eficácia e qualidade do serviço estatal com aporte tecnológico e ser exemplo de anticorrupção (PER, 2019).

Para alcançar tais objetivos de gestão, o PER (2019) indica as seguintes ações: colocar em prática o Plano Estratégico Institucional nas instituições estatais; estabelecer três projetos teste para avaliar as influências das políticas; ampliar o investimento do estado; estruturar uma entidade estatal para angariar recursos; potencializar o uso de fundos; rever e organizar cargos públicos; fornecer os

serviços remotos integrados em conjunto; implementar, nas organizações públicas, um Plano de Integridade; cumprir as medidas anticorrupção de Rondônia.

As ações executadas pela gestão implicam diretamente os objetivos que a saúde pública precisa alcançar, como valorizar a saúde por meio da prevenção, estender o acesso para que a assistência chegue aos pacientes e implementar a saúde digital em Rondônia. A fim de concretizá-los, devem-se diminuir cerca de 2% as Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP), diminuir a mortalidade infantil em 25%, mitigar o número de mortes com causas parasitárias e infecciosas, pôr em prática o Complexo Regulatório Estadual, estender assistência para que casos complexos sejam atendidos e fazer o programa de saúde on-line (PER, 2019).

A temática da segurança inter-relacionada com a saúde afirma-se na prevenção com a conscientização de uso de drogas, dentre outras ações, que estão ligadas à gestão estadual. Essa temática possui os seguintes objetivos: inovar a segurança pública, ser o lugar mais seguro no norte do Brasil e tornar mais eficiente o sistema prisional (PER, 2019).

Com o intuito de alcançar tais objetivos de segurança pública, o PER (2019) indica que se deve diminuir em 3% a taxa anual de crimes; solidificar indicadores que possibilitem quantificar os inquéritos judiciais com definição de atuação no prazo; mitigar em 5% ao ano a violência contra o patrimônio; reduzir o tempo de retorno das ocorrências realizadas ao serviço de bombeiros; diminuir em 10% os acidentes de trânsito; minimizar problemas carcerários; ampliar para 15% os presos trabalhadores; aumentar a quantidade de dias na redução de pena pela educação.

A temática educação exerce influência sobre a segurança, conforme alcança seus objetivos como manifestar o melhor ensino médio público do país; aumentar a profissionalização em Rondônia. Para alcançar tais objetivos, deve-se melhorar o IDEB até 2021; reduzir em 2,5% a taxa de evasão no ensino médio; ter cerca de 10 mil alunos em cursos técnicos e titular estudantes conforme a área profissionalizada (PER, 2019).

Assim como as demais temáticas, a educação tem uma relação de interdependência e exerce influência direta na segurança, uma vez que, por meio da conscientização, contribui com a mitigação de crimes influenciando na perspectiva cidadã.

A temática da cidadania é orientada para atingir os seguintes objetivos: fazer assistência de forma eficaz; assegurar os direitos dos cidadãos rondonienses e originar possibilidades para mitigar desigualdades. Para alcançá-los, é necessário solidificar indicadores de controle e de diminuição de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e demais sujeitos à margem da sociedade; ampliar o acesso de jovens ao ensino formal para cumprir normas socioeducativas; amplificar o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS, expandir restaurantes populares; dar a posse de aproximadamente 5.500 habitações; diminuir em 2% o percentual de desemprego entre adolescentes; incluir no mercado de trabalho pessoas que saíram da proteção social e amplificar as bolsas concedidas para atletas (PER, 2019).

Tais ações estão ligadas à questão econômica, que, assim como as demais, é interdependente, porém mais dependente dos recursos naturais tanto na estrutura turística (BENI, 2000), quanto no território (CLEARY, 2003). Tal sujeição deve-se ao fato de a riqueza ecológica sustentar o subsistema da economia.

No PER (2019), a temática economia tem como objetivos: ficar entre os 10 estados do Brasil em competitividade econômica; ascender ao primeiro lugar do país no crescimento do PIB e tornar-se o maior exportador de produtos da Amazônia. Para concretizá-los, deve-se captar investimentos; ampliar o número de empresas; aumentar a quantidade de empreendedores que usam o microcrédito; amplificar o fluxo turístico; expandir para 50% o calçamento da malha estadual; acrescer em 10% o valor de produtos comercializados com o exterior; assegurar certificados de qualificação sanitária na exportação de produtos para a China, os Estados Unidos, o Japão e a União Europeia, elevar o Valor Bruto de Produção – VBP e aumentar em 20% a produção da agroindústria.

A temática em questão está inter-relacionada a do meio ambiente, pois, conforme apresentado no capítulo 1, o aspecto ecológico, além de suprir os recursos econômicos da contemporaneidade também pode assegurar a subsistência futura, mas, para isso, precisa equilibrar-se com a preservação da fauna e da flora e sustentar o mercado do sistema (HALL, 2001).

No PER (2019), o meio ambiente está vinculado ao desenvolvimento territorial por ser o seu principal provedor de recursos, mas os objetivos e as ações das temáticas não indicam a inter-relações.

As temáticas meio ambiente e desenvolvimento territorial têm como objetivos regulamentar as terras; ser exemplo de desenvolvimento sustentável e preservar a fauna e a flora para atender as gerações futuras. Para concretizá-los, deve-se emitir títulos de lotes e terras; agilizar análise de licenças ambientais; diminuir os desmatamentos nas UC; conceder a primeira floresta pública; amplificar a descentralização de governanças municipais; reflorestar áreas e limpar rios; ampliar a quantidade de cidades que fazem o descarte correto de resíduos; solidificar ferramentas de administração de recursos hídricos estatais e minimizar os Gases de Efeito Estufa – GEE (PER, 2019).

Tais objetivos e ações estão vinculadas ao município de Guajará-Mirim, mas com administração estatal. Essa condição implica a necessidade de articulação entre as esferas de governo e a própria governança, o que, de certo modo, pode agilizar e viabilizar os resultados se houver cooperações apesar de conflitos (DALLABRIDA, 2016).

Ressalta-se ainda que o PER (2019) foi elaborado somente por atores públicos divergindo da governança descentralizada, que foi mencionada no eixo desenvolvimento territorial. Tais atores são de diferentes instituições governamentais e compõem o Conselho de Governança Corporativa - CGU e a Solução para Melhorias e Alcance de Resultados - SOMAR.

Assim como os demais documentos relacionados a Guajará-Mirim, o PER (2019) contribui com ações e objetivos de desenvolvimento territorial e turístico, mas os planos e planejamento também indicam conflito de alinhamento entre escalas internacional e nacional, uma governança municipal incipiente e com dificuldades inter-relacionais com gestões estadual e federal.

Em relação ao município de Guayaramerín, foram elencados três documentos, dentre esses o *“Plan Estratégico Institucional del Gobierno Autonomo Municipal de Guayaramerin para Vivir Bien – PEI”* (2016) que se estrutura no enfoque político, diagnóstico, objetivos e estratégias institucionais, orçamento plurianual lustro³² e gestão de riscos.

Na primeira parte do PEI (2016), consta a sua fundamentação política do Viver Bem, que enaltece a vida e procura desenvolver o autoequilíbrio e a harmonia

³² Quinquênio.

com o todo, o autoconvívio saudável e a coletividade cosmoética, praticando o respeito e a convivialidade sadia da vida humana com a ecologia.

Tal filosofia adaptada ao contexto de Guayaramerin acarretou a definição das seguintes diretrizes: eficiência, apropriada e constante assistência à saúde e a educação de todos, assegurando a vivência saudável dos visitantes e residentes do município; serviços básicos de saneamento e energia para a evolução da qualidade de vida e a utilização de recursos naturais de forma sustentável, protegendo a ecologia e recuperando áreas destruídas (PEI, 2016).

A política do Bem Viver apresenta similaridades com a sustentabilidade, que, de acordo com Hall (2001), é a sustentação harmônica da interdependência entre os aspectos ecológico, econômico e social. Essa compreensão alinha-se à abordagem de desenvolvimento territorial apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, devido às inter-relações entre os diferentes subsistemas (BOISIER, 2004, CLEARY, 2003 e DALLABRIDA, 2016).

A segunda parte do PEI (2016) apresenta o diagnóstico da realidade municipal, no qual constam as seguintes produções de Guayaramerin: estimular o progresso econômico com assistência social e geração de empregos; enquanto Estado ser coautor no desenvolvimento rural por meio de edificação e sustentação do acesso à comunidade e aos povos originários; incentivar a evolução humana a partir dos aportes da vida, como a saúde, a educação, os serviços de saneamento e energia, a cultura e os esportes.

Em relação às competências de Guayaramerín, o diagnóstico do PEI (2016) apresenta regulamentações, faculdades, bens (produtos físicos), normas (produtos ordenados para criar códigos de conduta) e serviços (produtos que prevalecem o qualitativo e não podem ser acumulados), correspondentes ao município.

Dentre tais competências, destaca-se o disposto na Constituição Política do Estado, promulgada em 7 de fevereiro de 2009, pela qual a cidade deve arquitetar edificar e gerir “*junta vecinales*”³³ em conjunto com os povos originários e os camponeses; construir e administrar aeroportos; projetar fontes de energia renovável no território guayaramirense; criar infraestrutura de produção; construir e coordenar

³³ As juntas vecinales, que, em uma aproximação semântica, poderiam ser traduzidas como “associações de moradores” ou “associações de bairro”, são uma das formas de associação coletiva mais tradicional na Bolívia e estima-se que existam mais de 7.200 em todo o país. Suas origens coincidem com o próprio processo de urbanização do país ao longo do século XX, no qual muitos dos bairros nas principais cidades foram erguidos em processos autogestionados em que a solidariedade e o esforço coletivo foram essenciais (CÂMARA, 2011).

empresas públicas; desenhar, edificar e sustentar obras de relevância pública em sua jurisdição (PEI – 2016).

Para tanto, Guayaramerin precisa criar sua Carta Orgânica Municipal, conforme a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia; organizar um cadastro urbano em sua jurisdição; assegurar que áreas de proteção estejam de acordo com os parâmetros correspondentes; elaborar planos de ordenamento territorial e do uso do solo e tomar posse de propriedades em sua administração por necessidade comum pública (PEI, 2016).

Nos serviços correspondentes ao marco legal de 07 de fevereiro de 2009, estão: planejar e fomentar a evolução humana em sua jurisdição; promover o emprego e qualificar a situação de trabalho; preservar recursos naturais escassos; conservar a fauna e a flora; levantar e analisar dados municipais; realizar controle sanitário e de qualidade em produtos alimentícios destinado à subsistência humana e de animal; promover esportes, fomentar e conservar o patrimônio cultural, natural, a história e a arte (PEI, 2016).

Tais competências da jurisdição de Guayaramerin alicerçam-se nos princípios da pluralidade, autonomia, democracia, cooperação, atuação coletiva, integração, progresso, valores de inclusão, equidade, interdependência, dignidade, troca, equilíbrio e tolerância (PEI, 2016).

De acordo com o levantamento do PEI (2016), o parecer de atribuições cumpridas por Guayaramerin no período de 2011 a 2015 oscilou entre 69% em 2013 e 111% em 2011. Tais resultados podem estar atrelados a uma estrutura organizacional autônoma³⁴ que o município possui para normatizar, executar e administrar, por meio de gestão constituída de Conselho Municipal Integrado e a então prefeita da cidade.

Além dessas informações, o diagnóstico identificou que o governo autônomo de Guayaramerin ainda não havia oficializado processos de contratações e de arrecadações, que as políticas referentes à qualificação humana eram ausentes, as angariações de recursos resultaram em aproximadamente 335.000,00 bolivianos em 2015 das fontes de Coparticipação Tributária, dos Recursos HIPCII (Lei de diálogo, 2000) e dos Imposto Direto dos Hidrocarburos – IDH.

³⁴ Lei de descentralização n° 0.31 de 19 de julho de 2010.

Dentre as dificuldades identificadas no diagnóstico, destacam-se a desorganização; a ausência de comunicação assertiva entre secretarias de Guayaramerin e Instituições fora da sua jurisdição, dificultando a prática de ações; a insuficiência de capital humano; a infraestrutura precária; a escassez financeira para a contratação de serviços; poucas ferramentas de trabalho; secretarias sem manual técnico; a insatisfação de serviços de informações e de transporte; a precariedade tecnológica de equipamentos e serviço de internet; a instabilidade em progresso laboral devido à impermanência de governo e as quedas de energia elétrica constante implicando o adiamento da conclusão de trabalho e a danificação de instrumentos (PEI, 2016).

Para superar tais dificuldades, o PEI (2016) define os seguintes objetivos estratégicos: fomentar uma governança municipal eficiente, descentralizada, atuante, esclarecedora na elaboração e execução de planos, programas e outros processos necessários; realizar a fiscalização e a qualificação do poder executivo local, assim como a criação de leis e resoluções; promover a agropecuária dos povos originários e das comunidades de camponeses, através de assistência com insumos, ferramentas, e assessoria; arquitetar, edificar e sustentar a infraestrutura de fornecimento de serviços de saneamento básico; preservar os recursos naturais por meio de monitoração e recuperação de ambientes ecológicos contaminados; fazer limpeza urbana e conscientizar a população sobre a dengue.

Além disso, desenvolver e manter o espaço urbano e rural; conceber e sustentar novas estradas, programar um sistema de cadastro urbano e rural para aprimorar a arrecadação de impostos pertinentes à governança local; criar e manter equipamentos de saúde e de educação, para mitigar tais deficiências; construir e fomentar práticas esportivas; desenvolver o turismo por meio da realização do “*Plan Estrategico Turístico*” e da definição de uma entidade pública de turismo responsável por planejar, ordenar e executar ações correspondentes ao setor; fortalecer e promover a cultura, através de uma secretaria encarregada pelo seu progresso, fazer políticas de gênero e de proteção à criança; produzir um plano de transporte; qualificar os mercados municipais e contribuir com a sustentabilidade econômica da cidade (PEI, 2016).

Com intuito de cumprir esses objetivos, o plano indica os seguintes programas: manutenção da central de administração e gestão executiva municipal, estímulo à agropecuária, saneamento básico, preservação de espécies em extinção,

conservação de recursos ecológicos, manejo e tratamento de resíduos, edificação de infraestrutura urbana e rural, cadastro territorial, gestão da saúde e da educação, incentivo ao esporte, fortalecimento da cultura, desenvolvimento do turismo, políticas para crianças, adolescentes e mulheres, transporte público, defesa dos consumidores, recursos hídricos, solidificação institucional e economia sustentável (PEI, 2016).

Os principais atores dessas ações são os povos originários, as comunidades de camponeses e as *“juntas vecinales”* que compõem as instituições de Comitê Civil, Igreja, Pastoral Caritas, Defensoria pública da criança, Sagrada família, Liga de esportes, Sindicato dos camponeses, Sindicato de professores e Sindicato de transportadores (PEI, 2016).

Dentre os atores secundários, estão as entidades públicas externas da escala departamental (Beni) e nacional (Bolívia), que são formadas pela Corregedoria, Polícia Nacional de Fronteira, Distrito naval, Distrito de educação, Rede de Saúde, Ministério do trabalho, Defensoria da mulher e da criança, Tribunal, Cartório de Registro Civil, Correios da Bolívia e atores privados como os Bancos PRODEM, Nacional da Bolívia e Unión, e instituições financeiras como Jesús Nazareno, Crecer, ProMujer e EcoFuturo (PEI, 2016).

Tal diversidade de atores contribui com o plano institucional de Guayaramerin alinhado às diretrizes departamentais e nacionais com dados e informações mais precisas, o que resultou em objetivos coletivos que podem ser alcançados com a execução das ações por todos os agentes. Ressalta-se ainda que, de acordo com o PEI (2016), os objetivos e ações foram definidos coerentes ao *“Plan Territorial de Desarrollo Integral del Municipio de Guayaramerin para Vivir Bien – PTDI”* (2016), o qual, a seguir, avalia-se.

O PTDI (2016) foi organizado pela gestão de Guayaramerín, com uma empresa de consultoria e a equipe técnica do município. Assim como o PEI (2016), apresenta a fundamentação política no Viver Bem, modo de vida orientador da legislação em escala nacional, departamental e municipal (PTDI, 2016).

O relatório do PTDI compreende o diagnóstico municipal que apresenta a ocupação territorial fundamentada no marco legal de sua gênese com a Lei da República, promulgada em 28 de outubro de 1931, dispondo seus limites hídricos pelos rios Yata e Mamoré, e sua organização em quatro distritos urbanos com vinte

e oito Organizações Territoriais de Base – OTBs, três Distritos rurais que englobam trinta e nove comunidades, dois povoados originários e uma OTB (PTDI, 2016).

O diagnóstico do PTDI para o Viver bem envolve saúde, esporte e educação devido à forte interdependência entre as três temáticas. Conforme diagnose, a educação em Guayaramerín segue as normas da Lei nacional nº070 Avelino Siñani-Elizardo Pérez, com o Sistema Educativo Plurinacional da Bolívia, que considera os saberes originários e respeita a pluralidade. Na busca por contemplar a diversidade educativa, o município prestou serviço educacional a 13.863 alunos no ano de 2015, o que representa um pouco mais de 1/3 da população local. Dentre os estudantes, aproximadamente 85% recebiam assistência estudantil, 8% abandonaram a sala de aula, 7,8% ganharam a bonificação escolar Juancito Pinto (PTDI, 2016).

Em relação aos esportes, o diagnóstico identificou que se estimula a prática de cinco tipos, o raquetbol, o voleibol, o futebol, o futsal e o frontão, que foram praticados por aproximadamente 2.000 pessoas que utilizavam as seguintes infraestruturas esportivas: Coliseu Max Fernández Rajas, Coliseu Liceu Nacional, um estado com campo de grama natural, um coliseu com campo e capacidade de 4.000 espectadores, um campo de futebol e mais trezes quadras poliesportivas em diferentes OTB (PTDI, 2016).

Acerca da saúde, o diagnóstico indica que o município trabalha alinhado com o Departamento de Beni e com o Estado Plurinacional da Bolívia pelo padrão de Saúde Familiar Comunitária Intercultural – SFCI, para prevenir casos de desnutrição infantil, que atinge 10% de crianças guayaramirenses (PDTI, 2016).

Dentre os programas municipais identificados no diagnóstico do PTDI, está o “*nutribebé*”, um alimento complementar à amamentação; a bonificação Juana Azurduy recebida desde a gestação aos dois anos de idade da criança; o benefício universal pré-natal indicado a mulheres grávidas para o viver bem materno; o subsidio de lactação correspondente a um salário mínimo boliviano destinado a famílias cadastradas no programa social; a suplementação para idosos com produto nutricional em pó composto de cereais e leite (PDTI, 2016).

O diagnóstico também identifica a infraestrutura de saúde pública que contava com dois hospitais básicos, postos de saúde e quatorze centros de saúde para atender a uma população com aproximadamente quarenta e dois mil habitantes, em 2014. No quesito qualidade, os equipamentos avaliados no diagnóstico eram bons

ou regulares, apesar de indicarem necessidade de reformas e amplificação (PTDI, 2016).

Outra identificação do diagnóstico está nos tipos de medicina, além da medicina ocidental, Guayaramerin também conta com a dos povos originários, assistências oferecidas por médicos que prescrevem tratamentos com plantas medicinais a partir de saberes originários adquiridos e praticados em universidades bolivianas. Dentre as principais ervas medicinais utilizadas no município está o care, o copaibo, o ambabo, a balsamina, a fortuna a guayaba, o bibosie e o mango (PTDI, 2016).

Em relação à economia, o PTDI aponta que existe uma economia plural ligada à ocupação social, produtiva e sustentável do território, no qual cada comunitário das comunidades possui uma terra de cinquenta hectares destinados à agricultura ou a pecuária, e aos recursos naturais, contribuindo com o resultado de a população ter aproximadamente 48% de trabalhadores autônomos (PTDI, 2016).

No que se refere ao uso da terra, a principal atividade econômica é a agropecuária e a secundária utilização do solo é florestal com preservação e conservação ecológica, que envolve comunas sustentáveis e recuperação de fauna e flora (PTDI, 2016).

Enquanto serviços, o diagnóstico identifica o turismo como estimulador da economia local e promotor do fortalecimento cultural, influenciando positivamente a harmonia social, ao auxiliar no cumprimento de direitos econômicos e culturais (PTDI, 2016), tal interdependência também acontece no aspecto ecológico que sustenta a atividade turística com turismo de experiência e ecoturismo.

A oferta turística de Guayaramerín é composta por trinta e seis atrativos e uma infraestrutura de quinze meios de hospedagem e 15 equipamentos gastronômicos, meios de transportes aéreo, hidroviário e terrestre, um porto fronteiro com Guajará-Mirim. O fluxo do turismo caracteriza-se por receber majoritariamente turistas oriundos da Alemanha e dos Estados Unidos (PTDI, 2016).

Tais setores econômicos são utilizados como aporte à existência humana, na gestão de sistemas de vida³⁵ que envolvem funções ecológicas e atividades econômicas sustentáveis para desarraigar a pobreza. De acordo com a análise do

³⁵ O sistema de vida compreende as seguintes unidades socioculturais: Associações comunitárias, comunidades de camponeses, povoados de originários, conglomerado urbano, prédios militares e pecuárias (PTDI, 2016).

PTDI (2016), os índices dos componentes de tal sistema são regulares no aspecto ecológico, moderadamente baixo na produção sustentável e alta necessidade de serviços básicos no grau da pobreza. Esses resultados vinculam-se aos problemas de desmatamento ilegal para a produção de madeira, ausência de estudos quantitativos e qualitativos da fauna e da flora, produção agrícola somente para consumo local e precário acesso à água em áreas rurais.

Os dados de gestão de risco e mudanças climáticas levantados no diagnóstico indicam que o principal perigo em Guayaramerin é as enchentes de rios com alto risco, seguido de média ameaça de queimadas florestais e secas. Tais problemas afetam o aspecto social, o serviço de saúde, os recursos naturais, a agropecuária, a educação e o transporte, sendo que o mais impactado é o setor de saneamento básico e os menos afetados são da produção e da educação (PTDI, 2016).

A gestão de ameaças, assim como as demais, é descentralizada, realizada com a participação de atores principais como as comunidades de povos originários e de camponeses, *“junta vecinales”*, Comité Cívico, Igreja, Pastoral Social Caritas e outros. Dentre os atores secundários, estão a Corregedoria, a Polícia nacional de fronteira, o Distrito naval, o Ministério do trabalho, a Defensoria da Mulher e da Juventude (PTDI, 2016).

A governança da gestão da prefeitura de Guayaramerin compõe-se de Conselho Municipal com sete titulares e prefeita (o), inter-relacionados com a administração dos setores públicos municipais, que, em conjunto, utilizam a infraestrutura pública constituída por dezenove equipamentos (PTDI, 2016).

Tal governança com atores principais e secundários propõe que sejam superados os seguintes desafios: promover políticas de aumento populacional; implantar programas que amplifiquem a assistência de saúde; executar ações educativas para reduzir a evasão escolar e para estimular a prática esportiva; investir na ampliação e na qualificação dos serviços de saneamento e energia elétrica; fiscalizar o aproveitamento de flora e fauna silvestre (PTDI, 2016).

Ademais, assumem como propostas, consolidar projetos de auxílio às potencialidades agropecuárias; administrar áreas protegidas e de recursos hídricos; aumentar investimentos na gestão de ameaças para mitigar os impactos negativos gerados à saúde, à educação e ao sistema de produção frente às inundações, secas

e queimadas ecológicas; desenvolver possibilidades de angariamento de recursos internacionais (PTDI, 2016).

Para superar tais desafios, o PTDI (2016) define políticas estratégicas como a realização de uma administração pública eficiente, participativa na execução de planos, programas e demais ações correspondentes; a fiscalização da gestão executiva, como da criação de leis e resoluções na jurisdição de Guayaramerin; o fomento da agropecuária de povos originários e de comunidades de camponeses por meio da adoção de ferramentas, insumos e de assistência; criação de uma infraestrutura de saneamento e esgoto em povoados e comunidades rurais (PTDI, 2016).

Além disso, inclui a preservação de recursos naturais por meio de monitoramento, fiscalização e recuperação ambiental; a prevenção de doenças causadas por mosquitos por meio da limpeza urbana e rural; a amplificação e manutenção da infraestrutura pública; a implantação de um sistema de cadastro para a arrecadação de impostos municipais; ampliação dos equipamentos de saúde e de educação; fomento do esporte; desenvolvimento e fortalecimento da cultura e do turismo; promoção de políticas de equidade e proteção a sujeitos que estão à margem da sociedade; fomento de ações preventivas de ameaças e desastres naturais (PTDI, 2016).

Assim como no PEI (2016), o PDTI (2016) tem as ações alinhadas com as políticas e os desafios a serem superados. Em ambos os documentos, são mensurados e qualificados dados e informações da realidade de Guayaramerin, o que almeja superar e o que se deve fazer para a concretização. A diferença entre tais planos está na abordagem institucional e territorial, sendo a última mais aprofundada.

Outro documento importante para o município é o *“Plan de Uso de Suelo – PLUS”* (2019), que foi elaborado pelo governo autônomo do Departamento de Beni e abrange todo o seu território, do qual Guayaramerin faz parte. Esse plano foi realizado pela equipe técnica da governança departamental desde a organização até a execução, com recursos financeiros públicos correspondentes a tal administração.

A elaboração desse plano fundamenta-se na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, que define o planejamento como responsabilidade pública a partir do *“Sistema de Planificación Integral del Estado – SPIE”*, alinhado com a agenda nacional 2025, com o *“Plan de Desarrollo Económico y Social (2016 –*

2020)”, a Lei de Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária e as linhas metodológicas estabelecidas pelos Ministerio de Desenvolvimento Rural e Terras.

O PLUS (2019) é um documento para o desenvolvimento sustentável dos territórios e o Viver bem humano, a partir das soluções de conflitos sociais, da prevenção de riscos e desastres, do progresso harmônico, da conservação de recursos naturais, da preservação cultural e do asseguramento de direitos dos povos originários.

Esse documento foi realizado com base no diagnóstico e diretrizes do zoneamento agroecológico, a qual apresenta e define o uso da terra de acordo com suas potencialidades e limites, orientadas pelas diretrizes gerais da utilização de solo (PLUS, 2019).

Tais diretrizes gerais são: Territórios de Povos Originários que podem definir ações de produção, conforme o Viver bem, Sítios arqueológicos que não podem ser utilizados se acarretar a sua destruição, Produtos florestais não provenientes da madeira devem ser priorizados na produção, Zona úmida e as suas vegetações aquáticas permanentes não podem ser destruídas (PLUS, 2019).

As terras de uso podem ser de desenvolvimento agrícola, pecuário e florestal e estão localizadas em savanas e bosques com precária potencialidade para madeira (PLUS, 2019).

Correspondente a Guayaramerín, apresentam-se as terras de uso restringido como as zonas de proteção e utilização agrosilvopastoril que contam com enchentes frequentes e são indispensáveis para manter equilibrados os recursos hidrológicos e o clima. A produção agrícola e pecuária é limitada ao uso doméstico, bem como o usufruto de produtos naturais conforme os limites locais. Essas terras estão espalhadas por todo o Departamento de Beni, assim como no município guayaramirenses próximo ao Mamoré (PLUS, 2019).

Nas terras agrosilvopastoril, deve-se executar as seguintes ações: implementar a ferramenta de planejamento e gestão; desenvolver de forma alinhada o cultivo sustentável, implantar boas práticas na agricultura e na pecuária para garantir a qualidade das produções (PLUS, 2019).

A partir dessas informações relacionadas ao município de Guayaramerín, documentos orientadores municipais posteriores ao ano de 2019 podem aproveitar, na sua elaboração, o alinhamento com o PLUS na particularidade do uso do solo.

Tal alinhamento já realizado em planos anteriores indica melhor resultado nas ações e nos objetivos.

Como indicam os documentos avaliados neste capítulo, as governanças e os resultados almejados diferem em Guayaramerín e Guajará-Mirim. No lado boliviano, a governança busca promover a descentralização de poder por meio da coletividade atuante, na qual todos podem participar, desde a discussão até a execução. No lado brasileiro, por sua vez, a governança demonstra-se incipiente ao considerar-se a definição de governança territorial apresentada no capítulo 1, pois os documentos não indicam a participação dos principais atores do município, como os povos originários, além disso, conforme alguns planos relatam, existe a dificuldade com as gestões de escala em nível estadual e federal o que dificulta ainda mais a execução de ações relevantes ao município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades-gêmeas possuem suas peculiaridades e complexidades histórica, territorial, social, ecológica, cultural, econômica e humana. Tais singularidades complexas levaram à busca pelo conhecimento do desenvolvimento territorial e do turismo, no primeiro capítulo desta dissertação.

No referido capítulo buscou alcançar o objetivo de abordar o desenvolvimento territorial e o turismo em teoria, a partir de conceitos, termos, definições e modelos que são fundamentais para a prática. Assim, recapitula-se a primeira parte desta dissertação para verificar o cumprimento do conhecimento teórico.

O desenvolvimento territorial consiste em uma abordagem geográfica com uma perspectiva mais contemporânea. Tal prisma apresenta uma visão amplificada do desenvolvimento coletivo ao considerar todos os subsistemas de um sistema: o ecológico, o econômico, o social e o cultural, bem como inter-relações, interdependências, orientadas e praticadas por atores estatais, civis e privados, os quais devem compor uma governança descentralizada com mais presença e atuação coletiva pela cooperação apesar dos conflitos, para superar as dificuldades e alcançar os interesses do conjunto.

Em prática, Guajará-mirim e Guayaramerín não apresentam o desenvolvimento territorial em sua plenitude, porém, conforme os documentos elencados e avaliados no capítulo 3, o município guayaramirense orienta-se por esse modelo de desenvolvimento que considera seus subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, as inter-relações e interdependências nas ações de atores protagonistas e coadjuvantes.

A gestão de Guayaramerín é composta pela prefeita (o) e pelo Conselho municipal que articulam com as demais instituições, organizações, empresas públicas e privadas, endógenas e exógenas, com residentes como os povos originários, comunidades de camponeses, igrejas, bancos estatais e privados, defensoria pública, órgão de gestão estatal de saúde e de educação, ministério do trabalho, dentre outros em seu território, sendo de sua jurisdição (endógenos) e departamental, nacional e internacional (exógenos).

Em Guajará-Mirim, por sua vez, a prática destaca-se pela modalidade de governança de Arranjo Produtivo local – APLs, com a sociobiodiversidade, a avicultura e o turismo. A primeira APL envolve atores interno e externos, os

primeiros são os seringueiros e os povos originários que atuam com produções dentro das reservas extrativistas e de conservação ambiental, os segundos agentes são estatais como o ICMBio, que tem como intuito estimular a economia sustentável desses grupos. A APL da avicultura segue aos mesmos moldes da sociobiodiversidade. A APL do turismo, por sua vez, envolve atores principais endógenos e exógenos relacionados ao setor e, para o potencial de desenvolvimento territorial municipal, conta com agentes protagonistas internos privados e estatais, e com coadjuvantes externos. Tais modalidades de governanças não compreendem Guajará-Mirim em sua totalidade, sendo incipiente no que se refere ao território do município.

Assim como o território conta com as partes que o compõem em diferentes contextos, o sistema de turismo constitui-se de seus subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, que também são interdependentes e se inter-relacionam indiferentemente do contexto em que se encontram, o que se diferencia em prática no sistema do turismo, conforme Beni (2000), é o grau de sobreposição entre uma e outra, que varia de acordo com o sistema econômico em que está inserido e o conhecimento científico aplicado.

Devido a essas incoerências, são necessárias à identificação do sistema turístico, seu funcionamento e o contexto no qual está sendo compreendido, para que se possa diagnosticar mais precisamente os reveses a serem resolvidos e a realidade contextual a partir de planejamentos que contribuam com a mudança do cenário que se encontra para o que se almeja e, para tanto, na contemporaneidade, tais ações devem ser sustentáveis.

Acerca do planejamento sustentável, a teoria explica que é uma parte importante a ser seguida por determinada governança, independente de escala ou modalidade para garantir benefícios coletivos em longo prazo sem causar impactos negativos no contexto contemporâneo. Em suma, o planejamento é as ações a serem seguidas para alcançar o conjunto de objetivos propostos pelo coletivo em prol de seus interesses e necessidades, relatados em plano.

Tal compreensão da teoria identifica-se com as propostas de planejamento presentes nos documentos orientadores de Guayaramerín que foram trazidos no capítulo 3, os quais apresentam alinhamento de diretrizes internacionais com a agenda 21 sobre a sustentabilidade, bem como, em escala nacional, ao adaptá-las conforme a política do Viver Bem do Estado Plurinacional da Bolívia, em nível

departamental, os planos guayaramirenses orientam-se pelo PLUS, que define, delimita e designa o uso do solo de forma sustentável, apesar da autonomia municipal para legislar e administrar de acordo com as necessidades de sua jurisdição. Em suma, esse alinhamento de diferentes escalas, de diretrizes sustentáveis ajustadas ao contexto, exemplifica o planejamento sustentável em teoria, apresentado no capítulo 1 desta dissertação.

Com essa recapitulação, reafirma-se o cumprimento do objetivo de conhecer o desenvolvimento territorial e o turismo, marco teórico deste estudo. Conforme se viu em teoria, para identificar, avaliar e até propor práticas, primeiramente, deve-se conhecer o contexto, o qual é apresentado no capítulo 2.

O capítulo em questão buscou atender ao objetivo de contextualizar a constituição territorial de Guajará-Mirim e Guayaramerín da colonização à contemporaneidade. Nessa objetividade, foram encontradas diversas dificuldades pelas impossibilidades de acesso a relatórios e documentos históricos que apresentam registros sobre o território de ambos os municípios.

Apesar dessas dificuldades, apresentam-se, no capítulo 2, contextos (espaço-tempo) da constituição dos territórios do século XVII até o XX, por meio de relatos sobre as colonizações espanhola, portuguesa e os povos originários na região de Guayaramerín e Guajará-Mirim, apesar de que as linhas cartográficas contemporâneas ainda não existiam. Como se viu, os territórios eram formados pelos limites naturais de encachoeiramentos, florestas e rios e estavam em processo de construção territorial pelas tentativas de desenvolvimento da coroa portuguesa que se encontrava numa situação diferente da coroa espanhola, pois, lidava com conflitos da população com os povos originários, os quais eram vistos como não civilizados. Os espanhóis, por sua vez, não buscavam garantir o território por si próprio porque já o faziam por meio dos povos Aymaras e Quéchuas, os quais, anteriormente, seguiam um sistema econômico orientado pelos Incas até a chegada da Espanha, e das imposições de tributos e de adaptações religiosas sobre tais povos indígenas.

Além dos conflitos entre povos originários e colonizadores portugueses e espanhóis, a constituição dos territórios de Guajará-Mirim e Guayaramerín foi marcada pelo evento da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a qual envolveu aspectos ecológico, econômico, social e cultural sobrepondo-se à economia e à política sobre os demais aspectos devido às particularidades da

época, como exemplo de tal sobreposição, tem-se o início do planejamento da ferrovia estimulada pelos interesses de produção e escoamento de cargas bolivianas e de proteção contra invasão territorial do lado brasileiro, devido à guerra contra o Paraguai.

Esse evento da construção da ferrovia também foi marcado pelas ações de atores internos do Brasil e da Bolívia em expedições e Comitês de pesquisa científica a fim de identificar a viabilidade da execução de uma obra ferroviária às margens dos rios Madeira e Mamoré, bem como levantar as suas possíveis potencialidades. Dentre as diversas arquiteturas da estrada de ferro, estiverem envolvidos agentes exógenos como o Coronel Churchil, que possibilitou a concretização da obra apesar dos contratempos naturais como as cachoeiras, as endemias e a insalubridade do local.

Na contemporaneidade, Guajará-Mirim e Guayaramerín são o que sobrou desse evento territorial, dos povos originários, da biodiversidade, das colonizações portuguesa e espanhola e dos imigrantes estrangeiros de diferentes regiões do mundo que foram para a construção da ferrovia e para o extrativismo da borracha. Com tudo o que se reviu do capítulo 2, reafirma-se na complexidade da impossibilidade de abarcar todo o conhecimento do objeto de estudo, constituição territorial das cidades-gêmeas foi apresentada no limite da pesquisadora pela inacessibilidade a materiais bibliográficos que também são parte da construção do território. Apesar dessa constituição não ser em sua totalidade, com base na complexidade, considera-se que o objetivo almejado foi alcançado.

Conforme a abordagem de desenvolvimento territorial e turismo e das contextualizações acerca da constituição territorial de Guajará-Mirim e Guayaramerín, o capítulo 3 buscou avaliar documentos que orientam o desenvolvimento territorial e o turismo em ambos os municípios, nas últimas duas décadas. Para tanto, foram elencados planos e planejamento correspondentes às cidades-gêmeas e que estão atrelados ao desenvolvimento territorial e ao turismo.

Tais documentos foram pesquisados em plataformas de dados governamentais, com descritores planos, planejamento, Guajará-Mirim e Guayaramerín, o que possibilitou identificá-los atrelados ao desenvolvimento territorial e ao turismo de ambos os municípios, apesar de não compreenderem tal abordagem em sua totalidade, mas em partes, salvo o PDTI (2016) elaborado e executado pelos guayaramirenses.

Os documentos orientadores correspondentes a Guajará-Mirim pouco se alinham com outras escalas, como os planos de manejo da Reserva Extrativista e do Parque Nacional Picaás Novos, que seguiram a metodologia nacional e fundamentam-se no marco legal UC. Ainda assim, tais planos indicam dificuldades nas suas elaborações devido aos problemas no levantamento de informações e dados, na ausência de inventário prévio de fauna e de flora, o que até mesmo prejudica a precisão de espécies em extinção.

Além dessas ponderações, destaca-se que alguns planos não apresentaram diagnóstico aprofundado e atualizado, limitando-se a informações e dados imprecisos e desatualizados, o que dificulta a definição de objetivos, de diretrizes particulares e de planejamento, pois, de acordo com Hall (2001), necessita-se conhecer a realidade contemporânea de forma aprofundada e precisa para estabelecer onde chegar e como agir para chegar.

Dentre as dificuldades que complicaram a realização de tais documentos, ressaltam-se os recursos financeiros escassos, capital humano reduzido e conflitos entre gestões de diferentes escalas estadual e federal, demonstrando a carência de cooperação entre administrações, o que é indispensável para o desenvolvimento territorial e o turismo.

Em relação aos documentos de Guayaramerín, a avaliação indica alinhamento com a abordagem teórica do primeiro capítulo, além do município contar com plano de desenvolvimento territorial, ele havia sido elaborado em conformidade com as diretrizes do cenário internacional ao utilizar como base a agenda 21, que dispõe sobre normas sustentáveis, além disso, tal plano municipal estava de acordo com as políticas e as normatizações do Viver Bem e com a cosmovisão do Estado Plurinacional da Bolívia, bem como com os parâmetros departamentais do governo autônomo de Beni apresentadas, posteriormente, no PLUS (2019). Ademais da harmonia de diretrizes de diferentes escalas, o PDTI (2016) foi organizado, elaborado e executado por atores civis, públicos e privados como os que constituem as *“juntas vecinales”*, os povos originários, as comunidades de camponeses, igrejas, sindicatos de professores, defensoria pública, ministério do trabalho, correios da Bolívia, órgãos de gestão da saúde estatal e da educação, polícia nacional de fronteira, prefeitura da cidade, conselho municipal, entre outros. Tais instituições e seus agentes participam das realizações de documentos desde a pesquisa de campo até as definições de normas e ações, e, na prática, cada ator é

responsável pela área em que reside, trabalha, estuda e descansa para o desenvolvimento territorial e humano.

Ao rever-se a avaliação documental do terceiro capítulo, considera-se que o objetivo de avaliar documentos correspondentes aos municípios de Guajará-Mirim e Guayaramerín foi alcançado. Com o cumprimento de tais objetivos propostos no início deste estudo e, como consideração final, apontam-se possíveis pesquisas e trabalhos a serem desenvolvidos nas cidades-gêmeas, para o desenvolvimento territorial e o turismo:

- a) As potencialidades turísticas de Guajará-mirim e Guayaramerín;
- b) O turismo como facilitador da integração regional;
- c) Plano de Desenvolvimento Territorial de Guajará-Mirim;

Os primeiros estudos são mais viáveis devido à delimitação, aos dados e informações que estão de fácil acesso em plataformas de dissertações, de teses e artigos, assim como pelos materiais documentais disponibilizados em sites governamentais. O terceiro estudo é difícil de executar na contemporaneidade, pois necessita de cooperações entre diferentes administrações presentes no município de Guajará-Mirim, requer pesquisa de campo para identificar propostas e informações a serem fornecidas pelos próprios moradores da cidade, precisa de muitos colaboradores de diferentes áreas para o diagnóstico, inventários de fauna e flora, da arquitetura urbana e dos serviços públicos e privados, bem como aspira a um tempo maior para a sua execução.

REFERÊNCIAS

APIDIÁ PLANEJAMENTO ESTUDOS E PROJETOS. GUAJARÁ – MIRIM. **PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA ESTADUAL RIO PACAÁS NOVOS**. 2004.

ARGUEDAS, Alcides. *Historia General de Bolivia*. La paz. 1922.

BANCO DA AMAZONIA. **PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA 2016**. 2015. Disponível em:
<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSE/fundosregionais/fno/programacao/Programao_FNO_2016-16022016.pdf> Acesso: 19 de setembro de 2020.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: editora SENAC, 2000.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOISIER, Sergio. *Conversaciones sociales desarrollo regional potenciación del capital sinérgico creación de sinergia cognitiva en una región (Región del Maule, Chile)*. Talca niversidad de Talca, 2000.

_____. *Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente*. 2004.

BRAMWELL, Bill, SHARMAN, Angela. *Collaboration in local tourism policy making*. 1999.

CÂMARA, Marcelo Argenta. **JUNTAS VECINALES DE EL ALTO: Memórias Campesino-Sindicais na Constituição do Protagonismo Social**. In ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V. 13, N. 1 / MAIO 2011.

CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena M. M.. **O foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas**. 2003.

CAVALCANTI, Fabio Robson Casara, BATISTA, Silvana Araújo, FLORES, Cintia Rosina, e FLORES Josmar Almeida. **Processo de desenvolvimento regional e a política ambiental em Rondônia: o turismo como vetor de desenvolvimento local de Guajará-Mirim**. 2014.

CHAMMA, Tereza Merino. **Guajará-Mirim: A pérola do Mamoré**. São Paulo: Schoba. 2012.

CLEARY, Dervla. *Estrategias enfocadas hacia las personas Breve estudio bibliográfico y comparativo*. 2003.

COMUNIDADE EUROPEIA. **RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A GOVERNANÇA EUROPEIA**. 2003. Disponível em:

<https://ec.europa.eu/governance/docs/comm_rapport_pt.pdf> Acesso: 13 de outubro de 2020.

CONGRESO NACIONAL DE BOLÍVIA. **Lei de 22 de setembro de 1915**. Disponível em: <https://guayaramerin.gob.bo/uploads/documento/ley-de-creacion-guayaramerin_3495f7b3331baf4.pdf> Acesso 19 de agosto de 2018.

CURY, Mauro José Ferreira. AS CATEGORIAS DE TERRITÓRIO, FRONTEIRAS, TERRITORIALIDADES E REDES INTRISECAS NA INTERDISCIPLINARIDADE. In: CURY, Mauro José Ferreira. **INTERDISCIPLINARIDADE EM TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS**. Curitiba: CRV, 2019.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: Uma Aproximação Conceitual. In: Revista **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. **Governança Territorial e Desenvolvimento**: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais. Rio de Janeiro, Garamond, 2011.

_____. **TERRITÓRIO, GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DIAS, Carlos Malheiros. **Colonização Portuguesa do Brasil**. Litografia Nacional. 1923.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992.

EKINS, Paul. **Making Development Sustainable**. Londres, 1980.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo: História de uma estrada de ferro na Amazônia**. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1959.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2007.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Editora Universidade de Brasília, 2002.

GUAJARÁ – MIRIM. **Plano Municipal de Cultura**. 2016

_____. **Planejamento Estratégico de Gestão**. 2018.

GUAYARAMERIN. **Plan Estrategico Institucional del Gobierno Autonomo Municipal de Guayaramerin para Vivir Bien – PEI**. 2016.

_____. **Plan Territorial de Desarrollo Integral del Municipio De Guayaramerin para Vivir Bien – PTDI**. 2016.

HALL, Derek R. ***Tuorism & Economic Development in Eastern Europe & the Soviet Union***. Editor (Halsted Press, an Imprint of John Wiley & Sons, Inc., New York, NY, 1991.

HALL, Michael Colin. **PLANEJAMENTO TURÍSTICO: Políticas, Processos e Relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, Peter. ***Urban and Regional Planning***. Londres e New York: Routledge, 1992.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. P. Velho, ABG, 1996. Volume I e II.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Guajará-Mirim**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/guajara-mirim.html>> Acesso 20 de setembro de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE PACAÁS NOVOS**. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **Guayaramerín**. 2012. Disponível em: <http://censosbolivia.ine.gob.bo/censofichacomunidad/c_listadof/listar_comunidades> Acesso: 05 de agosto de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO - PDSA**. 2013.

IUOTO – International Union of Official Travel Organization. ***The role of the state in tourism***. *Annals of Tourism Research* (1974).

JEAN, Bruno. Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire. CAZELLA, Ademir. CERDAN, Claire e CARRIÈRE, Jean Paul (Orgs.). **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL: Subsídios para uma Política de Fomento**. Florianópolis: APED, 2010. p. 49-76.

KELLER, Francisco & KELLER José. **Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: 1869.

KLEIN, Herbert S. **Bolívia: Do período pré-incaico à independência**. São Paulo: Editora brasiliense. 1991.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de Viagem**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1944.

LEW, Alan e HALL, Colin Michael. The Geography of Sustainable tourism: lessons and prospects. In: HALL, Colin Michael e LEW, Alan. **Sustainable Tourism: A Geographical Perspective**. Harlow: Addison Wesley Longman, 199-203, 1998.

MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiões da fronteira*. 1989. Rio de Janeiro: Editora Vozes. Disponível em: < http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ameireles-1989-guardiaes/Meireles_1989_Guardiaes_da_Fronteira.pdf>. Acesso em 07 de fevereiro de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, e SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia - PDES**. 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo no Brasil**. 2019.

MORAES, Renata Albuquerque de. **Turismo e desenvolvimento em Guayaramerín: etnografia de um seminário**. 2011.

MORIN, Edgar. **O método 3 O conhecimento do conhecimento**. Tradução Juremir Machado da Silva. Editora: Sulina, Porto Alegre, 2015.

MORSING, Carlos Alberto. **Comissão de Estudos da estrada de Ferro do Madeira e Mamoré**. Relatório. Manaus. 1884.

MURPHY, Peter E. ***Tourism: A Community Approach***. New York: Methuen, 1985.

NOGUEIRA, Júlio. **A madeira – Mamoré**. Rio de Janeiro. 1913.

Núcleo Dirigente do Colegiado Territorial Madeira Mamoré. **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS**. 2014.

Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – NEIFRO. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira - PDIF**. 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

OLIVEIRA, Oleides Francisca de. **Indicadores relevantes para avaliação de turismo sustentável do município de Guajará-Mirim**. Rondônia. 2019.

Organização das Nações Unidas - ONU. ***Our Global Neighbourhood. The Basic Vision. The Commission on Global Governance***, Geneva, 1995. Disponível em: <<http://www.defendruralamerica.com/files/GlobalGovernanceHenryLamb.pdf>> Acesso: 10 de outubro de 2020.

_____. **Diretrizes internacionais para planejamento urbano e territorial**. 2015. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DIRETRIZES_ONU_PLANEJAMENTO_URBANO_E_TERRITORIAL_Portuguese.pdf> Acesso 24 de setembro de 2020.

Organização Mundial do Turismo – OMT. **Relatório anual**. 1993.

PIRES, Elson Luciano Silva. FUINI, Lucas Labigalini. MANCINI, Rodrigo Furgieri. NETO, Danilo Piccoli. **GOVERNANÇA TERRITORIAL: Conceitos, fatos e Modalidades**. Rio Claro: UNESP, 2011.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Relatório Anual**. Brasil, 2019. Disponível em:
<<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/pnud-lanca-iniciativa-para-discutir-nova-governanca-na-america-l.html>> Acesso: 25 de setembro de 2020.

RODRIGUES, Maria Lucia e LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. **Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília. 2006.

RONDÔNIA. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia – PERH**. 2018.

_____. **Plano Estratégico de Rondônia**. 2019.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Ed. USP, 2005.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª Edição. São Paulo: EdUSP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial**. Colección Bicioteca Humanidades, 2015.

SEPULVEDA, S.; RODRÍGUEZ, A; ECHEVERRI, R. e PORTILLA, M. **El enfoque territorial de desarrollo rural**. IICA, San José, Costa Rica. 2003.

SILVA, Hugo Evangelista da. **Capitão Alípio – Um pouco do verdadeiro e um tanto do folclore**. Salto, SP: Editora Schoba; Rondônia, RO: Edufro, 2011.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm> Acesso: 20 de outubro de 2020.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des) Ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na Bacia do Madeira-Guaporé**. Dissertação de Mestrado, Assis, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2003.

STORPER, Michael; HARRISON, Bennett. **Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governança nos anos 90**. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta Editora, p. 171-188, 1994.

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. **PLANO DIRETOR INDUSTRIAL - PEI**. 2017.

TRATADO ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA. Petrópolis, 17 de novembro de 1903. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BRAS-BOLI_%20Tratado%20de%20Petr%C3%B3polis.pdf> Acesso: 04 de outubro de 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **CONSELHO EUROPEU**. 2012. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/media/21348/qcao11001ptc.pdf>> Acesso: 20 de outubro de 2020.

VACA, Carlos López. **História de Guayaramerín**. Grafica de Imprensa Tres Hermanos Guayaramerin, Bolívia. 2008.

VILAÇA, Aparecida. **Quem somos nós. Os Wari' encontram os brancos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Comendo como gente. Formas do canibalismo Wari' (Pakaa Nova)**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B., CUNHA, Manuela Carneiro da. **Amazônia: etnologia e história indígena**. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1993.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1. Editora Universidade de Brasília, 1999.

World Commission on Environment and Development - WCDE. **Brundtland Report**. Londres. 1987.